



guavira letras

Revista Eletrônica do Programa de
Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Número 2 - Dezembro de 2005

EXPEDIENTE

*GUAVIRA LETRAS, Revista do Programa de Pós-graduação –
Mestrado em Letras do campus de Três Lagoas da Universidade Fe-
deral de Mato Grosso do Sul*

Volume 2, número 2, dezembro de 2005

GUAVIRA LETRAS, editada pelo Programa de Pós-graduação – Mestrado em Letras do campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é uma publicação técnico-científica que se define como um veículo de difusão e debate de idéias, estudos e relatos de experiências sobre os estudos lingüísticos e literários. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Aceita a contribuição de professores e pesquisadores do Brasil e do exterior. Propõe discussões de interesse da comunidade acadêmica e científica.

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Programa. Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Arte e diagramação: Eduardo Luís Figueiredo de Lima

SUMÁRIO

Estudos Literários

| | |
|--|---|
| CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS EM HEXÁLOGO | 5 |
| Antonio Rodrigues BELON | |

| | |
|---|----|
| BLOGS E DIÁRIOS: DO CONTEMPORÂNEO AO CLÁSSICO | 12 |
| Eduardo Luís Figueiredo de LIMA | |
| Sheila Dias MACIEL | |

| | |
|--|----|
| REGIÕES CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO COMPARATIVO | 74 |
| Ilva Maria BONIATTI | |

Estudos Linguísticos

| | |
|---|----|
| ENTRE O DISCURSO DA INOVAÇÃO E A TRADIÇÃO GRAMATICAL: EM CENA, EMÍLIA E EULÁLIA | 22 |
| Marlene DURIGAN | |
| Janaina NICOLA | |

| | |
|---|----|
| IDENTIDADES (DES)CONSTRUÍDAS: A VOZ DE CARVOEIROS DO BOLSÃO SUL-MATOGROSSENSE | 45 |
| Marlene DURIGAN | |
| Paulo Henrique Camacho BRAZ | |

| | |
|---|----|
| LA IDENTIDAD SOCIAL DEL FEMENINO EN LA PRENSA | 57 |
| Vânia Maria Lescano GUERRA | |

| | |
|--|----|
| HÁ NECESSIDADE DE REFLEXÃO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR? | 73 |
| Márcia M. da C. Moura de PAULA | |

| | |
|--|----|
| O VOCABULÁRIO DO HOMEM ERVATEIRO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI | 81 |
| Aparecido Lázaro JUSTINIANO | |
| Aparecida Negri ISQUERDO | |

| | |
|--|----|
| DA LÍNGUA AO DISCURSO: UM PERCURSO TEÓRICO | 99 |
| Rosana Maria Sant'Ana COTRIM | |

APRESENTAÇÃO

Antonio Rodrigues Belon

O número 2, dezembro de 2005, da Guavira Letras, reúne um conjunto de artigos escritos por autores de várias partes do Brasil. Os pesquisadores, grosso modo, enquadram-se nas duas áreas básicas: estudos lingüísticos e estudos literários.

A adoção do critério temático não teve um efeito restritivo mas apenas indicativo.

Contemporâneos são os textos que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis, se ocultam nas dobras da memória, transitando da sua condição original para uma outra contemporaneidade, rumo à consolidação deles entre os clássicos de uma época; chegam trazendo consigo não as marcas das leituras que precederam a atual, mas os sinais indeléveis, não sujeitos ao apagamento, de um tempo que é o nosso, sem o qual não é possível; necessariamente se revelam novos, inesperados, inéditos, ou negam o que seriam; livros que vêm depois de outros, hoje clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia

Toda leitura é uma leitura de descoberta como a primeira. Não importa se de um clássico ou se de um contemporâneo. Se toda primeira leitura de um clássico é uma releitura, a leitura de um contemporâneo exige a sua repetição, o seu valor requer o seu avizinhamiento das práticas configuradoras dos clássicos.

CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS EM HEXÁLOGO

Antonio Rodrigues BELON*

Resumo: *O artigo trata, em seis tópicos, das relações entre os textos clássicos e os contemporâneos.*

Palavras-chave: *clássico; contemporâneo*

Abstract: *The article, in six topics, treats the relationship between classical and contemporary texts.*

Key-words: *classic; contemporary.*

*Professor Adjunto do Departamento de Educação, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL.UFMS

El universo (que otros llaman la Biblioteca) se compone de un número indefinido, y tal vez infinito, de galerías hexagonales, con vastos pozos de ventilación en el medio, cercados por barandas bajísimas. Desde cualquier hexágono, se ven los pisos inferiores y superiores: interminablemente.

Jorge Luis Borges

O objetivo deste artigo é parodiar e parafrasear, em seis tópicos, o texto de Italo Calvino intitulado *Por que ler os clássicos*.¹

Numa antecipação dos tópicos constituintes desta reflexão, cabe dizer que os contemporâneos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis, transitando da sua condição original para uma outra contemporaneidade, rumo à consolidação deles entre os clássicos de uma época. A transição entre contemporaneidades é um movimento relevante.

Toda leitura, de um clássico, de um contemporâneo, para não negar a si mesma, é uma leitura de descoberta como a primeira. Exige repetição, confirmação do seu valor.

1- No campo das primeiras formulações sobre os contemporâneos

Perguntar pelos contemporâneos em suas configurações equivale a elaborar pontos de partida de um pensamento sobre eles. Os contemporâneos são aqueles livros dos quais em geral ninguém pode dizer que está relendo. Sempre dizem deles que trazem a novidade. Os leitores, não importa a idade, se na juventude ou na idade madura e velhice, quem parece já ter visto e vivido tudo, a exemplo de quem vive, nos seus verdes anos continuamente a experiência dos primei-

¹ CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. 2. ed São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ros encontros, nos contemporâneos descobrem o sentido do seu tempo.

Das perguntas aos fingimentos o trânsito flui facilmente. A vergonha é mãe da hipocrisia, reiteradas reafirmações, de quem esconde nunca ter lido um livro na moda por muito bem vendido ou por prestígio junto aos representantes de certas tendências intelectuais. Torna-se difícil, mesmo por insistente lembrança, convencer os leitores da impossibilidade de tomar conhecimento dos lançamentos e de ler um número tão grande de obras como as que são editadas cotidianamente.

A variedade é muito grande, ainda que, para efeito de se considerar apenas a literatura propriamente, se pense em ficção, poesia e um ou outro texto dramático. Os romances são mais comentados e discutidos nas rodas mundanas ou não, do que lidos. Existem mais livros nas estantes do que diante dos olhos dos leitores. Parece que isto acontece no mundo inteiro.

As perguntas e as hipocrisias caminham juntas desde as primeiras leituras. Começa a leitura dos contemporâneos na escola. A pergunta que fica é se na adolescência e idade adulta, os leitores mudam os seus objetos de leitura ou continuam na mesma tendência. Respeitadas as especificidades locais, os problemas básicos e gerais são os mesmos nos diversos países do mundo. Os autores podem ser outros, mas o horizonte de relações entre os leitores e as obras permanece. Os leitores de obras contemporâneas, quando se encontram, logo começam a falar de episódios e personagens como se fossem amigos comuns.

Ler um grande livro pela primeira vez, contemporaneamente, , na idade madura, é um prazer extraordinário, diferenciado, não se pode dizer maior ou menor, se comparado a uma leitura da juventude. Na juventude que comunica ao ato de ler, como a qualquer outra experiência, um sabor e uma importância particulares; comparativamente na maturidade apreciam-se (deveriam ser apreciados) muitos pormenores, níveis e significados a mais; sempre ler os contemporâneos é encontrar-se no seio de seu tempo próprio.

O pronunciamento de Calvino sobre os clássico transfere-se, sem tirar nem pôr, para os contemporâneos:

leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação,

esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido. Existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer enquanto tal, mas que deixa sua semente. (2004, p. 10)

Para perguntar, não esconder, pensar e dizer: a releitura, e o cabedal de possibilidades que ela oferece, cabe perfeitamente na prática de confirmação dos contemporâneos de valor.

2. Leituras e releituras em movimentos no espaço e no tempo

Pensar as leituras e releituras em movimentos é trazer ao discurso, inicialmente, duas hipóteses e uma antítese. Sendo certo que deveria existir um tempo na vida adulta dedicado a requisitar as leituras mais importantes da juventude; se os livros permanecessem os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo, a contemporaneidade renova-se permanentemente, sendo esta antítese, a certeza do seu frescor e de sua transformação em outra coisa.

Clássicos ou contemporâneos, usar o verbo ler ou o verbo reler, não tem muita importância. Toda leitura é uma leitura de descoberta como a primeira. Não importa se de um clássico ou se de um contemporâneo.

Portanto, no tópico presente, é possível a construção da seguinte hipótese conclusiva: se toda primeira leitura de um clássico é uma releitura, a leitura de um contemporâneo exige a sua repetição, o seu valor requer o seu avizinhamento das práticas configuradoras dos clássicos.

3. Os dizeres de um contemporâneo

Um contemporâneo é o que é nos seus dizeres: um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer ou não assegura a sua contemporaneidade, já que ela é irmã de sua permanência, do valor de sua leitura sempre retomada.

Os contemporâneos são aqueles livros que chegam até nós tra-

zendo consigo não as marcas das leituras precedentes, mas os sinais indelévels, não sujeitos ao apagamento, de um tempo que é o nosso, sem o qual não é possível, não cabe o projeto do nosso ser; e, atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram de um jeito íntimo e de um modo em que a proximidade é integral (ou mais simplesmente na linguagem, ou nos costumes). Os contemporâneos portam duplicidades, talvez multiplicidades, na espessura de suas camadas.

4. No campo dos discursos sobre as relações entre os clássicos e os contemporâneos

Num primeiro momento configura-se a aceitação da existência dos dois termos do binômio. Da existência aceita de clássicos antigos e modernos, o primeiro termo, acrescenta-se facilmente, o segundo, os contemporâneos. Fica então, questão inevitável, a pergunta pela singularidade e a identidade deles.

Nos movimentos no interior das dimensões das temporalidades em multiplicação, os clássicos e os contemporâneos tornam-se objetos de alguma inteligibilidade. As relações essenciais de temporalidade sempre fundamentam os livros que permanecem. Nos contemporâneos, o tempo do surgimento pesa mais neles, adquire uma certa especificidade., não tanto o da existência: basta pensar na continuidade delas (das obras, vale acentuar), o tempo é aquele da existência dos seus leitores. Para outros leitores a contemporaneidade transforma-se em outra coisa, clássicos talvez, certamente em não contemporâneos no desenrolar da existência.

Na leitura das obras contemporâneas ainda não estão postos os significados que um dia estarão implícitos no texto ou serão incrustações, deformações ou dilatações. Trata-se de viver o puro momento inaugural. Mas sempre haverá uma possível legitimidade da leitura do ponto de vista daqueles que são os predecessores e os sucessores: o texto contemporâneo está ali no meio do torvelinho, no calor da história a queimar-se.

A leitura de um contemporâneo oferece sempre alguma surpresa sobre o tempo em que vivem a obra e o leitor. Os textos de hoje e de sempre dialogam com os textos de sempre. Na situação dos contemporâneos, predomina a leitura direta dos textos originais. Aos que chegam depois cabe, como herança, a bibliografia crítica, os comentários, as interpretações.

5. O que dizem os textos que falam de outros textos

Numa primeira aproximação: “A escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário.” (CALVINO, 2004, p.12)

O contemporâneo não necessariamente ensina algo ainda por saber; pronuncia-se sobre um tempo que é o companheiro de quem vive. A descoberta, nos contemporâneos, de algo sabido desde sempre, ou que se acreditava saber, mas havia o desconhecimento do modo como a obra o diz (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma pertinência.

6. Decorrências e derivações

Os contemporâneos necessariamente se revelam novos, inesperados, inéditos, ou negam o que seriam. Não passam de meramente datados se não falam de modo inaugural. Naturalmente, um contemporâneo provar-se como tal, acende uma centelha: requer uma leitura por amor, não por dever ou por modismo, menos ainda, pelo mercado.

Os contemporâneos na escola entram pela porta da obrigação, do dever, mas penetram na área da escolha, do prazer, na porta de saída. Ou se perdem na noite das inutilidades. Ou brilham no luminoso dia de uma certa sedução. A leitura desinteressada dos imediatismos impostos pelas demandas do cotidiano, estabelece o vínculo irrevogável entre o leitor e a obra de seu tempo. Não importa o tipo de atividades exercidas pelo leitor, o processo de escolha se repete. Há casos de identificação do leitor e da obra.

Um texto contemporâneo vive da inspiração originária de seus antecessores, com eles dialoga por oposição, por antítese, por contradição. Mas também por acordo, retomada.

A avalanche de papel impresso na contemporaneidade, na sociedade da imprensa, da indústria, esmaga, então, o que fazer?

É claro que se pode formular a hipótese de uma pessoa feliz que dedique o “tempo-leitura” de seus dias exclusivamente a ler os contemporâneos. Essa pessoa bem-aventurada, para manter sua dieta

sem nenhuma contaminação, deveria abster-se de ler os jornais, ver televisão, ir aos cinemas, aos bailes, e outros lugares onde não se possa ler. Entregar-se a uma vivência *utópica*.

Talvez o ideal fosse captar a atualidade como o rumor do lado de fora da janela, advertência dos engarrafamentos do trânsito e das mudanças do tempo, enquanto, companhia serena, o discurso dos contemporâneos soa claro e articulado no interior da casa, num pronunciamento em tenso e intenso diálogo com os que vivem no tempo partilhado por livros e leitores. Mas já é suficiente que a maioria perceba a presença dos contemporâneos como um reboar próximo, dentro do espaço invadido pelas atualidades como pela televisão a todo volume.

Ler os contemporâneos parece estar em contradição com ritmo de vida hoje, que não conhece os tempos longos do ócio, do humanismo anterior ao capitalismo; e também em contradição com o ecletismo de uma cultura, que jamais saberia redigir um catálogo da contemporaneidade, sem ser pura e simplesmente uma lista de mercadorias.

Resta inventar para cada indivíduo uma biblioteca ideal, sem a possibilidade de dispensar os contemporâneos; acrescentando ainda que por uma tautologia, que ela deveria constituir-se de duas metades. Uma metade de livros que já lemos e que contaram para nós, não sujeitas a cair em desuso, ainda que numa época de rápida e prevista obsolescência de seus bens. E a outra de livros que pretendemos ler, não sejam descartáveis, presumivelmente possam vir a contar. A sessão das surpresas é também a das descobertas ocasionais, em reforço intersticial ao peso das duas metades apontadas.

Não cabe citar um nome, um título, uma literatura. Efeito da explosão da bibliografia contemporânea. Agora caberia reescrever todos os tópicos. Reescrever a reescritura, deixar muito claro que os contemporâneos servem para entender quem são e aonde chegaram os homens de hoje.

Depois deveria reescrevê-los, os tópicos do hexálogo, ainda uma vez, ou mais; repetidas reescrituras, para que não se pense que os contemporâneos devem ser lidos porque “servem” para qualquer coisa. A única razão que se pode apresentar é que ler os contemporâneos é melhor do que não ler os contemporâneos.

E se alguém objetar que não vale a pena tanto esforço, não é preciso evocar um autor para dizer o contrário, dizer apenas: é me-

lhor ler os contemporâneos do que não ler os contemporâneos antes de morrer.

Para concluir singelamente: o conceito de contemporâneo traz implícito a idéia de um tempo que é companheiro de quem o vive, o homem e o tempo convivem. Também, nos tempos que se multiplicam social e historicamente ocorre o trânsito do contemporâneo ao clássico e do clássico ao contemporâneo numa convivência em avenida de múltiplas mãos.

BLOGS E DIÁRIOS: DO CONTEMPORÂNEO AO CLÁSSICO

Eduardo Luís Figueiredo de LIMA*

Sheila Dias MACIEL**

*Mestrando em Letras, área de Estudos Literários do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL

**Professora Adjunto do Departamento de Educação, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL.

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre a escrita contemporânea de *blogs* e sua vinculação à tradicional forma da escrita de diários: estamos diante de duas formas narrativas distintas ou da mesma forma narrativa apenas disponível em meios diversos? ao nos voltarmos para as características de diários, de *blogs* e de uma Literatura dita *confessional*, ou seja, escrita em primeira pessoa, problematizamos, também, a questão contemporânea da exposição do eu.

Palavras-chave: diário; *blog*; confissão; literatura.

Abstract

This article is a reflexion about the contemporary blog writing and its links to the traditional form of writing diaries: Are there two different narrative forms or is there the same narrative form just available in different ways? Turning to the diary characteristics, of blogs and of a Literature said to be confessional, i.e., writing in the first person, we put also at stake the contemporary exposition of the self.

Key-Words: diary; blog; confessional; literature.

1. O que é um *blog*?

Essa questão simples encerra um dos segmentos mais dinâmicos, vivos e populares da cibercultura. A expressão em si, como descreve a própria internet em inúmeros dicionários “on-line”, é a abreviatura de “Web-Log”, ou um registro virtual, ou ainda, um diário virtual. Não há consenso sobre quando surgiram os primeiros *blogs*, mas é fato que começaram a tornar-se populares no início desta década, sendo que, ainda no final dos anos 90, já havia registros de *blogs* publicados. Basicamente, *blogs* são páginas web de construção mais simples, elaboradas e mantidas geralmente por apenas uma pessoa, a qual faz registros diários ou com menor ou maior frequência.

Esses registros recebem a denominação de *posts* (postagens), e, cada um deles, é sujeito a *coments* (ou comentários) de seus eventuais leitores. Contudo, é possível ao “blogueiro”, isto é, o que mantém o *blog*, controlar, autorizar, negar ou restringir o acesso público ou não e permitir ou controlar os comentários em seu *blog*. A sua auto-

nomia dependerá de qual servidor de *blogs* utilizar. Pagos ou gratuitos, os servidores de *blogs* variam os tipos de serviços oferecidos, sendo que assinantes de grandes portais brasileiros de internet como o UOL, a Globo, ou o Terra entre outros, oferecem a estes a possibilidade de criação de *blogs* mais sofisticados, mantendo também, serviços gratuitos mais simples para não assinantes.

Uma boa parte, se não a maior, dos sites publicados atualmente são na forma de *blogs*. Existem diversos servidores em todo o mundo para esse tipo de serviço e, boa parte destes é gratuita, o que facilita o acesso de todo o tipo de público. Há um sub-universo “blogueiro” na internet, que já é conhecido como “blogosfera” e é rico em jargões específicos a seus participantes. Estima-se que, diariamente, surjam cerca de oitenta mil *blogs* novos na internet.

A facilidade com que é possível criar e publicar um *blog* e a popularização de diversas modalidades de internet de banda larga no Brasil (e em todo o mundo ocidental), são fatores que estimularam a utilização dos *blogs* por estudantes e adolescentes de uma maneira geral e, em muitos desses casos, os *blogs* ainda mantêm a característica inicial de escritos pessoais, relatando o cotidiano de seus autores. Contudo, a divisão temática é o forte atual dos *blogs*. Há *blogs* praticamente sobre tudo o quanto é possível imaginar. Desde relatos de experiências em salas-de-aula, viagens, crônicas, jornalismo, comentarismo esportivo, econômico, social, erotismo, etc...

Os relatos pessoais, sejam temáticos ou não, são ainda um ponto constante entre os *blogs*. É relativamente comum encontrar, entre as inúmeras listas existentes, centenas de *blogs*, onde quase sempre usuários adolescentes, narram experiências pessoais, fantasias, discursam sobre algum tema ou, o que também é comum, realizam disputas sobre quais *blogs* são mais acessados, despertam mais interesse entre seus pares ou são esteticamente melhor produzidos. Esses *blogs* de adolescentes, talvez estejam entre os que mais se aproximam do que seria a idéia inicial de diário virtual e se utilizam de uma espécie de paralinguagem, rica em termos abreviados, substituições de consoantes (sobretudo “c” e “q” por “k”, quando a sílaba tem o som “kê”) e uso de sinais compostos, conhecidos na rede por “smiles” além de termos em inglês.

Uma característica geral a todos os *blogs* é a sua inserção em comunidades temáticas e decorrente aceitação dos mesmos por seus pares. Assim, espera-se que um *blog* de uma adolescente feminina possua links para diversos outros análogos e muitos destes também

apontem para ele. Como os mantenedores desses *blogs* pessoais não dispõem (e nem é muito bem visto nesses segmentos de rede dispor) de meios para manter propaganda paga para o *blog*, é fundamental que se tornem conhecidos, por meio de citações no maior número possível de *blogs* relacionados. Assim, sobretudo entre o público adolescente, os *blogs* são ao mesmo tempo, registro de atividades (como um diário convencional), livros de visitas (registram a passagem de públicos afins) e manifestações de exibicionismo competitivo.

Conteúdos eróticos e pornografia também são muito comuns entre esse tipo de página web. Paradoxalmente, praticamente nenhum servidor de *blogs* admite permitir a presença de conteúdo pornográfico entre suas páginas hospedadas. Como geralmente esses *blogs* violam as regras estabelecidas por seus servidores, é comum a retirada compulsória de páginas do ar. Geralmente, apenas se mantém por longo período, os *blogs* eróticos que tenham contrato financeiro com os serviços de hospedagem e não violem regras internacionais de direitos autorais e restrição à pedofilia. É comum encontrar *blogs* de adolescentes masculinos narrando pseudo aventuras sexuais, divulgando fotos de nus (amadoras ou profissionais, geralmente não consentidas) e muitos links para outros *blogs* análogos. Também existem na rede *blogs* de casais narrando experiências reais ou não, ou simplesmente se exibindo. Obviamente, a popularização de “escaners”¹ e câmeras digitais de todos os tipos e preços, além das “webcams”² deram um grande impulso à pornografia caseira dos *blogs*.

Os *blogs* jornalísticos tornaram-se uma das vertentes mais interessantes dessas comunidades. Uma boa parte dos jornalistas (e jornais) consagrados do Brasil mantém páginas em formato de *blog* atualizadas diariamente. Nesses casos, são *blogs* bem produzidos onde o jornalista costuma informar quase em tempo real o desenvolvimento de uma reportagem ou matéria em que está trabalhando. Muitas vezes, numa linguagem mais informal que a que utiliza na redação final de seu texto, “deixa vaziar” informações de bastidores sobre determinado assunto. O *blog* de um jornalista é, portanto, menos formal que uma coluna de jornal e, mistura informações comuns que esse jornalista produz, a impressões pessoais que, normalmente, não publicaria em outra mídia. Obviamente essa não é uma regra rígida. Há *blogs* que são cópias fieis das colunas publicadas nos grandes jornais, ganhando apenas destes no aspecto temporal e de agilidade. São campeões de acesso, uma vez que possuem as estruturas de di-

¹ Escaner ou “scanner” (ing.). Aparelho dotado de prisma e tela de vidro que permitem digitalizar imagens de modo a convertê-las em arquivos binários.

² Câmara digital de baixa resolução acoplável a um computador e utilizada para captar vídeos ou fotos e disponibiliza-las em tempo real na WEB.

vulgação das mídias onde atuam esses profissionais.

2. Alguns casos brasileiros

Um dos *blogs* eróticos mais famosos do Brasil é o de “Bruna surfistinha”, pretensamente mantido e narrado por uma garota de programa de 19 anos que conta suas experiências diárias, a maioria delas, obviamente, sexuais, com o(s) namorado(s) e clientes. “Bruna”, contudo, trocou a “ingenuidade” estrutural dos *blogs* gratuitos por um *blog* hospedado dentro de seu próprio domínio³ e um site bem estruturado onde ela se exhibe e agenda novos clientes.

O *blog* mantido pelo jornalista Cláudio Humberto é um dos que deixou o formato inicial de *blog* para ocupar um domínio próprio, que é cópia fiel da coluna que publica em diversos jornais do país diariamente. Jornalistas da Folha de São Paulo como Josias de Souza e Fernando Rodrigues, ambos antecipando informações publicadas nas editorias de política desse jornal. O *blog* de Ricardo Noblat é um dos mais ativos, sendo mantido diariamente fazendo a cobertura política de Brasília quase hora a hora. Todos esses *blogs* permitem a postagem de comentários dos leitores.

Alguns *blogs* estrapolam o mundo virtual para tornarem-se também publicações impressas. É o caso do *blog* português “O meu pipi”, protagonizado por um personagem de codinome “Pipi” e rico na narração (de alta qualidade, saliente-se) textual de suas pseudo aventuras sexuais. “O meu pipi” foi publicado em Portugal e, no Brasil, recebe uma edição lingüisticamente ambientada pelo escritor Mario Prata. Outro *blog* que virou livro impresso é o Wunder Blog, na verdade, um conjunto de *blogs* hospedados no domínio “wunderblog.com” que reúne blogueiros interessados em discutir teoria literária e filosofia sempre de forma extrovertida e coloquial. Todos os *blogs* desse domínio recebem atualizações constantes.

³ Nome único na rede. No Brasil os domínios com terminação “br” são obtidos e registrados junto a Rede Nacional de Pesquisa, RNP. Existem custos anuais para a manutenção de domínios, além dos óbvios inerentes à hospedagem dos mesmos.

3. Blogs e diários: laços estreitos ou abismos insolúveis?

¿Para quién escribo? Si es para mí ¿para qué va entonces a la imprenta? Y si es para el lector, ¿por qué finjo dialogar conmigo mismo?

W. Gombrowicz

O escritor Elias Canetti admite que seria difícil levar adiante a sua produção se não escrevesse por vezes um diário (*cf.* 2001, p.55). Além de Canetti, inúmeras pessoas confessam que a escrita periódica que se utiliza sobretudo de um material do cotidiano é uma necessidade e uma busca na sequência da vida continuada. Se pensarmos nesta perspectiva, é a necessidade de anotar, de organizar o cotidiano e de narrar-se que está por trás, aparentemente, tanto da escrita tradicional em forma de diário quanto da contemporânea escrita de si em um espaço virtual.

Em primeira instância é a vontade de escrever que aproxima o escritor de diários do blogueiro. Cabe avaliarmos, portanto, a teoria clássica sobre os diários para compreendermos as relações entre ambos. Comparar, neste caso, exige cuidado, posto que o diário é uma forma narrativa dotada de estatuto próprio e com uma história de publicação consolidada. Trata-se de uma forma literária que tem nos diários de guerra e nos relatos de viagem sua forma ancestral, mas que começa a se fortalecer como gênero a partir do estabelecimento da sociedade burguesa e da difusão da noção de indivíduo, ou seja, quando, no Ocidente, o homem adquire a convicção histórica de sua existência. Aqui já começa a dificuldade em considerarmos os *blogs* como diários, visto que a curta história dos *blogs* ainda não está consolidada, apesar de vislumbrarmos seu fortalecimento vinculado à moda da exposição do “eu” e ao excesso de testemunhos que marcam a contemporaneidade e acabam por se tornar uma espécie de obstáculo para a História.

Se, portanto, os diários surgem como um modo de fortalecimento histórico para o indivíduo, os *blogs* são uma forma de anti-história, ou melhor, uma consequência do capitalismo tardio ou de consumo que nos encaminha para o desaparecimento do sentido de história e da fragmentação do tempo numa série de presentes perpétuos expostos à exaustão. A História estaria ameaçada pela superabundância de relatos.

Se através dos tempos os diários ficaram à margem da grande literatura, isto ocorreu, sobretudo, pela recepção cristalizada desta forma narrativa, ou seja, lia-se um diário de uma perspectiva única: a da *verdade*. Hoje cremos que não é o critério da *verdade* ou da relação com uma realidade extratextual reconhecível que deve apartar os diários das demais formas literárias ou servir de linha divisória para diários e *blogs* porque todo texto, independentemente do meio em que é publicado, trata-se de uma produção humana entrecortada de

ficção. Além disso, tanto os *blogs* quanto os diários são uma resposta às grandes narrativas legitimadoras, formas que parecem não encontrar mais lugar na contemporaneidade, como defende J. F. Lyotard (1993, p.69).

A periodicidade parece ser a única regra, ou seja, é preciso que o texto de diário contenha um caminhar apoiado no calendário, independentemente da possível construção desta aparência, que pode ser intrínseca à urdidura da ficção. A questão da periodicidade também está inclusa como característica da escrita de *blogs*, mas ao tratarmos de um conceito de periodicidade na rede, entra em jogo a idéia de atualização, já que os *blogs* são composições que precisam ser atualizadas, sobretudo diante dos comentários recebidos por outros navegantes que se aventurem pelas páginas expostas.

A questão que separa diários de *blogs* parece estar calcada tanto na idéia de texto final, já que um *blog* nunca fica pronto de fato e um diário publicado é um texto finalizado, quanto à recepção, que nos *blogs* ocorre quase simultaneamente, a interação é imediata.

Apenas mais uma questão, além da menção à história consolidada do diário em face a história por ser construída dos *blogs*, mereceria vir à tona: a da publicação. Concebidos para serem uma espécie de “querido diário”, os *blogs* têm como atrativo a facilidade de publicação, mas uma facilidade vinculada à inclusão do indivíduo na rede. O *blog* parece ser fruto de uma vivência específica, ou seja, trata-se de uma consequência da relação do indivíduo com a internet. Só escreve um *blog* quem tem acesso à internet, entra em um gerador de *blogs*, cadastra-se, concorda com os termos de participação apresentados, cria um nome de usuário e uma senha, preenche um formulário com seus dados, escreve, volta à página do gerador, digita seu nome de usuário e senha... preenche os passos exigidos.

No universo de interrogações formado pela comparação, podemos dizer que o diário é regido por um estatuto próprio que o caracteriza e o identifica como um gênero, enquanto que o *blog* ainda tem um estatuto para ser construído, mas os dois podem ser vistos como uma forma de relato, escrito retrospectivamente, em que um *eu*, com vida extratextual comprovada ou não, anota/digita, de uma maneira fracionada, um conteúdo muito variável, mas que singulariza e revela este *eu*-narrador, para que, de alguma maneira, obtenha o reconhecimento de sua existência.

Segundo Laura Freixas, o diário é uma reflexão em primeira pessoa, enraizada na cotidianidade, sobre a condição humana e o sen-

tido da vida (FREIXAS,1989,p.12). Reflexão permeada de sentido quando nos damos conta do desaparecimento do sentimento da história e da transformação da realidade em imagens. Se o diário sempre foi visto como uma marca testemunhal, os *blogs* parecem ser escritos da perspectiva menos do testemunho que da exposição:

“Não parece difícil concordar com a idéia de que, no ciberespaço, é possível assumir as mais variadas identidades: sexuais, religiosas, ideológicas, etc. Na verdade, essas diferenças deixam de existir, pois não determinam as relações. Uma utopia igualitária viabilizada por uma suposta democracia digital. Mas essa completa indistinção já é, ela própria, uma proposta totalizadora” (PENA, 2004, p.78)

Conforme podemos avaliar, os *blogs*, dentro deste universo de cibercultura, são uma resposta em negativo da escrita de uma identidade, se a concebermos como forma de reconhecimento do indivíduo. Em muitos casos, trata-se mais de uma exposição de um indivíduo mediada pela noção de espetáculo, “carregada de imagens preconcebidas, facilitando ainda mais a sedução” (PENA,2004, p.21). Sobretudo porque não pode haver testemunho onde não há identidade.

Essas distinções, no entanto, são generalizações. Tanto a forma consagrada dos diários pode comportar textos escritos apenas para a exibição de si mesmo, sem “o salto proustiano para o universal” (PERRONE-MOISÉS,1998, p.178) quanto o texto exposto num *blog* pode conter reflexões singularizadas de um “eu” em que o apuro da linguagem leva à idéia de arte. Ao nos voltarmos para estas formas específicas, portanto, é nosso intuito não manter as distinções como foco principal, mas abrir espaço para um diálogo que se realize na História.


Considerações finais: o perene e o efêmero

A visão instantânea que nos faz descobrir o desconhecido, não está numa remota *terra incognita*, mas no próprio coração do imediato.

Rimbaud

Sobre a permanência dos diários e *blogs* cabe tomarmos uma questão central: a do literário. É o julgamento do valor artístico de cada obra específica a partir da apreciação com base num conjunto muito variável de critérios que pode vir a determinar o que é perene

e o que é efêmero. Mas os critérios de apreciação de um *blog* não podem ser os mesmos das formas literárias impressas, já que o meio eletrônico pressupõe qualidades que não fazem parte do universo literário usual, como o som, a inclusão de imagens diferenciadas ou em movimento.

Quanto tempo dura um *blog*? quanto tempo dura um diário? durarão o tempo que durarem as dúvidas, as críticas, as comparações, independentemente da efemeridade do contemporâneo e da certeza de que a exposição de um *blog* no ciberespaço não depende unicamente de seu escritor, mas de instâncias diferenciadas, como a do provedor, novas rotas da publicação de textos. 

Glossário blogueiro⁴

Banner: espaço publicitário inserido no *blog* pelo site que o mantém

Blog: diário virtual

Blogger: autor do *blog*

Blogosfera: espaço virtual onde ficam todos os *blogs*; mundo dos bloggers.

Blogspot: Serviço de alojamento de websites gratuito disponibilizado pela empresa *Pyra* de forma a complementar o seu produto *Blogger*. A simplicidade do seu funcionamento tornaram-no incrivelmente popular, e segundo algumas estatísticas cerca de 75% dos weblogs portugueses utilizarão este serviço. Sofre no entanto de diversas deficiências e problemas de segurança, pelo que devem sempre ser consideradas alternativas.

Blogue: Aportuguesamento da palavra ‘blog’ feito no espírito do polémico Dicionário da Academia. Os mais radicais defensores do Português deverão no entanto utilizar algo como ‘redegisto’.

Bloguerreia: Do inglês *blogorrhea*: Escrita compulsiva que resulta numa quantidade anormal de posts, normalmente irrelevantes e desnecessários. Escrever por escrever.

Bloguista / Blogueiro / Blogador: Aportuguesamentos de *blogger* (1). Ver *weblogger*.

Flame War: Discussão fora de controlo, com o lançamento de *flames* de parte a parte.

Flame: Comentário ou resposta insultuosa, normalmente caracterizada pelo ataque pessoal.

⁴ Retirado de <http://www.blogsbrasil.com/modules.php?>

Flog: Abrev. *photolog*.

Pageviews: Número de páginas visitadas num determinado período de tempo, ou seja, o número de *hits* que dizem respeito a ficheiros pedidos directamente pelo utilizador, deixando de fora ficheiros associados como os gráficos do site. Normalmente, se alguém só visitar a página principal de um weblog ficará registado apenas um pageview, se eventualmente depois visitar uma página de arquivo será registado um segundo pageview, e assim consecutivamente.

Parasita: Leitor que se ‘aloja’ no sistema de comentários de um weblog, utilizando este mecanismo quase como se fosse o seu próprio weblog, normalmente transmitindo opiniões contrárias - muitas vezes a roçar o *flame* - às do autor do site.

Phlog: Abrev. *photolog*.

Photoblog: O mesmo que *photolog*.

Photolog: Género especial de weblog cujo conteúdo consiste em fotos em vez de texto. Ver directório Photoblogs.org, ou ainda o Fotolog.net - serviço idêntico ao Blogspot dedicado a photologs.

Post: cada um dos textos inseridos no *blog*

Tagboard: mural onde os visitantes podem deixar recados e comentários

Template: aspecto gráfico do *blog*

Templates: Páginas - ou porções - sem conteúdo, utilizados na maioria dos CMS como modelos para o layout gráfico do weblog. Ou mais simplesmente, a descrição do weblog sem o ‘recheio’.

Videoblog: O mesmo que *videolog*.

Vlog / Vog: Abrevs. *videolog*.

BIBLIOGRAFIA

CANETTI, E. “Diálogo com o interlocutor cruel” in:—. *A consciência das palavras*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

FREIXAS, L. “Auge del diario intimo? en España” in: REVISTA DE OCCIDENTE: El diario íntimo. Fragmentos de diarios españoles (1995 - 1996). Madrid: Fundación José Ortega e Gasset, n. 182 - 183, jul./ago. 1996. 159 p.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das

Letras, 1998.

PRATA, M. *O meu pipi*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ROCHA, C. *Máscaras de Narciso*. Coimbra: Almedina, 1992.

VÁRIOS AUTORES. *Wunder blogs.Com*. São Paulo: Barracuda, 2004.

Na WEB

Bruna sufistinha. Acesso em <http://www.brunasurfistinha.com>., disponível em 05/06/2005.

Cláudio Humberto. Acesso em www.claudiohumberto.com.br disponível em 05/10/2005.

Fernando Rodrigues. Acesso em <http://uolpolitica.blog.uol.com.br/> disponível em 07/11/2005.

Josias de Souza. Acesso em <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/> disponível em 05/06/2005.

O meu pipi. Acesso em <http://omeupipi.blogspot.com/> disponível em 04/03/2005.

Wunder Blogs. Acesso em www.wunderblogs.com. disponível em 05/06/2005.

ENTRE O DISCURSO DA INOVAÇÃO E A TRADIÇÃO GRAMATICAL: EM CENA, EMÍLIA E EULÁLIA

Marlene DURIGAN *

Janaina NICOLA **

*Professora Adjunto do Departamento de Educação, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL.

** Bolsista do programa PIBIC/CNPq/UFMS.

Resumo: Este artigo pretende analisar, discutir e confrontar as obras *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato, *A Língua de Eulália*, de Marcos Bagno, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, a fim de verificar aspectos da gramática normativa no ensino de Língua Portuguesa. Orientados por contribuições teóricas da Análise do discurso, revelamos as emergências do poder, da norma e do preconceito lingüístico materializados nas enunciações.

Palavras-chave: preconceito lingüístico; ensino; poder.

Abstract: This article intends to analyse, to discuss and to confront the work *Emília no País da Gramática*, Monteiro Lobato, *A Língua de Eulália*, by Marcos Bagno and the Parâmetros Curriculares Nacionais, in order to discuss aspects of the normative grammar in teaching of Portuguese Language. Based on the theoretical contributions from Discourse Analysis, we examine the occurrence of the power, of the norm and of the linguistic prejudice materialized in discourse.

Key-words: linguistic prejudice, teaching, power.

Introdução

O objetivo desse ensaio é apresentar as formações discursivas e ideológicas exploradas nos documentos oficiais do MEC, *PCN* e *Temas Transversais*, analisando, por meio da materialização lingüística e textual, o discurso político-educacional dos documentos, bem como as condições de produção influentes na criação dos textos, seus sujeitos e/ou autores (idealizadores), suas vozes, imagens e imbricantes da mudança política e da prática pedagógica-educacional proposta pelos Parâmetros. Este estudo abre ainda o espaço para o confronto entre as obras *Emília no país da Gramática*, de Monteiro Lobato, e *A Língua de Eulália*, de Marcos Bagno, valendo-se de alguns conceitos bakhtinianos a respeito da polifonia, ironia, intertextualidade, carnavalização e de diferentes contribuições teóricas da AD acerca das noções de sujeito, identidade e interdiscurso, a fim de se exhibir o embate entre as obras e os Parâmetros, uma vez que compõem a bibliografia básica de várias disciplinas dos cursos de Letras de diferentes instituições do país.

Como é do dever e da ordem da pesquisa a investigação, e, se nos for perdoada a falta ou a quebra da norma (assunto de que também trataremos neste estudo no tocante às relações estabelecidas entre o português-padrão e não-padrão e às implicações do desejo e

do poder, já apresentas por Foucault em dezembro de 1970, na aula inaugural no Collège de France (FOUCAULT, 1998)), nos propomos, no decorrer das análises, apresentar as contribuições teóricas que mencionamos. Além disso, propomo-nos pensar esses conceitos hoje, a favor de uma *Linguística crítica* (evocando RAJAGOPALAN, 2003); de uma visada crítica na AD, uma vez que a busca da verdade, desde o século VI, com os poetas gregos, “tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1998, p. 18).

Do ponto de vista teórico, ancora-se a pesquisa nas contribuições da Análise do Discurso, particularmente a de orientação francesa, insinuando-se, em alguns pontos, a presença de Fairclough (2001), uma vez que os discursos e enunciados analisados inscrevem-se no âmbito da mudança social. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, sem procedimentos de campo. As análises seguiram o “modelo” desenvolvido por Lara (2002): classificação dos enunciados em dois grupos (literários ou de personagens e lingüísticos); recortes dos enunciados para se chegar aos enunciados de base e comparação destes à luz do suporte teórico desenvolvido.

Na primeira etapa da investigação, foram analisados enunciados das obras de Monteiro Lobato e Marcos Bagno, buscando verificar aspectos do “status” da gramática normativa no ensino e partindo do pressuposto, corrente no meio acadêmico e patente nos PCN, segundo o qual esse ensino deve ser “democrático e cidadão”. Os resultados foram a comprovação do poder veiculado pela tradição e pulverizado nos leitores via obras e autores analisados, além da descoberta da tentativa do uso do discurso da inclusão que, fatalmente, faz que os textos (obras) e autores traíam-se a si mesmos (com permissão do pleonasmo). Ao denunciarem o preconceito e o poder, contra os quais pretendem lutar, deixam-nos transparecerem, pois que inscritos em suas ideologias e investidas argumentativas. Conforme afirma Gnerre (1994), “a indicação de uma norma visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de ‘oportunidades’ iguais; porém isso sustenta, ao mesmo tempo, o processo de constante redefinição de uma norma e de um novo consenso para ela”.

Talvez não seja muito extensa a distância entre verdade e legitimação, como não seja também muito difícil o alcance da compreensão de suas resultantes, isto é, de tudo o que externa os processos de eleição de idéias e cristalização de valores. Entendemos

que a luta contra a discriminação ou a investida a favor da igualdade revela não apenas o desejo de se firmar como igual, mas como único e verdadeiro: toma-se uma posição quando se acredita que ela seja acreditável. O que se desvenda é, enfim, a denúncia que prevê os ouvintes e os situa numa posição de escolha que nem sempre é livre; é antes, o assujeitamento às estratégias mais bem elaboradas. A linguagem enquanto discurso não constitui apenas um complexo sistema que tende à comunicação; a língua é muito mais que um idioma a partir do qual seus falantes se encontram e firmam uma nacionalidade:

“A língua é muito mais que um simples código ou um instrumento de comunicação. Ela é (...) uma bandeira política. (...). E, como no caso das demais bandeiras políticas, constitui-se em um símbolo e está sempre sujeita à exploração engenhosa por parte daqueles que sabem usá-la em prol de interesses obscuros e inconfessáveis” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 93).

Orientada por esses resultados, a segunda fase da pesquisa – objeto deste artigo – estende-se ao discurso dos *PCN* – língua portuguesa - e *Temas transversais*, dois documentos em vigor desde 1998.

1. Noções sobre discurso, formação ideológica, formação discursiva e sujeito

Os estudos lingüísticos, a partir da década de sessenta, foram abalados por uma nova tendência que revisitaria a problemática saussureana entre *língua* e *fala* e, para a surpresa de lingüistas disciplinares e disciplinados, desconstruiriam (que o diga Derrida) os rumos da análise da língua enquanto sistema, visando às abordagens da linguagem, agora processo: com toda licença e respeito aos de então, eis a *Análise do Discurso*.

As perspectivas das abordagens e pesquisas se alargam e ocorre que a linguagem não mais representa a pura aplicação da língua, a parte prática do processo da comunicação ou um conjunto de sistemas e seus respectivos significados combinados, mas, antes, a manifestação particular de seus sujeitos produtores, o lugar de inscrições ideológicas e conflitos. Com efeito, o *entre-lugar* é onde se dá o acontecimento discursivo. O discurso se situa entre o homem e sua realidade, interligando-os; permitindo a interação de sujeitos ou grupos. E o fenômeno da linguagem, abstraído do entrelaçamento do lingüístico e do extralingüístico, passa a ser o objeto de estudo de novas

abordagens, entrecruzando-as. Pode-se dizer, a partir dessa noção, que a competência discursiva dirá respeito então à capacidade do sujeito de ler a si e ao outro, e podemos pensar que, mais que no entre-lugar, o discurso reside paradoxalmente no *não-lugar*; na ausência ou na falta de critérios e regularidades.

Dessa maneira, o que se deve avistar e o que queremos tratar neste estudo não é somente o que se diz, para quem se diz, de onde se diz e muitas outras micro questões que são levantadas e, sem que se perceba, recuperam a sistematização retrocedendo os estudos, normatizando-os. O que importa é entender, antes, como os sujeitos estão articulando essas questões no seu discurso, a gradação com que tomam consciência da implicação de saber suas respostas e a frequência do aparecimento ou descoberta destas nos acontecimentos de fala; bem como a maneira que se dá isso nos discursos; como e através de que meios isto se representa na enunciação. Enfim, o como os sujeitos da enunciação estão “narrando” ou “representando” o mundo de que falam e o contexto no qual se inscrevem (e interagem), fundando e (des) mascarando as estratégias discursivas e de enunciação. No caso deste trabalho, na análise dos PCN, busca-se o “como” o discurso dos PCN está lendo os parâmetros da tradição e da inovação; o “como” se articulam nesse discurso os discursos precedentes da tradição e da mudança.

É preciso esclarecer, contudo, que não se trata aqui de virar as costas à teoria e aos estudos já oferecidos – bem se sabe que dependemos de partir de algum ponto para contrastá-lo a outro ou estendê-lo na sua própria perspectiva –, mas sim de acrescentar-lhes (outras) inquietações. O que queremos dizer é que os conceitos já elaborados devem ser revisitados sim (como fortes contribuições que realmente são), mas acompanhados de uma atualizada e constante releitura, para que se alcancem resultados relevantes e as análises progridam com a contribuição destes. Estes devem ser tomados ou considerados como base, como ponto de partida, mas não podemos concordar em simplesmente reproduzi-los sem refletir sobre sua aplicação hoje; sem acompanhar as mudanças e as transformações que o tempo reclama. Não mais. O diálogo com o anterior tem de ser feito ou realizado criticamente; caso contrário, não passa de mera repetição e não nos permite novos olhares.

Dizemos isso porque a nação e a cultura são sujeitos do discurso; os estudos estão acontecendo e seriam sem significação se isso não se percebesse; a *Crítica* deve sua origem a esses diálogos e

as descobertas também se devem à *Crítica*. Cabe questionar: de qual discurso partiremos para compreender a realidade cultural sobre a qual se inscrevem os discursos e a partir da qual se projetam outros? De que nos valeremos para apreender as justificativas ou implicantes na estruturação e formação discursiva?

É nesse sentido que a Lingüística, neste século, tem um papel fundamental, porque terá de estar atenta a esses processos de modificação e será de sua responsabilidade explicá-los; os lingüistas, por sua vez, devem ter a sensibilidade de percebê-las e fazê-las acontecer; terão de dar conta disso, uma vez que o mundo se transforma e a linguagem espelha o mundo. O discurso é justamente a materialização desses acontecimentos; o discurso é ocorrência sempre suspeita e questionável. Ninguém mais vê a realidade como ela foi vista há algum tempo; o mundo, só nos últimos 50 anos sofreu mudanças drásticas, não se negue; as pessoas não se vêem da mesma maneira; os sujeitos e discursos não podem mais ser lidos como sempre foram. E é papel do analista alargá-los cada vez mais e progressivamente. Naturalmente, será então na instância discursiva que se encontrará a configuração ou o desenho (ainda que esboço) de toda a formação do sujeito, de suas ideologias e intenções, das condições nas quais são produzidos os enunciados:

“A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 1993, p. 12).

Ora, se todo ato enunciativo ou de fala (realização da linguagem) se inscreve, no mais, num tempo e num espaço, o discurso será então apresentação: uma asserção social, cultural e política. Evidentemente, toda análise de um discurso deve compreender as implicações desses fatores. Assim, é necessariamente o discurso o local onde se articulam os processos ideológicos e os fenômenos lingüísticos, numa constante harmonia ou tensão.

Oportuno seria também, dito isso, ressaltar que nenhum discurso pode ser analisado isoladamente, uma vez que, como já afirmamos, estabelece constantes relações. Isso significa dizer que todo discurso ou enunciado dialoga com outros e, além disso, não se

inscreve sobre uma página branca, pois se constitui num espaço que já se encontra saturado por outros discursos:

“Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo” (FOUCAULT, 1969, p. 124).

Em virtude de tudo isso é que o discurso pode ser entendido como resultado ou acontecimento histórico, social, cultural, ou mesmo político; sua produção ou realização não se faz senão num contexto responsável por sua formação (por sua elaboração) e pelo efeito que pode intencional ou inconscientemente obter.

2. Condições de produção

A fim de que se compreendam as implicações e resultantes das condições de produção, pensamos no discurso como *representação*, como atuação enunciativa. Isso significa dizer que no “teatro” discursivo as ações são estabelecidas e se desenvolvem por força de um complexo atuacional que envolve: a) fatores e pessoas visíveis: personagens (sujeitos), lugares (cenários), e momentos (cenas); e b) “colaboradores” não explícitos, mas responsáveis no processo atuacional: diretor, (orientador, comandante), sonoplastia (responsável pelo estabelecimento do clima, da tensão, do drama, do cômico, enfim, da situação ou circunstância dada), e todo o externo ao palco (ao acontecimento enunciativo) representado pela equipe técnica (aqueles que estão atentos a todas as ocorrências durante a ação e que devem garantir a segurança e bom desenvolvimento da trama). A soma de todos esses fatores resulta na peça apresentada.

Courtine (1981) transforma as condições de produção em simples circunstâncias, nas quais os “sujeitos do discurso” interagem-se e constituem a origem de relações discursivas das quais são o portador ou o efeito. No âmbito discursivo, as condições de produção operam como as relações interpessoais condicionadas pela situação ou momento sócio-histórico-cultural. Temos, na situação enunciativa, um emissor que fala a um destinatário a respeito de um referente, sistematicamente. O “como” falar, o que deve ou não ser dito, a escolha do léxico ou vocabulário e, mais, a articulação consciente ou imposta

desses fatores, a manipulação e apreensão da estruturação ou estratégia discursiva fundadas nessas implicações, são ordenados por aquilo que as circunstâncias impõem aos falantes; pelo contexto que os envolve (sujeitos e discursos) e no qual se inscrevem, operando como uma força nem sempre visível, porém presente no discurso, de modo que este será conduzido pelas indicações das condições nas quais são produzidos os discursos e/ou enunciados para que a atuação discursiva seja bem sucedida.

Jakobson (1963, p. 214) apresenta um esquema “informacional” da comunicação no qual os protagonistas do discurso são colocados em cena junto aos seus referentes para que se possam compreender as condições históricas da produção de um discurso. Ele faz isso porque o sujeito discursivo é um sujeito marcado e sua fala é refratária dessas esfoliações. Dizer isso, compreenda-se, é dizer, mas não somente, que os discursos são produzidos por sujeitos que: 1) ocupam um lugar; 2) que falam de (ou em) algum lugar; e 3) falam para alguém (os interlocutores ou destinatários (concretos, imaginados ou imagináveis, todos possíveis)). Dizer isso é dizer que se pode ver nos protagonistas do discurso não somente os sujeitos falantes, mas a figurativização de um produto moldado e uma representação de lugares (encontrados ou pretendidos). Já a relação desses, ou seja, a consciência dos lugares e indivíduos, é elaborada a partir de “formações imaginárias” que implicarão, por sua vez, as imagens que as pessoas do discurso fazem de si mesmas e do outro; fazem do seu lugar e do outro, a fim de que se fundem as estratégias discursivas.

Essas estratégias dirão respeito à adequação de todos os operantes do discurso, dos fatores intra e extra discursivos que ressaltam na enunciação: o que é dito deve ser dito de determinada maneira, para determinada pessoa (ou público), em determinado momento (época, momento histórico), num determinado contexto (condição social e cultural). O “aconselhamento” desses atuantes tende ao êxito, ao sucesso discursivo, que, em AD, chamamos *enunciação feliz*, ou seja, bem sucedida.

Dividindo a responsabilidade da constituição dos discursos, as *formações ideológicas* também operam no espaço das condições de produção. Como vimos, o discurso é o “lugar” no qual o sujeito manifesta sua formação. Dessa maneira, o discurso se insere no gênero do ideológico, uma vez que é produzido por um *sujeito ideológico*; isto é, um sujeito que ocupa um lugar (ou desenvolve um papel) numa

classe; num grupo social que mantém relações e práticas de afinidade ou oposição:

“Num determinado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem se caracterizar pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas” (...). (BRANDÃO, 1993, p. 38).

São então as formações ideológicas a aglutinação de toda a participação e interação do sujeito na sua posição, em confronto ou em concordância com o outro na posição que lhe cabe ou que lhe é atribuída. Partindo dessa noção é que se afirma um complexo de atitudes e representações nem individuais, nem universais, referentes às posições de classe em conflito umas com as outras, noção que embasa o pensamento de Haroche et alli (1997, p. 102):

“Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras”.

Também se faz necessário salientar que uma formação ideológica possui várias formações discursivas que se relacionam e constituem algo que o sujeito do discurso pensa ser seu, mas que na verdade é o produto, o resultado do diálogo que o seu discurso estabelece com os outros discursos ou enunciados. Orlandi (1984) trará o termo polissemia para retratar o entrecruzamento dos discursos e o desempenho das fronteiras discursivas, evidenciando a multiplicidade de sentidos patente nesses diálogos discursivos.

Com efeito, um conjunto de formações discursivas remete à mesma formação ideológica. As formações discursivas se situam entre a língua e o discurso, numa intermediação que impõe a realidade e o seu sentido, orientando o discurso, e representam construções anteriores externas aos enunciados, tornando-se evidências por meios das quais o sujeito conhece o objeto do seu discurso. “Isto leva a

constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada uma sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem pe “várias linguagens em uma única” (BRANDÃO, 1993, p. 39-40).

O que se sobressai em todas essas noções apresentadas e o que separa os estudos em antes e depois da década de 60 é a atenção sobre o sujeito. Até então o linguísta disciplinar esmiuçou as partes da sentença, estudou os morfemas, os fonemas e muito mais, mas esqueceu de atentar à subjetividade da linguagem. No entanto, o sujeito é constituído pela linguagem que lhe apresenta o mundo. Podemos dizer mais: o sujeito só se constitui como sujeito porque discursivo, e as áreas de atuação humana se fazem por meio da linguagem. Não é por acaso que a política se faz com a linguagem, da mesma forma que se faz a educação, a psicanálise (Freud, Lacan) e tantas outras. E é por tudo isso que o sujeito ocupa um lugar privilegiado na linguagem, completando-se na existência do outro. Assim, a atenção agora não está mais simplesmente no EU ou no TU da comunicação, mas no espaço de intercâmbio entre ambos. É nesse sentido que o sujeito só se reconhece como tal à proporção que se relaciona com o outro; pois enxerga no outro a reprodução feliz ou frustrante daquilo que pensa ser (ou passa a pensar que é).

O sujeito, enfim, não é simplesmente aquele que fala, mas um locutor subjetivo que enuncia posições e lugares; é aquele que realiza a língua. É o sujeito um ser marcado espacial e temporalmente; é, portanto, essencialmente histórico; é representação histórica de falas e ações, é acontecimento e registro social.

3. Emília` no País da Gramática

A obra de Monteiro Lobato de 1985, *Emília no País da Gramática*, traduz o embate que ainda hoje fomenta discussões e polêmicas nos estudos da linguagem. Não é em vão que pesquisadores e autoridades se propõem discutir o ensino da língua, percorrendo os caminhos vinculados pela tradição, em nome de projetos ideais-progressistas que sugerem uma operação “tapa buraco” em prol da democratização. O confronto referido entre forma e uso, entre língua-padrão e não-padrão apresentado pelo escritor (des) mascara a rivalidade entre linguístas e gramáticos, fazendo das personagens veículos transmissores de ideologias, poderes e cristalizações materializados nas realizações (ou criações) discursivas. O neto do Visconde de Tremembé, José Renato ou Bento Monteiro Lobato, leva-

nos a um passeio pelo país da gramática da Língua Portuguesa, apresentando-nos, com notável intimidade e apurado senso de humor, os lugarejos povoados por sílabas, pronomes e outros nativos do território. Muito coincidentemente, esse passeio é realizado sob orientação do rinoceronte Quindim: o “gramático sabidão” do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

Parece de consenso que o traço ou marcas didático-pedagógicas da obra encontram contraste na resistência ao uso exagerado das normas figurativizadas na personagem da boneca Emília. Talvez não fosse difícil perceber que a boneca não ocupa o papel principal da trama sozinha. Ela o divide com o incansavelmente coroadado de “bem saber”, o Rinoceronte, “paquiderme sabidão” e “grandíssimo gramático”, que exhibe todo o seu conhecimento intelectual e exterioriza o caráter didático-pedagógico da obra (e do autor), ainda que se contraponha a isso, de modo a atenuar a verdadeira proposta do texto, o discurso da resistência proferido por Emília. O Rinoceronte, com todo o seu “cascão gramatical”, é destemido, forte, corajoso e capaz de botar todos a correr com um único bramido. O bramido daquele que conhece e que não sofre contestação por causa do domínio que exerce sobre os “desavisados da norma”. Estabelece-se o reconhecimento do poder da gramática.

É nesse sentido que buscamos analisar as motivações dos discursos das personagens (atravessados pela ideologia que afeta o autor e as condições de produção da obra). E, precisamente na “arena da discussão”, ou seja, no lugar onde se estabelecem esses combates, nos posicionamos para revelar as evidências do preconceito lingüístico, do poder, do ensino, entre outras imbricantes abstraídas na análise discursiva que nos permitirá, num segundo momento, constatar as contradições (do autor) que se revelam na materialidade lingüística e/ou textual.

Faz-se sensato saber, contudo, que toda situação assertiva pressupõe uma negação e/ou vice e versa. Partindo desse pressuposto, investigamos não apenas a denúncia como também a reafirmação, o “blefe”; buscamos compreender mais que a intenção que o autor se propõe defender; analisamos o fato de se trair nesse pronunciamento (ou depoimento) de defesa, procurando desconstruir e revelar as forças de (re)ação que envolvem esses processos e problematizam os estudos lingüísticos. Que não se dispense o fato de se saber ser Lobato, tal qual o Rinoceronte Quindim, um “gramático sabidão” (usando das palavras de Emília); tampouco se ignore o revestimento inocente que

recebem as apresentações, evidentemente por se antecipar que o público-leitor, os receptores da obra, fossem “crianças”, o público-alvo dos moradores do sítio. É preciso esclarecer que o fato de se moldar a obra às “perspectivas” das crianças não significa que esta não se lesse ou se leia por adultos. O que ocorre é que esses mesmos adultos são transportados (e, ao lerem, aceitam essa conversão) a uma identidade outra (a de crianças), por força do tratamento que recebe o texto, uma vez que falamos de literatura infantil.

Talvez fosse de certa inocência crer nessa transfiguração como ocasional. Sabe-se que o escritor é precisamente aquele que, pelo poder da criação, “inventa” um mundo no qual aqueles que se aventuram a conhecer têm de se submeter as suas criações (e criaturas); seria um “aceitamento” necessário (ou obrigado) das condições do sistema ao qual se deseja ligar, a fim de que se encontre a harmonia do bom estar ou da sobrevivência. Naturalmente, o inevitável revestimento infantil que recebem os adultos os coloca obrigados (ainda que contrários) a aceitar as orientações daquele que rege o complexo e que o fala. É evidente que a escolha ou a estratégia traçada pelo autor posiciona os leitores (de todas as idades) como os servos que ouvem os mandamentos do criador que vem ao mundo (ou ao país da Gramática) para salvar o seu povo e livrá-lo dos pecados da linguagem. As crianças (todas), como inocentes que são, merecem o reino do céu, desde que sejam “educadas” na fé do sacrifício libertador.

Não pretendemos disseminar a apostasia; antes, tratamos neste estudo de discutir as imbricantes da materialidade lingüística e/ou textual patente nos acontecimentos discursivos. Como acontecimentos, estão sujeitos (ou, melhor, assujeitados) às condições ideológicas e situacionais de elaboração enunciativa ou mesmo da obra. A fim de concretizar esses apontamentos, selecionamos alguns trechos que permitirão as discussões propostas.

“Parece simples mas não é. Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua e estudam o comportamento delas, xingam-nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras, e as faz e desfaz, e esquece umas e inventa novas, é o dono da língua – o Povo. Os gramáticos, apesar de toda a sua importância não passam dos ‘grilos’ da língua” (LOBATO, 1985, p. 26).

A análise desse enunciado da obra de Lobato – que possui como tônica a resistência de Emília ao uso exagerado das normas, a extrapolação da institucionalização de regras – permite que se evi-

dencie a exposição da relação concorrente entre lingüistas e gramáticos. Pode-se facilmente observar a denúncia mascarada: os gramáticos mexem e remexem, estudam e xingam as palavras da língua, ou seja, que não lhes dizem respeito, uma vez que o dono da língua (das palavras) é o povo.

O pressuposto é que os gramáticos (“eles”) não fazem parte do “povo” e pertencem a uma entidade outra que não esta dos enunciadores, isto é, não estão – por força dos discursos das personagens, atravessados pela ideologia do autor – no mesmo plano, no mesmo nível que os dos sujeitos do discurso em análise. No final do trecho, a reafirmação, o “blefe”: “os gramáticos, apesar de toda a sua importância (...)”; vejam, os gramáticos são importantes e não passam dos “grilos” da língua, ou seja, dos policiais da língua; então os gramáticos não são nada mais, nada menos, do que quem comanda, governa, controla, ordena, reprime e liberta o idioma. Os gramáticos são os que detêm o poder. “A língua sempre serviu e servirá como ponto de aglutinação de um povo e, por isso mesmo, a arma mais fácil nas mãos de líderes maquiavélicos que querem se consolidar no poder” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 94).

Dados esses antecedentes ou essas exposições, precisamos compreender que esses apontamentos só se fazem perceptíveis por uma mudança no foco de análise das obras literárias. Queremos dizer com isso que a ênfase ou o escopo desta análise encontra-se, como se pode perceber, nas manifestações da recepção. Talvez fosse possível dizer que a atenção outrora destinada ao autor e à obra, nos estudos de textos, cede espaço hoje aos estudos que revelam o leitor como o “funcionante” da produção (aquele que coloca a obra em funcionamento), uma vez que é o leitor que, no ato de leitura, resgata esses textos, permitindo-lhes a vigência, concedendo-lhes a eminência de sentidos ou revelações estilístico-semânticas.

Podemos dizer mais e inferir que a figura do leitor sozinha ainda não sacia a necessidade, buscada pela AD, de esmiuçar as produções ou processos discursivos. Para que isso ocorra, faz-se necessário atentar não somente ao leitor, mas à relação deste com as personagens das condições de produção dos discursos e do processo de leitura. Trata-se de articular o como o leitor está vendo (ou lendo) o autor, o como está se vendo (ou se lendo), como está recebendo (vendo ou lendo) a obra e como tudo isso contribui em suas elaborações, por meio das quais entende ou lê o mundo em que participa e no qual exerce a linguagem que, por sua vez, opera como

arquivo das implicâncias resultantes dessas articulações. Parece preciso esclarecer que não se trata de esquecer ou ignorar o valor da obra literária, tampouco o talento criador de seu autor (características às quais nos chama a atenção a tradição), mas, no crivo da Análise do Discurso, precisamos nos desprender, desconstruir (como propusemos inicialmente) ou (des) mascarar esses valores, apreendendo o conflito dos sujeitos diante das recepções que lhe proporcionam esses textos.

Diga-se ainda, em acréscimo ao entendimento pretendido, que o Lobato que se lê hoje não é aquele que se leu há algum tempo, nem será o mesmo que se lerá de agora por diante. Compreendemos afirmações como, por exemplo:

(...) “o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. (...) A repetição indefinida de comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia no seu ponto de partida, a simples recitação” (FOUCAULT, 1998, p. 25).

De fato existe esse livre trânsito e intercâmbio entre os discursos. Acontece que o que lemos, o lemos como leitores de hoje, munidos de leituras, imagens, ideologias e intenções que não envolviam as leituras e os discursos de há algum tempo; tudo o que é dito modifica o que se tinha como estável, ainda que na resistência ao que se diz. Afeta aquele “produto” acreditado pelo fato de se obrigar o texto (e o autor e as elaborações enunciativas de defesa ou crédito) a outra recepção; faz que se retorne ao prévio para a confirmação ou a refuta das indicações. Essas novas apreensões, derivadas desse retorno, tornam o objeto primeiro outro, jamais o mesmo. Esse texto lido e apossado será, pragmática e incansavelmente, vários textos e isso não pode fugir à compreensão das análises lingüísticas, uma vez que a formação das produções dos sujeitos depende desses acontecimentos.

3.1 A Língua de Eulália

Propusemo-nos revelar as subjacências referentes ao poder, ao preconceito, ao ensino, às imagens, entre outras implicâncias em Monteiro Lobato e o fazemos também em Marcos Bagno, procurando estabelecer os possíveis diálogos entre as obras. *A Língua de Eulália* convida-nos a assistir ao confronto entre norma e uso, entre língua-padrão e não-padrão. Inevitavelmente encontramos, introduzida por

Lobato e agora explícita em Bagno, a relação – que estabelece o diálogo entre os textos – de concorrência ou auto-afirmação desses dois pólos (lingüistas e gramáticos) que impulsionam os estudos da língua, modificando os critérios e planejamentos da educação em nome de uma democratização do ensino, que se apóia menos no desejo de igualdade que na busca de consolidação legitimada.

A “luta” (já que nos referimos a “combates”) pela igualdade de reconhecimento entre os sujeitos, independente de quais forem as variedades faladas, incita os novos estudiosos da linguagem; constitui um traço marcante e facilmente encontrável nas produções “bagnonianas” (para referir a força da tradição). Ocorre que muitas vezes esse pronunciamento de defesa (contra o preconceito lingüístico) se desfaz – ou se transforma – na realidade textual, e seus dizeres, não raro, multiplicam as denúncias, pois somam-se às primeiras (do autor) as nossas, que apontam a reafirmação dos valores contra os quais se vê o mesmo autor escrever – e se contradizer nessas escrituras.

A obra *A Língua de Eulália* é um curso de Lingüística ministrado por Marcos Bagno por meio da personagem Irene, reconhecidamente, na trama, uma estudiosa da língua muito admirada – já encontramos esse reconhecimento em Lobato na figura do rinoceronte –. Essa personagem, como Emília, revela no discurso da resistência as constantes da reafirmação. Irene é professora de Língua Portuguesa e Lingüística, aposentada da universidade há cinco anos, mas ainda na ativa, desenvolvendo pesquisas e publicações. Na verdade, essas apresentações referentes à personagem se fazem claras e evidentes na obra, em razão de se pretender atribuir ao e ressaltar no discurso da lingüista o valor de verdade, daquilo que é cientificamente estudado, comprovado e comprovável, pois Irene não encontra contestação: pode tudo explicar em apuradíssimo português ou pelo uso de seu arcabouço intelectual em latim.

A personagem recebe em sua casa três garotas: Sílvia, Emília (a marca explícita do interdiscurso com Lobato) e sua sobrinha Vera; as três cursam Letras, são professoras do curso primário e trabalham no mesmo colégio; estão em férias e resolvem visitá-la.

Durante esse período, a pesquisadora dedicará um pouco de seus conhecimentos, paciência e inspiração lingüística às meninas, que sorverão explicações múltiplas a respeito da língua portuguesa (também francesa e latina) e seu funcionamento. Sem muita dificuldade, percebemos o poder que possui Irene pelo conhecimento de que dispõe. Ao final da trama, a personagem recebe uma proposta

para a publicação de um livro que, gentilmente, decide dedicar às meninas que lhe valeram de “cobaia” para seus testes científicos (p. 207). Da mesma maneira que lhe vale Eulália, sua ajudante do lar; uma falante do português não-padrão (PNP) que mora em sua casa e inspira seu trabalho. Eulália também recebe o “benemérito” de ser estampada no título da obra que trará, sob a militância do seu nome, os acontecimentos e motivações encontrados na variedade não-padrão da língua; a variedade falada pelos não-dominadores da norma, agora representados e unificados na força de um nome: aqueles que falam como fala Eulália.

É evidente que não estamos afirmando que existe a intenção consciente do autor em blefar ou que intencionalmente ele não cumpre com o que propõe a obra. Fato é que, quer queira, quer não (quer assuma, quer não assuma), ao denunciar o preconceito, Bagno é traído por si próprio. Oferece vestígios que o desmentem nos enunciados, na materialidade lingüística e/ou na apreensão semântica. Deixa transparecer no (ou subjacente ao) texto a sua ideologia, ou ainda aquilo que pretende negar, mas que está tão presente:

“É por isso – prossegue Irene – que nós lingüistas dizemos que *toda língua muda e varia*. Quer dizer muda com o tempo e varia no espaço. Temos até uns nomes especiais para esses dois fenômenos. A mudança ao longo do tempo se chama *mudança diacrônica*. A variação geográfica se chama *variação diatópica*. E é por isso também que não existe a *língua portuguesa*” (BAGNO, 2003, p. 22).

Temos, nesse trecho, a manifestação do outro lado do conflito. Ora, é a vez de os lingüistas se institucionalizarem, justamente o contrário do que prega e propõe o autor durante toda a obra. Ele escreve o texto pretendendo a negação, a não admissão do fato como verdade, e também se contradiz. O “nós lingüistas” posiciona os lingüistas numa classe ou grupo especial; remete os leitores à idéia de que existe uma união de indivíduos de conhecimentos e interesses incomuns, que afirmam algo, que defendem uma opinião. No sentido mesmo de que a união faz a força, a força se pode perceber na certeza destes de que não só uma como todas as línguas mudam e variam; é fato.

A personagem prossegue e exhibe a classificação das mudanças em *diacrônica* e *diatópica*; a pesquisadora estudiosa da língua expõe todo o seu conhecimento geo-intelecto-científico para esclarecer a diferença entre os conhecedores da norma e os falantes do português não-padrão. Será que qualquer leitor lê a obra? E mais, na análise da

obra, descobre-se que quem discrimina os falantes do português não-padrão (geralmente os falantes do padrão) o faz porque não sabe ou desconhece essas explicações para a quebra da norma ou das variações: até muitos dos que dominam a norma culta não dominam as diferenciações ou variações das regras. Pronto. Somente os lingüistas conhecem verdadeiramente a língua e seus comportamentos.

É certo, deve-se dizer, que os conflitos aqui apontados, por meio das análises oferecidas, traduzem muito mais que a quebra ou a negação de uma proposta, que a contradição discursiva ou mistura ideológica que sofrem os autores citados. Revelam, a mais, o processo de *devoração* que envolve as produções analisadas. A devoração diz respeito aos registros que se podem perceber na realidade textual, uma vez que a escrita é o registro criterioso de leituras (quais forem). Não podemos aceitar a idéia de que Bagno (como Lobato) escreve sem percorrer os caminhos por onde caminharam outros. A prova (se necessária) dessa devoração encontra-se na epígrafe apresentada pelo autor: “O serviço mais útil que os lingüistas podem prestar hoje é varrer a ilusão da ‘deficiência verbal’ e oferecer uma noção mais adequada das relações entre dialetos-padrão e não-padrão” (William Labov, *The logic of Nostandard English*, 1969). Dissemos há pouco que jamais um texto é o mesmo e neste momento não contrariamos o que foi dito; ao contrário, estamos nos referindo a como Bagno está digerindo essas leituras ou esses arquivos em seu texto.

Pensamos aqui em como ele está resolvendo esses acontecimentos nas suas produções. Na verdade, o que se constata é a não-resolução desses conflitos. O autor, é claro, tem uma posição ante as condições apresentadas, mas ela é ainda ambivalente; é tanto saber e querer dissolver os valores criticados, quanto adotá-los e inferi-los nos processos enunciativos. É inevitável a impressão de que os conhecimentos devorados por Bagno estão ainda por serem digeridos e nós não podemos fechar nossos olhos ao risco da má-digestão. O que queremos dizer é que se a escrita é um registro criterioso de leitura, a leitura, por sua vez, é o momento de resolução e digestão dessas escritas. A recepção disponibilizará ou não os antiácidos preventivos ou remediadores desses processos de devoração, formação e produção discursiva e/ou ideológica.

3.2 Sobre os PCN

O discurso político-educacional dos PCN – político porque veiculado por instâncias às quais são delegados poderes e autoridades

quanto às decisões e rumos da educação; educacional porque tem como objetivo a educação e o saber veiculado por ela – configura-se como uma rede heterogênea de discursos cujos fios se entrelaçam e se transformam, remetendo às vozes da ciência, da política, da publicidade, da pedagogia, da história.

Essas vozes, juntas, parecem produzir um efeito de sentido de verdade que nasce de (e é influenciado por) enunciados assertivos, veridictórios e convictos, que marcam a materialidade lingüística do discurso em questão: um discurso em que sobressaem as relações de poder e em que se entrevêem as marcas de submissão. As condições de produção desse discurso – situadas na convergência do lingüístico com o ideológico, o histórico e o social – envolvem os (inter) locutores e as imagens pressupostas, implicando, assim, uma relação necessária entre a materialidade lingüística e a materialidade social e imbricando as formações ideológicas (atitudes e representações diretamente ligadas à posição “de classe”) e as formações discursivas.

Isso significa, por um lado, que as modalidades enunciativas são determinadas pelo que pode ser dito nesse momento histórico-social e, por outro, que a materialidade do discurso apresenta-se em conformidade com as práticas institucionais em vigor, uma vez que cada “teoria educacional” – como forma de afirmação política que é – está intrinsecamente relacionada aos fatos políticos e sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 60)

Na ordem da esfera política, a análise das condições de produção dos PCN remete ao momento histórico-social referente aos três últimos anos da década de 90 e aos quatro primeiros anos do século XXI. No mundo, ressalta-se o progressivo domínio científico-tecnológico e cultural dos países industrializados e a globalização; no Brasil, um governo que prega a qualidade dos serviços, a justiça, a liberdade, o respeito e a participação de todos à humanização do processo educativo. O que se sobressai são as imagens de mudança, pela voz do Estado (os representantes do MEC) e da ciência (os professores universitários), pelas vozes do político e do científico. Representantes de um poder-saber reconhecido, aceito e institucionalizado, estabelecem os objetivos, as necessidades, os limites e falam para os professores do ensino fundamental, propondo um trabalho democrático, em equipe: o governo criou um espaço e uma integração (participação igualitária), sem autoritarismo e sem preconceito.

Nos fragmentos selecionados para a análise, observa-se, em primeiro plano, o discurso da promessa: a promessa de um ensino ideal sob o signo do progresso:

“Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 5).

A imagem do (novo) ensino desloca-se da falta (passado) para a presença (futuro), mediada pela ação, pelo trabalho e pela solidariedade:

“Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (BRASIL, 1998, p. 7).

Configuram-se propostas de mudança não só de prática pedagógica, mas também política: a execução das **ordens** contidas nos **parâmetros** teria o poder de moldar o indivíduo para que este se torne “mestre do seu próprio destino”, emancipando-se:

(...) “Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 19).

Em segundo plano, surge uma perspectiva ancorada na visão sócio-interacionista da aprendizagem: o aprendiz (aluno) é um sujeito consciente, agente capaz de agir no mundo social, transformando-o e transformando-se, graças à “educação emancipadora” proposta no documento oficial:

“Procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos e de assumir a palavra, produzindo textos em situações de participação social, o que se propõe a ensinar os

Ocorre, então, que o texto também se trai e a materialidade lingüística deixa resvalarem as emergências do poder, mascaradas por um discurso democrático e igualitário: algumas vozes emergem, deixando transparecerem as verdadeiras condições de produção:

(...) “as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva” (BRASIL, 1998, p. 27).

Esse enunciado traduz a expressão da imposição do poder embutido no documento, de modo a orientar (professores e alunos) e moldá-los ao projeto; às “propostas” (leis). Contraditoriamente, a liberdade discursiva e a inserção social sofrem as amarras do controle e da restrição implicantes no seguimento das ordens estabelecidas nos Parâmetros; podemos notar a que **devem** corresponder as atividades em Língua Portuguesa e o que **devem** permitir aos alunos. Os professores recebem o “aviso” e a voz da academia entrelaça-se à do poder político. É a ilusão da democracia; a ilusão da verdade, do progresso e da inclusão social, porque, no próprio título do documento, surgem os semas da prescrição e do controle do Estado. Ainda nesta perspectiva, importa lembrar que o documento inicia-se com uma carta de político (o então Ministro da Educação), em que se procura envolver o leitor, seduzindo-o, e argumentando a favor do conteúdo e do seu valor de verdade, de modo a apagar resistências.

Dados esses antecedentes, podemos pensar em até que ponto os PCN democratizariam as relações sociais escolares, tornando indivíduos em sujeitos cidadãos. Monta-se todo um projeto que acaba por reafirmar a hierarquia, as regras e a tradição. A ferramenta de democratização utilizada são ainda os valores e o status que a gramática padrão oferece e a linguagem culta parece operar como o pó de Pirlimpimpim capaz de transformar os falantes “não-padrões” em sujeitos dignificados (e humanizados) pelo poder do domínio da norma, que liberta e emancipa os indivíduos em direção à cidadania e à participação social.

3.3 Quanto às imagens

Partindo da premissa segundo a qual “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), tratamos aqui das representações que se estabelecem nas elaborações discursivas (e ideológicas), junto às condições de produção dos discursos, que resultam na conceituação de imagem e significam (permitem significações) na constituição dos sujeitos. Dessa maneira, pode-se dizer que os discursos oferecem um campo no qual as “aparições” ideológicas funcionam como representantes daquilo que faz que o sujeito se torne quem é (ou quem pensa ser) e elabore as mesmas (ou outras) impressões daqueles (meio e sujeitos) com os quais se relaciona (ou pretende relacionar-se).

Parece claro dizer que nem sempre esses processos de elaborações “espontâneas” se fazem livres, ou seja, que muitas das vezes as representações referidas, silenciosamente, ordenam as formações que antecedem os acontecimentos discursivos, realizando a existência dos sujeitos-falantes, uma vez que esses sujeitos são interpelados como tais, em suas formações discursivas, por formações ideológicas que lhes correspondem (a sujeitos e discursos). Posto isso, faz-se importante pensar que as ocorrências de imagem nos discursos dizem respeito ao **entendimento** dos sujeitos a respeito de si, do outro, do meio, do mundo, da relação destes e da sua relação com estes. As imagens, no discurso, implicam as significações do que as condições de produção (todas) e as formações ideológicas permitem (ou ordenam) a esse falante, remendo ao que Pêcheux chama de “forma sujeito”: o sujeito que é afetado pela ideologia.

É preciso considerar, assim, nos estudos das imagens, as representações que envolvem o destinador A, o destinatário B, o referente R e o código comum a A e B. Essas representações manifestas no processo discursivo e que dizem respeito às imagens embutidas nas elaborações de fala (ou enunciativas) conferem ao sujeito-falante a possibilidade de construir um discurso feliz (ou infeliz) que envolverá algumas questões entre as quais sugerimos 12: 1) quem é A para falar assim a B?, 2) quem é B para que A lhe fale assim?, 3) de que falam?, 4) com qual intenção falam?, 5) de onde se fala?, 6) para onde se fala?, 7) de que modo é falado?, 8) a partir de que ou com base em que se fala?, 9) quais são as motivações que levam A a dizer a B sobre R de maneira Y?, 10) quais são as antecipações que A faz


com relação a B e a R para lhe/o falar?, 11) o que A pensa que B pensa de A? e 12) o que A pensa que B pensa de R?.

Como se pode observar, essas questões envolvem muito mais que a compreensão dos sujeitos acerca dos fatores que os circundam e que incitam suas construções. Muitas vezes, as condições históricas, sociais, as relações de forças, de sentido, de implícito e explícito nem sempre se encontram sob o domínio do falante. Importa considerar ainda que as significações resultantes da articulação dessas imagens são sempre, e necessariamente, arbitrárias, pois a construção das imagens e referências particulares a cada sujeito-falante é que o condiciona a um entendimento determinado e individual; singular, mesmo que se distribua a um grupo (ou círculo) incomum, e, diferente, ainda que se retorne ou se retome o pré-construído ou o que se tem chamado na AD de “já-dito”.

Ao contrário de afirmar que o saber discursivo torna possíveis dizeres que retornam sob a forma de pré-construído, ou que os discursos dizem pela primeira vez aquilo que já havia sido dito – no sentido de se existir um discurso-primeiro do qual originariam outros marcados “geneticamente” pelas características “criadoras” –, preferimos dizer que os discursos repetem incansável e exaustivamente a probabilidade de construir ou fazer novo; neste caso, os discursos significariam sempre progressões (o que é muito mais proveitoso). Não estariam como forma de já-dito ou não-dito, mas sempre como a possibilidade de se dizer. É sensato saber, no entanto, que os discursos dialogam entre si; que é impossível a existência de sujeitos despregados do (e no) mundo; que estabelecemos relações e pensamos a partir de um complexo que nos é herdado (nem sempre escolhido). Isso, porém e portanto, não pode significar que não seja possível transformar, desconstruir ou encadear sobre o que já está dado; previamente contido, mas imprevisivelmente abstraído e possível.

Considerações finais

Pretendemos com este trabalho exibir uma leitura crítica das obras *Emília no país da Gramática*, de Monteiro Lobato, e *A Língua de Eulália*, de Marcos Bagno, exibindo aspectos do *status* da gramática normativa no ensino, por meio do confronto estabelecido entre as obras e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentamos os diálogos possíveis entre os textos e abrimo-nos a interpretações que fizeram que emergisse, na materialidade textual, as imbricantes do poder, do preconceito linguístico, do ensino, das ideologias e imagens,

entre outras construções atuantes nas produções discursivas das personagens e autores. Buscando contribuir com as reflexões referentes ao estudo da linguagem, permitimo-nos discutir algumas noções cristalizadas nos estudos discursivos, manifestando-nos com relação a estas e abrindo espaço a futuras discussões. 

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália : novela sociolinguística*. 12^a.ed. São Paulo: Contexto,

2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7^a.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 1998.

COURTINE, J.J.; MARANDIN, J-M. Quel object pour l'analyse du discours? In *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4^a.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *Arqueologia do saber*. Trad. de L.F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971 (Título original: *L'archéologie du savoir*, 1969).

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HAROCHE, Cl.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussuriense: langue, langage, discours. *Langages* n° 24. Paris, Dider-Larousse, 1971.

JAKOBSON, R. Linguística et poétique. In: *Essais de Linguistique générale*. Paris, Ed. Minut, 1963.

LOBATO, Monteiro. *Emília no País da Gramática*. 29^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. ORLANDI, E. P. *A linguagem e o seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi [et al]. 2^a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão Ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

IDENTIDADES (DES)CONSTRUÍDAS: A VOZ DE CARVOEIROS DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

Marlene DURIGAN*

Paulo Henrique Camacho BRAZ**

Resumo: Ancorado nas contribuições teóricas de Castoriadis (1987) acerca dos conceitos de imaginário e representação social e metodologicamente inscrito no vasto campo da Análise do Discurso (AD), este trabalho teve como objetivo identificar aspectos relativos à identidade social de carvoeiros, com base na análise das vozes de trabalhadores (patrões e empregados) em carvoarias da região do Bolsão sul-mato-grossense. A primeira etapa da investigação consistiu de pesquisa bibliográfica; a segunda compreendeu entrevistas com quatro sujeitos – dois patrões e dois empregados –, observando-se a variável sexo para ambas as categorias. As análises concentraram-se nos sentidos de justiça e cidadania, emanados das falas dos entrevistados, evidenciando a falta de fronteiras discursivas nítidas entre as representações, apesar da visibilidade dos lugares de patrão e empregado: os conceitos de cidadania e justiça apontaram para o sentido segundo o qual pertencer a um grupo de trabalhadores é garantia de sobrevivência.
Palavras-chave: justiça; cidadania; representação social.

Abstract: Base on Castoriadis (1987) theoretical contributions about the imaginary and social representation concepts, and methodologically subscribed in the wide field of Discourse Analysis, this work has as a goal to identify aspects related on the coaler social identity, studying the worker speeches in the coal regions of Mato Grosso do Sul State. The first step of the investigation is a bibliography research; the second step we have some interviews with four men – two bosses and two employees – observing the sex variations for both categories. The analysis is dealt with justice and citizen senses that come from the interviewers, showing the lack of clear discursive border among the representations despite the visibility of the places that the boss and the employee have: the concepts of citizenship and justice show the importance of belonging to a group of workers that, with this, has their survival guaranteed.

Key-words: justice, citizenship, social representation.

Introdução

Numa época em que os temas da “justiça social” e da “cidadania” constituem diferentes discursos de distintas instituições ou de diferentes sujeitos, as ciências humanas revelam-se um campo extremamente propício ao estudo de comportamentos humanos no trabalho, especialmente os que envolvem percepções de justiça e cidadania.

Em estudos sobre esse assunto, encontram-se pesquisas que exploram satisfação no trabalho, percepção de justiça, comprometimento organizacional, comportamentos de liderança, características de personalidade, entre outros temas, um dos quais corresponde àquele que originou esta pesquisa: a exclusão social. As abordagens a essa problemática social – centradas, especialmente, em discursos sobre os excluídos –, têm gerado um considerável fluxo de pesquisas na área

* Professora Adjunto do Departamento de Educação, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL.

** Bolsista do PIBIC/CNPq/UFMS/FUNDECT.

de Humanidades, tendentes a identificar formações ideológicas e formações discursivas, a investigar interdiscursos e, em geral, a insistir na relação (quase) bélica entre dominadores X dominados, explorando, ainda que subjacentemente, temas e conceitos tais como características de personalidade, repressão freudiana, inconsciente pessoal ou coletivo de Jung, a vontade de poder, questões históricas.

Como as relações entre questões de Psicanálise e questões sobre discurso e constituição do sujeito e de identidades estão na base dos estudos da linguagem, torna-se necessário que se estreitem as relações entre esses dois campos do conhecimento, contribuindo para a humanização dos processos sociais, diminuindo a tensão entre o universal e o singular e integrando em um só conjunto a aparente dispersão dos fatos e dos conhecimentos.

Assim, considerando, na esteira do pensamento de Fairclough (apud SILVA, 2002), que toda pesquisa deve revestir-se de uma prática social transformadora, e interessando-nos em identificar e compreender fatores que intervêm no processo de (des)construção de identidades em situações de subemprego, escolhemos, como lugar de pesquisa, a carvoaria e, como sujeitos, carvoeiros de ambos os sexos.

A opção por esses sujeitos e por esse lugar orientou-se por uma série de questionamentos, alguns dos quais procuramos responder com a investigação aqui delineada: O que pensam esses sujeitos sobre direitos, deveres e justiça social? O que pensam sobre o mundo dos incluídos? Como se vêem em relação ao outro? Como percebem as relações de poder e as sanções ou recompensas?

Quanto ao objetivo da pesquisa, foi identificar aspectos relativos à identidade social de carvoeiros, com base no confronto das vozes de trabalhadores (patrões e empregados) em carvoarias da região do Bolsão sul-mato-grossense, e confrontar sentidos dos conceitos de justiça e cidadania emanados das falas dos entrevistados.

1. Percurso metodológico

Definido o suporte teórico que orientaria a pesquisa – estreitamente vinculado à formação dos pesquisadores e ao objeto de estudo –, procuramos um percurso metodológico que se adequasse ao tipo de investigação e aos dados que seriam objeto de análise.

Twierwilliger (1974, p. 12), em seu *Psicologia da linguagem*, afirma que:

“Quem teoriza deve estar em condição não apenas de determinar a correlação entre x e y, mas, ainda, em condição de esclarecer o

motivo por que essa correlação *deve* existir. Esse *deve* pode, naturalmente, esconder-se nas dobras da história do sujeito em causa [...], em algum fator da ‘natureza humana’ ou, talvez, num conjunto de outros fatores. Saber onde a necessidade reside é uma questão de troca de idéias e de investigação empírica. Sua localização é nossa tarefa”.

Embora não nos possamos situar na posição de teorizadores psicológicos e nem tenhamos pretendido um estudo da linguagem de uma perspectiva psicológica (que toca em questões de considerável importância humana e social), a lição do psicólogo apresentou-se-nos como um ponto de partida para a definição da metodologia da pesquisa.

Inserida no paradigma qualitativo e limitada por fatores externos, a investigação foi desenvolvida por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica. Os sujeitos foram selecionados exclusivamente pelo critério da acessibilidade, porque apenas dois patrões e dois empregados propuseram-se responder às questões, de modo que não foi possível aplicar as técnicas da amostragem estratificada proporcional previstas no plano de trabalho (que envolvia as variáveis: idade, nível de escolaridade, cor, situação familiar, tempo de exercício da atividade, setor de trabalho, local de origem, situação trabalhista). Destaque-se que foram consultados nove proprietários (patrões) e vinte e três empregados, o que pode apontar para uma certa interdição do lugar.

Por razões éticas e por exigência dos proprietários das carvoarias que foram objeto de estudo, as empresas e os sujeitos não foram identificados pelo nome. A primeira carvoaria recebeu a sigla CVIN e a segunda, CVAC, ambas com mais de dez anos de atividade; os patrões, PH (47 anos) e PM (37 anos); os empregados, como CH (24 anos, solteiro, empregado há 5 anos, procedente de Goiás) e CM (26 anos, empregada há 9 anos, casada, 4 filhos, procedente de Minas Gerais), em que P equivale a patrão; C, a carvoeiro; H, a homem; M, a mulher. Destaque-se que CH trabalha em CVAC, com PM, enquanto CM trabalha em CVIN, com PH.

Para a análise dos dados, partiu-se de uma representação das condições e do processo de produção do discurso e foram consideradas formações discursivas e formações ideológicas (CORACINI, 1991, p. 338-9), além de interdiscursos, buscando pontos de convergência e divergência entre as vozes “ouvidas”.

O primeiro contato efetivo com os entrevistados constituiu-se, em ambas as empresas carvoeiras, de explicações sobre a pesquisa e

¹CVIn e CVAC foram visitadas em dias diferentes.

seus objetivos, seguidas de uma interação inicial, que permitiu a identificação da idade, origem, estado civil e tempo de atividade, bem como a marcação do horário apropriado. A cada um, foram apresentadas duas questões (duas para os patrões e duas para os empregados) e um exercício comum de livre associação, com as palavras justiça, trabalho, patrão, empregado, esperança, segurança, aqui, lá, destacando-se que patrão e empregado foram entrevistados no mesmo dia, tanto em CVIN quanto em CVAC¹.

Importa esclarecer que, em CVIN, o patrão não se encontrava na carvoaria no momento da entrevista com o empregado; em CVAC, encontrava-se, mas o empregado teve sua privacidade garantida. A escolha do exercício de livre associação decorreu da hipótese de que esse instrumento de pesquisa poderia pôr à mostra conteúdos latentes que não seriam (ou não poderiam ser) revelados nas entrevistas, em que os sujeitos teriam controle mais ou menos racional sobre suas respostas.

Para P, as questões foram: (1) Nas relações com seus empregados, você se considera justo? (2) O que é, para você, ser cidadão?

Para C: (1) Pensando no seu trabalho aqui na carvoaria, o que você pode dizer sobre justiça? (2) Certamente, você já ouviu falar sobre cidadania, ser cidadão. O que significa isso para você?

Na transcrição das falas, procuramos manter, tanto quanto possível, as marcas de registro. Embora não sejam relevantes para os objetivos do trabalho, elas são constitutivas dos discursos e, pois, marcas identitárias, que não podem ser descartadas ao bel-prazer dos pesquisadores; ao contrário, devem merecer um outro estudo.

2. Imaginário e representação social

O estudo “clássico” do imaginário social foi realizado basicamente por três pensadores: Marx, que, com uma intenção “desmistificante”, centrou suas preocupações no conceito de ideologia; Durkheim, que focalizou a relação entre as estruturas sociais e as representações coletivas e o modo como estas estabelecem a coesão social, e Weber, que evidenciou o sentido que os atores sociais atribuem a suas ações. A essas abordagens veio associar-se a Psicanálise (Jung, Lacan), para quem a imaginação é uma atividade necessária ao indivíduo, a Antropologia estruturalista (Lévi-Strauss), que evidenciou o caráter simbólico da cultura, entre outras ciências

e disciplinas, como Psicologia Social e História das Mentalidades, por exemplo. Estudar o imaginário implicaria, pois, lembrar os mitos, os ritos, as ideologias, o sujeito que as (re)produz, o que põe em relevo a complexidade do imaginário e de seu estudo.

Castoriadis vem apresentar uma compreensão da sociedade e da história que se opõe ao estruturalismo e ao funcionalismo, em que se inclui o marxismo. No caso do marxismo, a crítica de Castoriadis repousa no dogmatismo da “proposta”, uma vez que, segundo Marx, a única motivação para o ser humano seria a econômica; no caso de Lévi-Strauss, a contestação das explicações deterministas e científicas para os fenômenos sociais (não existiria, segundo Castoriadis, uma pré-instituição da realidade).

O imaginário social é constituído – e expressa-se – por ideologias, símbolos, alegorias, rituais, mitos, utopias, de modo que, por meio dele, as sociedades definem suas identidades, seus objetivos, e organizam seu aqui-agora, seu passado e seu futuro. Assim, possui uma função social e reveste-se de aspectos políticos. Mas o que é “imaginário”?

As representações sociais constituem formas de conhecimento socialmente elaboradas, produzidas pelos grupos de indivíduos para poderem comunicar-se e entender aquilo que não lhes é familiar. Para Moscovici (1981, p. 181), representação social é um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no decurso do cotidiano e das comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, numa espécie de versão contemporânea do senso comum. Esse conceito permite que se explique o lugar que ocupa a representação nas sociedades pensantes, uma vez que abrange as experiências e informações que recebemos e transmitimos pelas tradições, educação e interação, bem como nossos papéis e classes sociais, nossas desigualdades e competências profissionais. Isso significa que se pode relacionar representação social às práticas sociais, pois aquela possui um caráter ativo de produção de comportamentos e de relações com o meio-ambiente (MOSCOVICI, 1981, p. 50).

O imaginário pode ser definido, então como um conjunto de imagens: de um lado, a cultura, a linguagem, os padrões de conduta, os códigos, normas, práticas científicas e técnicas; de outro, a vivência, as imagens em si, a mitologia, o “sonho” coletivo, as incertezas, o que implica o comportamento do homem em contextos específicos e

no interior de grupos.

Conforme afirma Castoriadis (1987, p. 228-9), o que mantém uma sociedade coesa, reunida, é “o complexo total de suas instituições particulares” - o indivíduo e suas diferenciações, as normas, os valores, a linguagem, os instrumentos, os procedimentos -, que se impõem por adesão, apoio, consenso, legitimidade, crença, ou, às vezes, por coerção e sanções. Isso se dá, segundo o autor, por meio da “moldagem (fabricação) da matéria-prima humana em indivíduo social”, em quem se incorporam as próprias instituições e os métodos e instrumentos de sua perpetuação - língua, família, escola, regras para dizer e para fazer (imposições) -, condicionando e co-determinando pensamentos, concepções e ações.

Em outras palavras: “A ‘lei’ produz os ‘elementos’ de tal modo que o próprio funcionamento desses ‘elementos’ incorpora e reproduz - perpetua - a ‘lei’” (CASTORIADIS, 1987, p. 231-2), de modo que “toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação [...] de seu próprio mundo”, um sistema de interpretação do mundo, e sua identidade é esse sistema.

Assim, o imaginário social – histórico e circunstancial – concede uma orientação específica à funcionalidade de cada sistema institucional: ele sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas. Além disso, é resultado/criação de cada época da história, com suas características e sua “ordem social”; ele organiza o lugar das instituições e dos grupos, designa as imagens dessas instituições em relação ao todo e institui a identidade dos grupos sociais.

3. Identidade e discurso

Moita Lopes (2001, p. 306), citando Shotter & Gergen, afirma que “nossas identidades sociais são construídas através de nossas práticas discursivas com o outro: ‘as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo através do qual se vinculam a um discurso - no seu próprio e nos discursos dos outros’”.

Para a Análise do Discurso (AD), o discurso é concebido como efeitos de sentidos entre os interlocutores, de modo que supõe um sistema significante e a relação desse sistema com sua exterioridade, já que “é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique” (ORLANDI, 1994, p. 53). Assim, o discurso “se apresenta como o lugar específico em que se pode observar a relação entre linguagem e ideologia”, sem separar linguagem e sociedade na história e apontando para a determinação histórica do sentido. Em AD, “a

ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência” (ORLANDI, 1994, p. 56), de modo que a ideologia e os efeitos imaginários intervêm no espaço que se estende do interdiscurso ao intradiscurso.

O discurso como uma construção social é, pois, percebido como uma forma de agir no mundo. Analisá-lo dessa perspectiva é investigar como os sujeitos envolvidos na construção do significado agem no mundo por meio da linguagem e constroem, desse modo, sua realidade social e a si mesmos.

4. Patrões e empregados: vozes em confronto?

4.1 A voz do patrão

4.1.1 Das questões

(1) Nas relações com seus empregados, você se considera justo?

PMCVAC: Bem...eu não sei bem o que vocês querem saber exatamente...Se ser justo é pagar conforme o que...o que foi combinado, CONTRATADO, viu?...posso dizer que sou. Sou. As pessoas de fora...voceis...não acreditam nisso...mais é fácil pra quem tá de fora fala. É sim. Aqui eu tenho que administrar as pingas, as brigas. Tem semana qui...Administrar as doenças...de todo tipo, o corpo mole. Sabe, né? A família que cresce, aquele horror de imposto, a fiscalização. Mais o salário deles é garantido. Todos. Até...Eles ganham pelo trabalho que faiz. Tratado. Eu só desconto os adiantamento...eles pegam o meis intero. Pode pergunta pra eles. Intero mesmo! e aí todo mundo diz qui o patrão aproveita, não é? Não é? Qui ingana...Mais a verdade é... A verdade...Eles não sabem planeja. Tá bom? Era isso?

PHCVIN: Considero. Eu dei u imprego qui elis pricisava, lugar pra mora, remédio quando pricisa. Até cumida eu dô. Folga uma veis pur semana...vai pra cidadi, enchi a cara, gasta cum muierada. Num salva um. Elis ganha tudo isso e ainda tem salário. Todus são registrado. Criança num trabalha não...Só si o pai quisé.

(2) O que é, para você, ser cidadão?

PMCVAC: Ser cidadão?...Vê meu caso: eu emprego muita gente, cumpro as leis, deixo estudar. Ah! E não deixo criança trabalhar aqui, ok? Me preocupo com as condições dos empregados...

PHCVIN: É podê anda di cabeça erguida, sem deve nada pra seu ninguém; te documento, ficha limpa. Tá em dia com as obrigação...

4.1.2 Do exercício de livre associação

| PALAVRA | PM | PH |
|-----------|---------------|-------------|
| Justiça | Deus | honestidade |
| Trabalho | Dignidade | Salário |
| Patrão | poder | emprego |
| Empregado | emprego | necessidade |
| Esperança | Viver [muito] | Grana |
| Segurança | Carvoaria | Polícia |
| Aqui | Sustento | Ganha-pão |
| Lá | Conforto | Família |

4.2 A voz do empregado

4.2.1 Das respostas

(1) Pensando no seu trabalho aqui na carvoaria, o que você pode dizer sobre justiça?

CMCVIN: ..Mais...é qui essi trabalho nossu é assim mesmo. Nós num cria nada, num planta nada. É só pro patrão... e a gente prucura faze o melhor. A gente tem qui come qui...lá...num tinha lá. Onde a gente... nós morava. Mais dá pra vive. Meus filho...Quatro. Eu tenho quatro...Um tem doze e já ajuda...Qué dize. Fais algumas coisa. Mais num é empregado não...Você pergunto di justiça. Eu acho que é só Deus...Mais si ele que assim...Então...

CHCVAC: Quem num tem istudu num tem qui ficá sonhano cum isso... Tem é qui si conformá cum essi serviço ...é...é...sujo do carvão qui a gente faiz. Num é sujo de errado não. Fica sujo semana intera. Na cidade...na cidade...todo mundo sabi que nós é carvoero...elis olha... as unha é pretas, a ropa, a cara. Tudo preto. Eu

num sô preto, mais pareci...Que tem gente qui ri. A patroa...as veis ela pergunta...pergunta si nós ta bem, se tem reclamação. Mais ela mora na cidade, né...

(2) Certamente, você já ouviu falar sobre cidadania, ser cidadão. O que significa isso para você?

CMCVIN: .Cidadão? ...Cidadão? Ah...é a gente podê mora na cidade; podê te casa boa, limpinha, asseadinha, sabe? come direito...do qui a gente ganho; te trabalho limpo...qui a gente fica limpo...sem sujera...de sujo, sabe? Podê dá as coisa qui os filho pede...Que mais? Ah! Tamém tem o istudo, mais a iscola é longe e elis fica cansado porque...E aqui tem gente bem istudado...

CMCVAC: Cidadania...tem gente que explica. Na escola...E tem colega daqui. Carvoero mesmo. Ah..eu acho qui é pode votá, mais tem qui sabe le, escreve. E num é só isso. Eu sei qui...mais num pode...i nós sabe qui nunca vai virá patrão...Aqui num é qui nem nas impresa di cidade...qui a genti miora...sobi di cargo.

4.2.2 Do exercício de livre associação

| PALAVRA | CM | CH |
|-----------|---------------------|------------|
| Justiça | Deus | Deus |
| Trabalho | duro | dinheiro |
| Patrão | Respeito | rico |
| Empregado | pobre | sofrimento |
| Esperança | Estudar meus filhos | Sair daqui |
| Segurança | Deus | Não tem |
| Aqui | Sufrimento | carvão |
| Lá | sorte | longe |

A despeito do número reduzido de entrevistados, foi possível discernir certos lugares de fala: as regularidades presentes nos textos permitiram que se delineasse um esboço de configuração dos sujeitos da pesquisa, com base em formações imaginárias que definiram o lugar que P e C se atribuem, a si e ao Outro, ou seja: a imagem que

eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Os quatro entrevistados mantiveram os sentidos de seus lugares de fala, de origem, marcados pelos pronomes utilizados e pelo aqui. O lugar de empregado tem como referência a gente e nós; o de patrão, eu. Para o patrão, carvoeiros são eles; para o empregado, somos nós; é a gente. Também se percebe, de um lado, o patrão, sujeito determinado, firme, certo da manutenção do estado atual e das diferenças ou especificidades dos sujeitos; de outro, o empregado, constituído no ponto de atravessamento de diferentes discursos (político, econômico, social e até pedagógico), mas submetido às verdades do patrão, embora permeado por uma crença tímida – mais tendente ao desejo ou à esperança – na transformação social. Importa destacar, especialmente no exercício de livre associação, as representações de lá e de aqui, em que se acentuam as diferenças entre P e C: para P, aqui é um espaço alegórico, lugar de trabalho, de renda, de lucro, enquanto lá é espaço tópico das relações familiares, do conforto, da tranquilidade; para C, lá é o espaço utópico do desejo, da salvação, da libertação; aqui, o espaço tópico do sofrimento, da submissão às regras do jogo. Também merece relevo o que ocorre com a palavra justiça: mesmo PM, que se considera justa nas relações de trabalho, evoca o já-dito, o discurso religioso, e afirma sua crença na justiça divina.

É certo, também, que muitas vezes escapam alguns deslocamentos (efeitos constitutivos da linguagem, do sujeito e dos discursos) e, mesmo quando os sujeitos procuram palavras mais exatas para relatar suas impressões em relação ao real empírico, expõem-se às equivocidades da língua. Para o patrão PH, ter lugar para morar situa-se no universo do ter; para CM, é poder-ser; é desassujeitar-se; para PH e PM, deixar estudar (permitir algo ao outro), é cumprir a lei; é benevolência; para CH e CM, é a saída para mudar de vida, situada no eixo do direito e da cidadania; para PM e PH, o não-trabalho infantil equivaleria ao (mero) cumprimento da lei e das obrigações sociais; para os empregados – o silêncio ou a interdição...

Ocorre, porém, que, embora os dois lugares sejam pontos extremos de visibilidade, onde irrompem como sentidos simbólicos sedimentados, não se pode dizer que sejam mutuamente excludentes, mas sim que vivem numa espécie de conflito solidário (Authier-Revuz, 1990). Pode-se afirmar que a presença/existência de um outro insinua uma certa desagregação das formas de representação dos sujeitos (o sujeito C não se fala como eu, de um aqui), porém o que predo-


mina, particularmente nas entrevistas, é um único domínio de direção do sentido: a diferença deve persistir. Nas vozes de ambas as categorias representadas, fica claro que o pertencimento a um grupo que tem trabalho é garantia de sobrevivência, de sustento, enquanto pertencer ao outro grupo é ter poder, ter voz, ter mando. No exercício de livre associação, isso se evidencia nas falas de CM, ou apenas se insinua, como no caso de CH, em cujas falas irrompem, em algumas fissuras do tecido da linguagem, uma espécie de insubmissão ao status quo e a dúvida quanto à solução dos problemas do agora.

No que tange ao conceito de justiça, representado nas entrevistas, convergem os sentidos: o empregado como que se apossa do discurso do outro, pela paráfrase, e assume receber de acordo com sua (limitada) competência. No não-dito, entrevê-se um conceito de justiça centrado exclusivamente na assim chamada justiça distributiva (que se relaciona ao sistema de recompensas e salário). Na fala de CM e de PH, também se manifesta a existência de mecanismos organizacionais estruturalistas e formalistas, que, conforme afirma Rego (2002), impediriam o comportamento inovador, criativo, e comprometeriam a justiça procedimental (relacionada a direitos trabalhistas, reivindicações salariais), completamente silenciada na voz dos empregados e incisiva na dos patrões; na fala de CH e de PM, uma insinuação, tímida, daquilo a que os estudiosos de comportamentos organizacionais denominam justiça interacional (que envolve uma série de categorias em relação ao superior hierárquico, como interesse pela justiça, clareza nas “cobranças” quanto às expectativas). Também o discurso segundo o qual ninguém pode ignorar a lei está patente na fala dos patrões e parece atuar como uma advertência na voz dos empregados.

Conclusões

Pode-se afirmar que o imaginário social encontra-se conectado à hegemonia cultural, que resulta de um embate de forças, de relações de poder. Produção coletiva e depositário da memória (também coletiva), recolhida dos contatos com o cotidiano, permite que identifiquemos diferentes imagens que os atores produzem em relação a si mesmos e ao outro. Nas falas aqui analisadas, percebeu-se o predomínio do sentido de preservação da ordem vigente: o patrão detém o(s) poder(es) e o empregado se submete ou se conforma, embora deseje mudanças, embora busque satisfação (que ainda não encontrou), insinuando uma libertação das evidências do presente imedia-

to, sem qualquer insinuação de mobilização.

Confirma-se, assim, que o real é sobredeterminado pelo imaginário, de modo que as ideologias expressam as relações vividas pelos homens: uma espécie de liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras (como terá dito Gramsci), traçando-se uma cartografia do imaginário coletivo desenhado pela engrenagem capitalista. São esses os símbolos que parecem alinhar as identidades aqui estudadas. Construção ou desconstrução? Uma outra investigação talvez venha a responder a esse questionamento. 

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 25-42.

CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CORACINI, M. J. R. F. Análise do Discurso: em busca de uma metodologia. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 7, n.1, p. 333-355, fev.1991.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Discursos de identidade em sala de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade*. 2ª reimp. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 303- 330.

MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). *Social cognitions perspectives on everyday understanding*. New York: Academic Press, 1981, p. 181-209.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar.1994, p. 53-59.

REGO. Comportamentos de cidadania organizacional. *Revista de Administração*. São Paulo: FEA/USP, 2002, p. 93-99.

SILVA, Denize Elena Garcia da e VIEIRA, Josênia Antunes (orgs.). *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: UnB. Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002.

TERWILLIGER, Robert F. *Psicologia da linguagem*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, Ed. da USP, 1974.

LA IDENTIDAD SOCIAL DEL FEMENINO EN LA PRENSA

Vânia Maria Lescano GUERRA*

“El hombre realiza una actividad que la historia llamó lenguaje y que se organiza tanto por la actividad parlante del sujeto en su registro de lengua y en su faz de inscripción, escritura. El otro fenómeno coalescente es la voluntad del sujeto para darle sentido a esos grafos; los mira, los observa y dice que dicen cosas. Inventó la lectura. Son dos fenómenos que por su banalidad informática y cultural nos parecen simples, pero si lo volvemos a pensar son verdaderamente misteriosos” (Nicolás Rosa, 2000, p.19).

* Professora Adjunto do Departamento de Educação, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS/CPTL.

Abstract: *Abstract: The objective of this article is to show through a discursive analysis that women's magazines constitute a powerful vehicle to convey ideology and to take part in the construction of women identities. To reach this purpose we study articles from Nova and Cláudia, following French Line Discourse Analysis theories which explore not only the text but the discursive, historic and social practices involved in the discursive event. Besides, showing how magazines reinforce stereotypes of gender, the analysis aims at contributing to the debate of women and men roles in society; and to people's awareness of the power of media discourse in constructing social relations and positions*

Key-words: *Discourse Analysis; woman discourse; identity; Semiotic.*

Introducción

El objetivo de este trabajo es el estudio de la identidad social del femenino, mostrada y construida históricamente, cuya preocupación se va a prender a las indagaciones sobre en que puntos de vista es posible ver la figura femenina por medio de la comunicación mediática. Tales abordajes van ser articulados teniendo en vista las materias discursivas de Nova y Cláudia, revistas de circulación nacional, publicadas en 2001, 2003 y 2004.

Por constituir un medio de comunicación de masa, las revistas femeninas tienen gran circulación entre las mujeres. Para vender ese producto, la industria publicitaria no economiza esfuerzos. Diferentes nociones de feminismo son citadas y surgen las contradicciones. Al mismo tiempo en que las revistas Cláudia y Nova relacionan la mujer a la esfera pública y se dirigen a una mujer moderna, esas revistas continúan reforzando ideas y valores tradicionales en lo que dice respecto a la sexualidad y a la representación de género. A pesar de la apariencia sin compromiso con el público, las revistas femeninas influyen en las relaciones sociales.

Vale decir que los textos mediáticos son contruidos y organiza-

dos en la interrelación compleja de diferentes códigos y de procesos significativos diversos. En vista de eso, los mensajes vinculados en la media son, en la mayoría de las veces, Inter-semióticas, ya que para su producción concurren, segundo Santaella (1996), más de un código. Así, los efectos de sentido de esos textos provienen del entrecruzamiento significativo, que confiere a cada uno de los estatutos semiótico-discursivos. En ese sentido y en la perspectiva adoptada, al tratar de los mensajes buscamos fajas de sentido sobre la figura de la mujer brasileña.

A lo largo del tiempo y de las pesquisas, se viene verificando que la análisis lingüística no da cuenta de los recursos utilizados y de los efectos presentes en el discurso y que reducen a la margen de una lectura Inter-textual, por medio de la cual el entredicho y lo no-dicho se tornan objeto de interpretación. Vislumbramos en el espacio polémico de una lectura semiótica combinada con un plan de análisis discursivo (AD) que el proceso discursivo surge como un conjunto de pistas heterogéneas que pueden ser interpretadas.

Buscando respaldo en la teoría de la iconicidad¹ (NÖTH, 2003), articularemos elementos que integran su arcabuz teórico y que, asociados al *Interpretante Colectivo*, puedan viabilizar al *Intérprete/lector* (ECO, 1980) la comprensión del discurso femenino a partir de la materialidad constituida por palabras, señales de puntuación espacios en blanco, diagramas, letras capitulares etc., alargando nuestra visión en los horizontes verbales y no-verbales del texto.

En esa óptica, al examinar las representaciones femeninas en artículos de la Revista Cláudia y de la Revista Nova, tenemos como objetivo dar mejor visibilidad a los procedimientos discursivos de construcción de la imagen de la mujer en nuestros días en el Brasil y, consecuentemente, de la organización y cristalización de una memoria del género femenino por ella proyectada.

Consideramos los discursos divulgados por la prensa, debido a su carácter multiplicador, como discursos potencialmente fundadores (ORLANDI, 2001): los discursos fundadores son discursos que funcionan como referencia básica en el imaginario constitutivo de ese país, en la medida en que, por un lado, instauran la posibilidad de nuevos discursos y, por otro, interfieren en la construcción de nuestro cotidiano y en la forma como configuramos las relaciones sociales y la memoria. En esa perspectiva, los discursos divulgados por los primeros periódicos brasileños, por ejemplo, al inaugurar una nueva práctica social, establecieron también nuevos sentidos y

¹ La llave de la iconicidad reside en la noción de las correspondencias de relación. El iconismo tiene su base en las convenciones culturales y “similares” en lo referente a la relación entre imagen y objeto, pero entre imagen y un contenido previamente compactado por la cultura. En el discurso verbal, la iconicidad consiste en metáforas, paráfrases explicativas y, sobretudo, en la estructura diagramática de las proposiciones gramaticales, que Peirce también llamó *ícones lógicas* (ECO, 1980).

representaciones, instituyendo así las condiciones para la formación de nuevas identidades.

Esta tomada de posición acerca del papel de la prensa no se hace sin problemas. Para algunos autores, en los días de hoy, los medios de comunicación son el *locus* principal donde es realizado el trabajo sobre las representaciones sociales, pues adquirieron un status institucional que les autoriza a interpretar y producir sentidos sobre lo social que son aceptos consensualmente por la sociedad (RIBEIRO, 1996).

Los medios de comunicación, por otro lado, no vinculan la memoria pública inocentemente, en la medida en que poseen un mecanismo ideológico propio. Al seleccionar, ordenar y enunciar los acontecimientos de la historia, los medios de comunicación se presentan como un lugar de tensión en que operan fuerzas que llevan tanto al debilitamiento de la memoria y al olvido cuanto a su estabilización (IDEM, 1999).

1. La identidad de la mujer y el discurso de la media

Observe que al hablar en construcción de la identidad y de la memoria social, asumimos que la prensa hace mucho más que apenas reflejar las identidades y relaciones sociales. Los registros de la prensa hacen parte del elenco de narrativas y discursos que irán participar de la constitución de los sujetos y definir los contornos de las relaciones sociales. Discurso es, por lo tanto, practica social, porque estamos constantemente construyendo a nosotros mismos y al mundo en las practicas discursivas en que nos envolvemos (MOITA LOPES, 2002).

Las representaciones se constituyen en categorías importantes para la pesquisa social en la medida en que, por su intermedio, se vislumbra la naturaleza de las formaciones discursivas en que fueron concebidas, las relaciones de poder, los elementos de la dominación y de la resistencia. Al representar, estamos concomitantemente estableciendo identidades y relaciones. Esa dimensión de la representación se torna todavía más evidente cuando nos encontramos con una producción lingüística de naturaleza periodística y con su poder de influenciar las creencias, los valores, las identidades y la memoria social. A nosotros interesa particularmente las cuestiones referentes a los efectos de la representación, o de la política de la representación (HALL, 2000; RAJAGOPALAN, 2002).

Al representar la figura femenina, la prensa concomitantemente

construye, proyecta y estabiliza identidades sociales, en procesos definidos histórica y culturalmente. En esa línea de raciocinio, se asume que las prácticas sociales de representación vigentes en una cierta época están cristalizadas en formas textuales y que es posible asociar las representaciones a las órdenes de discurso a que están genealógicamente relacionadas y también a otros discursos que circulan en la sociedad. Las prácticas discursivas, además de su dimensión constitutiva en la construcción social de la realidad (FOUCAULT, 1999a; 2000), son también acción social.

Segundo Rajagopalan (2002), es por medio de la representación que nuevas identidades son constantemente afirmadas y reivindicadas. En este trabajo, lo que se quiere hacer es flagrar la construcción de algunas de las representaciones femeninas forjadas en la media que, por estar vinculadas circularmente a los sistemas de poder, van siendo reproducidas como consenso social y construyendo, juntamente con otras representaciones, las identidades de las mujeres brasileñas en el siglo XXI.

Producir textos es producir propuestas de significación con efectos de sentidos que no son permanentes o estables, porque el sentido se efectiva en el acto del procesamiento por su lector oyente que puede hacer parte de contextos socio-culturales diversos. Eso significa que toda nuestra capacidad de hacer frente al mundo y de ligar conocimientos proviene de nuestros intereses y de nuestra habilidad de organizar la experiencia cognitivamente.

Vale recordar que, para Pêcheux, los sentidos de un texto no son transparentes, no están “prontos” para ser leídos, por el contrario, solo pueden ser entendidos en la red discursiva, en el entrelazamiento de voces que remeten a otros discursos. Así, la pretensa homogeneidad, *unicidad* del texto, así como la evidencia de los sentidos son efectos ideológicos. La ideología hace parecer que un dado discurso es transparente y homogéneo, pero de verdad, ello es constitutivamente opaco y disperso, por eso, “las palabras, expresiones y proposiciones mudan de sentido segundo las posiciones sustentadas por aquellos que las emplean” (1988, p. 160).

En la medida en que se trabaja con la hipótesis de que los discursos y las representaciones divulgadas hacen más de que reflexionar el contexto socio-cultural, a la medida que participan efectivamente de los procesos discursivos que constituyen la cultura, postula-se que las representaciones aquí presentadas participaran de la construcción de las identidades femeninas de la época. Eso equivale a decir que no

se observan apenas indicios de construcción del femenino, pero también el proceso social en que las representaciones fueron elaboradas.

La relación entre lenguaje, pensamiento y mundo se instala en el discurso. Tal relación está lejos de ser totalmente explícita, pero permite observar y analizar, en diferentes momentos y de formas diferentes, la ideología de los hablantes lo de quien escribe por medio del discurso.

Relevante, también, para este estudio, es la relación discurso e identidad social, una vez que esa es formada a lo largo del tiempo, por medio de procesos inconscientes en andamiento, que están en constante evolución. La pregunta de la identidad está relacionada al carácter de la mudanza en la modernidad y, en particular, a la globalización, que ejerce un fuerte impacto sobre la identidad cultural. Las sociedades modernas están en constante y rápido proceso de mudanza, y en ese contexto se insiere la sociedad brasileña, en particular, las mudanzas en la representación de la mujer en la media, sea como profesional, sea como representante político.

Siguiendo esa abordaje podemos observar que la media no solo incorpora elementos de la realidad, pero también *modula, redimensiona y recrea* esa misma realidad, pudiendo o no reforzarla. La noticia, por lo tanto no es un fenómeno natural que emerge de hechos de la vida real, pero es social y culturalmente determinada, una vez que es producida por personas que hacen parte de una red de relaciones sociales, revelando no solo las propias ideologías como también las del grupo social a que pertenecen.

Segundo Ferreira (2003), históricamente las mujeres brasileñas han sido educadas para las actividades del hogar. En las últimas décadas, pero, ellas vienen ocupando espacios en la economía formal, y que actualmente representan 40.3% de la fuerza de trabajo. La incorporación de la mujer en el mercado de trabajo alcanza aspectos que todavía parecen (apuntan para) subestimar la importancia económica de la mujer, una vez que un porcentual significativo de ellas actúa en el sector informal. En el Brasil actualmente 24.9% de los hogares son sustentados por mujeres.

Las mujeres todavía enfrentan preconceptos cuando compiten con los hombres por iguales posiciones en el mercado de trabajo, como, por ejemplo, para ejecutar la misma función, las mujeres, en 1983, ganaban 45% del salario de los hombres, y, en 2002, ganaban 65% del salario de los hombres. Una de las razones para tal mudanza

o evolución, de acuerdo con estudios recientes, es en función del aumento del nivel de escolaridad de las mujeres – especialmente el nivel universitario (FERREIRA & ORRICO, 2002).

2. UN ANÁLISIS DE LAS MATERIAS DISCURSIVAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD FEMENINA

En ese estudio, buscamos analizar el discurso como un todo, inserido en el contexto socio-histórico y político de la sociedad brasileña. Vale recordar, pero, que hay siempre una determinación histórica que relaciona el mundo con el lenguaje, pero no hay sentido si no pensamos en la lengua escrita en la historia y en la sociedad.

La pretensa homogeneidad del discurso mediático sobre la mujer brasileña intriga a todos nosotros, una vez que entendemos la heterogeneidad como constitutiva de un dado discurso. El juego de voces contradictorias, polémicas, complementares, algunas mostradas, otras excluidas, evidencian las diversas fajas de sentido que son construidas en el hilo del discurso. Mascara esa característica es un efecto de sentido importante, porque enfatiza el carácter de manipulación de la media, que juega con estereotipos y silenciamientos.

Pensando que el uso del lenguaje da significación a las relaciones humanas en sus más variados contextos individuales y sociales, observamos el ejemplo (en anexo) a seguir, retirado de la Revista Nova, nº 04, año 29, de abril de 2001, p.70, excepto del artículo intitulado “Secretos de las mujeres carismáticas”.

“No es preciso ser una Gisele Bündchen o una Adriane Galisteu para causar alborozo con su presencia. Aquí, algunos secretitos muy importantes para usted también se tornar carismática, como ellas: provoque con palabras, use algo llamativo...” (ex. 01)

Para comprender el ejemplo citado es necesario conocer el contexto nacional y social en que el mismo fue producido y hacer las relaciones e las ligaciones cognitivas necesarias que permiten afirmar que el uso del lenguaje es tanto una ciencia cognitiva como social. El discurso de la *Revista Nova*, al tentar construir un efecto de identidad con la mujer brasileña, por medio de un estereotipo de belleza y placeres ofrecidos por la figura femenina y concomitantemente, apagar la alteridad, la diferencia con la figura femenina de los días actuales, bloqueando los discursos y los demás gestos de interpretación, refuerza la superioridad masculina brasileña,

(*No es preciso ser una Gisele Bündchen o una Adriane Galisteu para causar alborozo con su presencia*) y niega la complejidad del espacio femenino: (...) *provoque con palabras, use algo llamativo*).

Eso viene evidenciar el facto de que la realidad es inevitablemente (re)construida en el discurso, principalmente por aquella cuya finalidad mayor es seducir para obtener lectores, en un mundo capitalista como el de nuestros días. Vale pasar la imagen de la mujer que tiene que llamar la atención por medio de su sexualidad hasta para atingir metas profesionales.

El ejemplo 01 resalta la idea de fama, de la belleza, al mismo tiempo en que están implícitas las ideas de que hay una mudanza de la noción de feminismo, hay la clara sugestión para que las lectoras sean seductoras, porque el sexo es tenido como un elemento que confiere *poder* a la seductora.

Es revelador e intrigante que la revista (voz del locutor) escoja la palabra “provoque” y “llamativo” para una mujer, referendo a las dos situaciones semejantes. Eso muestra bien como las visiones parten de posiciones ideológicas: la figura masculina es asociada al *objeto de la seducción*, mientras que la femenina es relacionada *agente de la seducción*. Aquí hay una subversión de papeles en que el femenino pasa a ser encarado de forma diferente. La posibilidad de detectar “otros” discursos a partir de un enunciado advén de la necesidad de un análisis que, como dice Foucault, busca “comprender como esos enunciados, mientras acontecimientos y en su especificidad tan extraña, pueden articular con acontecimientos que no son de naturaleza discursiva, pero que pueden ser de orden técnica, practica, económica, social, política, etc.” (1968: 24).

Además de eso, en el enunciado, la relación de dependencia entre las oraciones de cada período evidencia que cada período forma una unidad significativa mayor. Esa forma de *iconicidad diagramática* de estructura sintáctica, combinada con la orden conceptual de que la idea menos importante viene mencionada antes de la idea más importante, contribuí para tornar el enunciado un signo mayor, correspondiendo a otro legissigno²: ADVERTENCIA (*No es preciso ser una Gisele Bündchen o una Adriane Galisteu para causar alborozo con su presencia*) y ESPERANÇA (*Aquí, algunos secretitos muy importantes para usted también se tornar carismática...*) Por lo tanto, hay una relación de antecedente/consecuente entre el primero y el segundo verbo de cada enunciado: *sea usted, cause alborozo con su presencia*, consecuentemente, *se torne carismática, provoque y use*

² Un legissigno es una lei que es un signo [...] Todo signo convencional es un legissigno. No es un objeto singular, pero un tipo general sobre lo cual hay una concordancia de que sea signifiicante (PEIRCE, p.246)

algo llamativo.

Al iniciar el enunciado en la forma del imperativo (*No es preciso ser una Gisele Bündchen...*) el autor está imponiendo un consejo. Este hecho crea un distanciamiento entre el locutor y su interlocutor al mismo tiempo en que es icono de un deseo e índice de un comando. A seguir, el atenúa esta imposición con un otro argumento: (...) *Aquí, algunos secretitos muy importantes para usted...* Con eso, el discurso provoca efectos de sentido de complicidad, compañerismo, una vez que las marcas lingüísticas de diminutivo (*secretitos*) y de superlativo (*muy importantes*) tornan el enunciado más próximo del interlocutor.

Sabemos que el estudio de conocimiento en la media es vital para diferentes aspectos de la producción de noticias y su respectiva comprensión. Son de fundamental importancia para los periodistas el conocimiento del mundo, de un modo general, y especialmente el conocimiento de acontecimientos más recientes. En ese caso, la media se refiere a las modelos (*Gisele Bündchen* y *Adriane Galisteu*) como prototipos femeninos brasileños, mujeres bien-sucedidas, capaces de conseguir todo el suceso deseado, por medio de la seducción y de la sexualidad. Aparentemente la imagen que queda es de la mujer que toma iniciativas, dinámica, independiente, lugar hasta entonces ocupado por el hombre en la sociedad brasileña.

La Revista Cláudia nº 12, año 42, de diciembre de 2003, p. 174, publica un artículo intitulado “¿Por que merecemos una medalla de oro?”, (en anexo) en que recortamos el siguiente trecho:

“Todo mundo parte del principio de que tener doble jornada es cosa natural para la mujer. Se usted cae en el error de confesar que está muerta de cansancio, siempre tiene alguien que pregunta: “¿Qué fue? ¿Está enferma?” (ex. 02)

Con relación al tipo de interacción establecida entre productor del texto y la lectora, consideramos que existe un tipo de complicidad entre ambos. Las mujeres son vistas como un grupo homogéneo, en oposición a los hombres, pero, al mismo tiempo, teniendo necesidad de ellos. Criando una atmósfera, el productor mantiene su autoridad y torna la ideología más efectiva, una vez que la narrativa en tercera persona (*se usted cae en el error*) viene favorecer el establecimiento de una relación de consejo mucho próxima entre las participantes del evento discursivo, por medio de un discurso exhortativo.

Por detrás de esa complicidad establecida por medio del texto,

existe todo el interés de la Revista Cláudia, para vender el mensaje, la imagen y los productos de la revista. Es la ideología del consejo, del consumo en la construcción del discurso femenino. Para attingir el mayor número de lectoras posibles (para vender más) la revista acaba criando diferentes nociones de feminismo, ora de mujer ligada a la seducción, ora de mujer ligada a la medalla de oro, a la súper mujer.

Nuevamente, la anteposición de la idea relevante, correspondiendo a una forma de iconicidad diagramática, pone en evidencia la orientación deseada de que “(...) *tener doble jornada es cosa natural para la mujer*” es más relevante que “(...) *Se usted cae en el error de confesar que está muerta de cansancio...*”.

La Revista Cláudia nº 01, año 43, de enero de 2004, p. 27, publica artículo intitulado “La senadora que pelea por los niños”, cuya materia se refiere a Patrícia Saboya Gomes y su trabajo en el comando de una CPI que investiga la exploración sexual de niños y adolescentes en el país. El recorte (en anexo) a ser analizado es:

“Articuladora habilidosa, Patrícia se tornó vicelíder de su partido y del gobierno en el Senado, y todavía es miembro de comisiones poderosas, como la de Asuntos Económicos. Llega a quedar un mes lejos de sus hijos. Los dos más el menor nacieron del matrimonio con Ciro Gomes, actual ministro de la Integración Nacional, desecho cuando el se enamoró por la actriz Patrícia Pillar. La separación dejó marcas. ‘Sofri mucho’ confiesa. En el día de esta entrevista, la senadora enfrentaba una crisis de gastritis, que no la impidió de se exaltar al hablar de los trabajos de la CPI” (ex. 03).

Ese ejemplo deja trasparecer la intención del discurso tentar humanizar la figura política de la senadora, mostrar que ella es igual a todas las mujeres comunes, pero, hasta mismo una revista, que se dice feminista convicta, deja trasparecer un cuestionamiento en relación a la posibilidad de una mujer tener suceso en la vida política. Eso porque en la organización del discurso, nos llama la atención las expresiones “se tornó” y “todavía es”, en que “se tornó” pertenece a un campo semántico que se liga a vuelta, respuesta, transformación, resucitar; mientras que “todavía es” se refiere a tener una existencia real, compartida por ella y su interlocutor, por ella y por terceros, o por toda la comunidad a que pertenece.

Nos parece que la revista extraña el hecho de que una mujer pueda tener prestigio y competencia para hablar en el lugar de un cargo político tan importante como es el caso de la Senadora Patrícia

Gomes. El discurso de la media articula enunciados en que es visible tal cuestionamiento: “*Patrícia se tornó vicelíder de su partido*” y “*(...) todavía es miembro de comisiones poderosas*”, en una alusión a la situación de que tales condiciones no hacen parte, normalmente, de las funciones femeninas de una congresista.

En el título, el sujeto “La Senadora” parte del colectivo y camina para lo individual, tentando mostrar la escalada de la mujer bien sucedida en la política, sin embargo mal sucedida en la vida doméstica (*Llega a quedarse un mes lejos de los hijos*” y “*(...) la senadora enfrentaba una crisis de gastritis*”).

Además de eso, la presencia del pronombre posesivo funciona como un signo indicador de aproximación entre el locutor de la orden y la probable lectora, quebrando la barrera establecida entre ellos – su partido. Todo el enunciado incita a actuar de manera contraria a lo que tradicionalmente ha sido vinculado sobre la mujer que trabaja afuera.

Sabemos que la vinculación de noticias se hace hoy de las formas mas variadas. Las revistas impresas, objeto de ese estudio, mismo siendo restrictas a personas letradas, impone su ideología al lector, enfatiza los aspectos que juzga importante e ilustra la noticia con fotos mas adecuadas a la información, visando impresionar al lector.

En el enunciado todavía puede ser observada, por medio del proceso de referencia, la articulación de un recurso lingüístico de *referencia exofórica*³ apuntando para (fuera del texto) quien practica la acción del verbo se torna, presentado el enunciado: (...) *Articuladora habilidosa, Patrícia se tornó vicelíder de su partido y del gobierno en el Senado, y todavía es miembro de comisiones poderosas, como la de Asuntos Económicos*. Hay todavía, en la localización espacial “su partido”, un indicio de patriotismo. Los enunciados “*todavía es miembro de comisiones poderosas, como la de Asuntos Económicos*” y “*enfrentaba una crisis de gastritis que no la impidió de se exaltar al hablar de los trabajos de la CPI*” hacen referencias a las manifestaciones populares que ocurrieron en algunos estados brasileños cuando la prostitución infantil tenía llegado a niveles inadmisibles por la ONU.

La lectura de ese enunciado no solo evoca el patriotismo, que expresa el inconsciente colectivo del pueblo brasileño, pero coloca en evidencia el posicionamiento de ese vehículo mediático frente a las lectoras. Este posicionamiento marca posición contraria a todo que en ellos está perpetuado. La oposición puede ser interpretada

³ Las representaciones diagramáticas de estructuras temporales, espaciales y conceptuales son formas exofóricas de iconicidade. Los diagramas conceptuales reflejan ordenes de causalidad, de secuencia o de jerarquía en el mundo conceptual (NÖTH, 2003).

como comportamiento típico de la sociedad femenina que se recusa a aceptar el orden establecido, en una demostración de encuadramiento político acentuado.

Todos los enunciados analizados traen la marca de la mudanza, de la esperanza y de la valorización de la figura femenina en la sociedad brasileña, un buen ejemplo de eso son los títulos “¿Por qué merecemos medalla de oro?”, “Secretos de la mujer carismática” y “La senadora que pelea por los niños”. La construcción de esos enunciados incita al lector a encuadrarse en el proceso de valorización de la mujer.

De acuerdo con NÖTH (2003), los recursos del arte poseen una función central de “causar extrañeza”, produciendo una renovación de la percepción contra el paño de fondo del proceso de automatización por lo cual nosotros nos acostumbramos a acciones y percepciones cotidianas. Este discurso mediático analizado, de cualquier forma, no dejó de expresar su tentativa de mostrar a los lectores la necesidad de mudanza, permitiendo una nueva concepción en lo que está siendo dicho. En ese sentido, todos los consejos se unen en una advertencia mayor: reaccionar, luchar contra, abandonar actitudes que revelan pasividad, sumisión y conformismo (ADVERTENCIA).

Es importante decir que los efectos de sentido de esos textos decoren del entrecruzamiento significativo, que confiere a cada uno de ellos estatutos semiótico-discursivos. Al tratar de los mensajes, buscamos luces sobre el sentido del papel de la mujer brasileña, a partir de esa abordaje.

Entendemos así la *iconicidad* y, por consiguiente, la *plasticidad*, como soportes para la construcción del sentido del discurso, siendo esta última entendida como la propiedad de la materia de adquirir formas sensibles por efecto de una fuerza exterior, a partir de lo que la imagen puede ser gravada en la mente del observador mismo en ausencia. La plasticidad torna posible *crear modelos* y seres imaginarios – los que no poseen referente material, objetivo – por medio de imágenes (SIMÕES & DUTRA, 2004).

En el ejemplo 01, es posible observar la figura de una mujer bonita en los brazos de cinco hombres bien vestidos, en una construcción de la imagen femenina como objeto de deseo de la sexualidad masculina.

Ya en el ejemplo 02, constatamos fotos de mujeres riendo y apesadadas, ora dentro de un carro llevando los hijos para la escuela, ora en casa a las vueltas con hijos, trabajo, y en todas las imágenes femeninas

pueden ser vistas dosis exageradas de buen-humor en sus rostros.

Por fin, en el ejemplo 03, observamos una foto de la senadora Patrícia Gomes bien vestida, posando riendo y vencedora para la revista, teniendo por fondo la ostentación de la oficina bien amueblada del Senado, donde se le al lado de la foto en letras minúsculas: *Patrícia en el senado: horrores en la CPI y pesadillas con los hijos*. Los ítems lexicales *horrores* y *pesadillas* marcan la idea del sufrimiento por que pasa el personaje femenino en casa para ser una vencedora en la política (fuera de casa).

Aquí el *dolor* funciona como un legissigno, indicando sufrimiento (*enfrentaba una crisis de gastritis*). La idea de sufrimiento corresponde al helo semántico que permite asociación entre dolor y el cargo político de la senadora. La profesión política (o cualquier otra actividad fuera de casa) causa sufrimiento a la mujer. El locutor utiliza el ítem lexical *dolor* como metáfora verbal del cargo político. Al mismo tiempo, *dolor* funciona como un signo icónico para el sufrimiento. Hay el dolor real de perder su marido (Ciro Gomes) para una actriz, de quedarse mucho tiempo lejos de los hijos y de estar enfrentando una gastritis, probablemente ocasionada por el tipo de vida profesional.

Por lo tanto, a pesar de todo eso, la figura femenina aparece fuerte, productiva, luchando por sus ideales, sea utilizando importantes secretos para conquistar su objeto (figura carismática), sea realizando varias jornadas de trabajo (merecedora de la medalla de oro), o sea luchando por su país (*En el día de esa entrevista, la senadora enfrentaba una crisis de gastritis, que no la impidió de se exaltar al hablar de los trabajos de la CPI*), en una construcción positiva de la imagen de la mujer (ESPERANÇA).

Se puede afirmar que en todas las fotos mencionadas, la revista impresa es utilizada por la media para reflejar aquello que la sociedad juzga ser importante y, es por intermedio de ella, que la media interfiere en la formación de opiniones, de lectores. Esos lectores hacen parte de un grupo social heterogéneo. En ella habitan voluntades, conocimientos y posicionamientos diversificados, pero convergentes, que generan las posibilidades de relaciones internas y con otros grupos.

Más o menos de esa forma, el analista de discurso debe investigar el funcionamiento discursivo y, solo entonces, procurar desven-
dar las Formaciones Discursivas y Formaciones Ideológicas que fundamentan tales discursos. Siguiendo este raciocinio, nunca

estuvimos en busca, *a priori*, de discursos constitutivos de una Formación Ideológica que podríamos llamar de machistas. Por lo tanto, al analizar datos generales, discursos de ese tipo vinieron a tona en diversos momentos, en los apoyos resbaladizos del lenguaje, en los intersticios del texto, en los cuales se muestran los lugares en que se sitúan (históricamente) los sujetos enunciativos.

Es delante de este grupo heterogéneo que la media, de la revista femenina, elabora las noticias, selecciona las palabras y la fotografía que trae realismo a la escena, siempre pensando en una lectora específica, en una construcción de la imagen femenina.

3. La representación del femenino y el poder de la media: en busca de conclusiones

Esta pesquisa tuvo como meta analizar el discurso de la media, vía revistas femeninas, a fin de estudiar la construcción de la identidad/representación femenina en nuestro país del inicio del siglo XXI. Antes de mostrar como la media instituye modos disciplinares de proceder lingüísticamente, creemos que, hasta por la ilusión de complejidad del sujeto, tentando producir un efecto de coherencia en ese texto, sea necesario recuperar históricamente algunas cuestiones.

Desde algunas décadas atrás, las mujeres han demostrado un interés en buscar del reconocimiento de la posición activa que asumen dentro de la sociedad. La busca por el papel de sujeto es evidenciada por una gama de estudios que procuran mostrar y cuestionar la manera como la imagen de la mujer es construida en el ámbito de la cultura de masa. La revista femenina, por ejemplo, constituye una instancia discursiva que ejerce fuerte influencia en la vida de la mujer. Al mismo tiempo, que esas revistas retratan el papel que la mujer desempeña en la sociedad, ellas ayudan a moldar ese papel, transmitiendo ideologías y contribuyendo para el mantenimiento de ciertas relaciones hegemónicas.

Actualmente, muchos son los estudios que se tienen analizados sobre la influencia de la media en el comportamiento de las personas. Para algunos de esos estudios, la media sería extremadamente perniciosa, pues, por un conjunto de estrategias persuasivas y discursivas induce a las personas determinados modos de procedimiento. Para otros, sin embargo, ella no tendría todo ese poder. Mismo preso en las armadillas mediáticas, el sujeto no se dejaría sucumbir. La media, a partir de ciertas determinaciones sociales, históricas y ideológicas,

produce una ilusión de la realidad “que permite a sus destinatarios producir formas simbólicas de representación de su relación con la realidad concreta” (GREGOLIN, 1997, p.47).


Para dar un efecto de fin a eso texto, abogamos que la media actúa como una verdadera deformadora de la conciencia ideológica de los brasileños, visto que sedimenta cada vez más un discurso evaluativo sobre la condición femenina que contiene enunciados desprovistos de cualquier razón científica (BARONAS, 2004), juzgamientos sobre bonito y feo, bueno y malo, seductor, no seductor, competente, no competente etc. A pesar de limitadas a ese *corpus*, nuestras análisis evidencian que los argumentos de los cuales la media se utilizan para defender/imponer su ideología no pasan de *clichés* y estereotipos. Al fondo, aceptar el *panoptismo ideológico* sin resistir significa renunciar a nuestra propia identidad (FOUCAULT, 1987).

Pensamos que al observar atentamente para el(los) discurso(s) que esos textos hace(n) emerger sirva para mostrar cuanto es equivocado estereotipar a la mujer, sea como víctima o como villana. Tal vez tales caracterizaciones interesan a la literatura, a la creación de personajes ficticios. Pero no suenan productivos al cotidiano, a la vida. La mujer no es la eterna víctima por propensión interior, pero es víctima de estereotipos y preconceptos. También el hombre, si es, víctima de las cobranzas por deber siempre ser (o representar) el ser corajoso, aquel que toma las iniciativas, el ser liberado sexualmente etc.

Sabemos que, debido a la tradición patriarcal en nuestra cultura, la mayor parte de los preconceptos todavía recae sobre las mujeres. De hecho, no sorprende. Pero ni por eso debe dejar de suscitar reacciones. La igualdad de derechos (y deberes) entre hombres y mujeres no debe darse por la equiparación de uno al otro. Pero por el respeto a las identidades. En términos discursivos, es importante que la exclusión del Otro – el villano el opresor – exista para crear la ilusión de que aquellos que lo excluyen viven en un mundo donde no hay conflictos, apenas diferencias superficiales: un mundo homogéneo, previsible y controlable. En fin, un mundo construido por el deseo de homogeneidad que, muchas veces, colabora para la aceptación de hechos conforme ellos nos son presentados.

Como sugieren algunas feministas, “en la mayoría de las lenguas hay una dimensión semántica fundamental que mira el masculino como bueno/admirable y el femenino como malo/deplorable”, con-

forme demonstram os pares: Homem de rua/Mulher de rua; Homem público/Mulher pública. São, por isso, diversos os estereótipos culturais que marcam as diferenças de sexo no idioma. Desde a (aparente) predominância do gênero masculino no idioma, que deriva do fato de que, em Português, o plural masculino deve ser utilizado para se referir a um grupo de homens e mulheres, algo que pode ser tomado por alguns como prova da “força” do homem.

Por fim, ao representar a figura feminina, aplaudimos os estudos foucaultianos (1999a, 1999b) quando afirmam que, a imprensa concomitantemente constrói, projeta e estabiliza identidades sociais, em processos definidos historicamente e culturalmente. Nessa perspectiva, assume-se que as práticas sociais de representação vigentes em uma certa época estão cristalizadas em formas textuais e que é possível associar as representações às ordens do discurso a que estão de forma genealógica relacionadas e também a outros discursos. 

Referências Bibliográficas

CLÁUDIA nº 12, ano 42, de dezembro de 2003, p. 174.

CLÁUDIA nº 01, ano 43, de janeiro de 2004, p. 27.

FERREIRA, L. A. “Representações Femeninas na imprensa: os primeiros periódicos brasileiros”. Em *Revista da ABRALIN*, CD rom, Rio de Janeiro (RJ). P. 2003. p. 1022-1030.

ECO, H. *Tratado geral de semiótica*. Tradução de Antonio de P. Danesi e Gilson C. De Faria. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. 2ª edição. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. (1999a) São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999b.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. “Discurso e memória: movimento na bruma da história.” Em *Cadernos da FFCH*, Marília, SP, v. 6, n. 2, 1997, p. 39-47.

HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications, 2000.

R G L, n. 2, p. 57-72, dez. 2005.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, Mercado de Letras, 2002.

NOVA, n° 04, ano 29, de abril de 2001, p. 70.

ORLANDI, E. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

NÖTH, W. *Panorama da Semiótica. De Platão a Peirce*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et. alii., Campinas: UNICAMP, 1988.

PEIRCE, C. S. *Semiotic and signification: the correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Organização de C. S. Hardwick. Bloomington, Indiana Univ. Press, 1977.

RAJAGOPALAN, K. “A construção de identidades e a política de representação”. En FERREIRA, L. & ORRICO, E. G. D. (orgs) *Linguagem, Identidade e Memória Social – novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p. 45-53.

ROSA, N. “Manual de uso”. En INDURSKY, F & CAMPOS, M. C. (orgs) *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p.19-29.

RIBEIRO, A. P. “Fim de ano: tempo de rememorar.” En: FAUSTO NETO, A. & PINTO, M. J. (orgs). *O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Diadorim/ Compós, 1996, p. 34-42.

_____. “Jornais: memória ou amnésia?” En *Tempo e Presença*, Koinonia Editora, n° 305, mayo/julio de 1999, p. 33-42.

SANTAELA, L. *O que é Semiótica*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SIMÕES, D. & DUTRA, V. L. R. A iconicidade, a leitura e o projeto do texto. En *Linguagem e Ensino*, Universidade Católica de Pelotas, vol. 7, n° 2, 2004, p. 37-63.

HÁ NECESSIDADE DE REFLEXÃO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR?

Márcia M. da C. Moura de PAULA*

“Inventaram o sábio como o homem da inalterabilidade, impessoalidade, universalidade da intuição, como um e tudo ao mesmo tempo, com uma faculdade própria para aquele conhecimento invertido; eram da crença de que seu conhecimento é ao mesmo tempo princípio e fim da vida. Mas, para poderem afirmar tudo isso, tinham de enganar-se sobre seu próprio estado: tinham de se atribuir ficticiamente impessoalidade e duração sem mudança, desconhecer a essência daquele que conhece, negar a tirania dos impulsos no conhecer e em geral captar a razão como atividade plenamente livre, originada de si mesma” (...) (NIETZSCHE, “Sobre verdade e mentira”, 1987, p. 156).

* Docente do Departamento de Educação do Câmpus de Três Lagoas, MS. Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica/SP.

Resumo: O objetivo deste texto é discutir a formação do professor, as possíveis mudanças na sua vida profissional, realizando uma reflexão sobre o seu trabalho, sua rotina pedagógica, procurando analisar suas próprias experiências, tentando tecer reflexões sobre a sua posição no processo de ensino, bem como sobre a relevância que o professor tem na formação de outros professores. Nesta complexa situação, é importante levar em conta a Reforma Universitária, uma vez que ela está ligada ao processo de formação de professor e ao que ocorre no âmbito da escola.

Palavras-chave: professor; formação; reflexão; ensino.

Abstract: The goal of this text is to discuss about the teacher formation, possible changes in his professional life, a reflection about his work, his pedagogical routine, aiming to analyze his own experiences, trying to discuss about his position in the teaching process and the importance the teacher has about forming other teachers. In this complex situation, it is important to consider the University Reform as well, because it is linked with the process of teacher formation, even occurring in all levels at school.

Key-words: teacher; formation; reflexion; teaching.

Introdução

Partimos do pressuposto de que todo sujeito é sócio-histórico, ideologicamente constituído, e consideramos, portanto, as condições de produção de seus discursos. Para nós, o discurso é construção social, percebido como uma forma de agir no mundo. Analisá-lo dessa perspectiva é investigar como os sujeitos envolvidos na construção do significado agem no mundo por meio da linguagem e constroem, desse modo, sua realidade social e a si mesmos.

Este trabalho se insere na Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural que, segundo Russel (1998), é definida como uma abordagem filosófica e heurística, permitindo estudar as diferentes formas de ação humana, mediadas por instrumentos e levando em consideração os fatores históricos e culturais da atividade. Essa definição da teoria da atividade assumida por teóricos vygotskyanos e neo-

vygotskyanos (Leontiev, Engeström, Cole) teve sua origem nos estudos de pesquisadores russos que buscaram, após a revolução russa de 1917, defender uma nova posição da psicologia soviética, que traz como fundamento essencial a unidade entre consciência e atividade, cujo embasamento básico é proveniente de Marx e Engels.

Vale dizer que nossos estudos também estão fundamentados nos pressupostos científicos das teorias da Análise do Discurso de linha francesa, cujos princípios permitem analisar o processo discursivo e seus efeitos de sentido a partir da análise do texto – materialidade lingüística, portanto - da reforma universitária proposto pelo Governo Federal, objetivando os cursos de formação de professor. Acreditamos que o discurso pedagógico seja perpassado por outros dizeres, interdiscursos, dos quais o sujeito não tem domínio, além de ser determinado por suas condições de produção e pela história.

Considerando que as práticas discursivas são, conforme afirma Foucault (1987), constitutivas do conhecimento e que as condições de transformação do conhecimento associam-se a uma formação discursiva dentro de uma ciência, tais questionamentos impulsionaram-nos à leitura de trabalhos em Análise do Discurso, cujos fundamentos parecem emprestar-se aos documentos acima mencionados e, pois, não consistirão em material apenas epistemológico. Importa acrescentar que Pêcheux orientava os interessados pelo assunto sobre o fato de a análise do discurso procurar construir procedimentos que expõem o olhar-leitor aos níveis opacos da ação estratégica de um sujeito. Assim, parece-nos que os programas curriculares, embora tenham contribuído para o processo de formação do professor, sublinharam o papel do Estado no controle da profissão docente e acentuaram a visão degradada e desqualificada dos professores.

E é no espaço da universidade em que trabalhamos que podemos analisar a formação do professor em relação à produção do sentido e à sua prática reflexiva. O “sujeito professor” é atravessado pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada e nos modelos didático-pedagógicos que o perpassaram ao longo dos anos. Não existimos sozinhos; estamos em interação constante com os outros e com o mundo.

Temos, ainda, como propósito, discutir como as pesquisas conduzidas em escolas podem se tornar oportunidades para auto-reflexão, análise crítica e transformação dos participantes. Entendemos que o papel do pesquisador não é o de um observador passivo que procura entender o outro. Ambos são vistos como co-participan-

tes ativos e sujeitos no ato da construção e da transformação do conhecimento, conforme destaca MAGALHÃES, (1994): o papel do pesquisador precisa ser o de criar inúmeras situações que sirvam ao desenvolvimento da reflexão crítica e à compreensão do pretendido caráter transformador da interação, quer durante as sessões instrucionais, quer durante as discussões entre professor e pesquisador.

Dessa forma, as pesquisas colaborativas necessitam criar situações em que o pesquisador seja o iniciador de um processo crítico, ao mesmo tempo em que mantém um controle crítico sobre seu discurso enquanto colaborador na construção do processo de conscientização das ações da sala de aula.

Para isso, acreditamos que a aula constitui o lugar privilegiado para se pesquisar como o professor procede em sala de aula, com sua programação e grade curriculares, se alcança os objetivos planejados no início do ano.

A insuficiência da Escola como um espaço social especializado em Educação é um assunto que muito preocupa a classe estudantil, a de docentes e a sociedade como um todo. Os profissionais envolvidos na formação dos alunos de nível superior sentem, mais profundamente, o fracasso da escolaridade. São eles que recebem os produtos da educação primária e secundária e conhecem as falhas da Universidade e os empecilhos a serem vencidos para diminuir ou eliminar essas deficiências. É oportuno lembrarmos que certas estruturas arcaicas da Universidade dificultam modificações que poderiam reverter esse quadro.

Tendo em vista que, desde o século XIX, a universidade pretende ser o lugar por excelência da produção de conhecimento científico, estando inserida numa realidade sócio-ideológico-político-cultural, ela tem como função ser o centro de produção de conhecimento de ciência, tecnologia e cultura. Para isso, tanto a produção como a disseminação de conhecimento devem ser feitas por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Isso porque acreditamos que a Instituição deve ser pensada não como um espaço onde indivíduos se iniciam em certos conhecimentos constituídos ou preestabelecidos, mas onde são possibilitadas condições para que esses indivíduos consigam uma formação concernente aos seus interesses e à imagem que eles têm de seus papéis na sociedade.

Às universidades são atribuídas algumas funções, tais como: o objetivo da educação geral pós Ensino Médio, pesquisa e investiga-

ção (um dos objetivos fundamentais da universidade), fornecimento de mão-de-obra qualificada, educação e treinamento altamente especializados, mecanismo de seleção para fortalecimento de empregos de alto nível por meio da *credencialização*, prestação de serviços à região e à comunidade local, paradigmas de aplicação de políticas nacionais, entre outros.

A instituição escola é uma das responsáveis pela construção discursiva e ideológica de seus sujeitos. As pessoas obedecem aos padrões existentes, sem os quais a civilização seria impossível. Conforme Pêcheux (1999), toda dominação pressupõe determinada concordância com o dominado. Há uma certa construção social do que seja verdade, fazendo que todos olhem certa realidade como normal. O homem vive sob o jugo de modelos ideais, envolto por um sistema organizado de dominação, projetado para reforçar a sua submissão aos valores institucionais existentes, mantendo-o, inconscientemente, em estado de permanente sujeição.

Parece-nos que a *verdade* – organizada e convencionada por Instituições – está intimamente ligada à formação de sujeitos, profissionais, bem como à sua linguagem. Lembremo-nos de FOUCAULT (1980, p. 133), ao afirmar que “cada sociedade tem seu *regime de verdade*, sua política geral de verdade, os discursos que aceita e que faz funcionar como verdadeiros, o status daqueles que estão encarregados de dizer a verdade”.

Assim, por *verdade* entendemos um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei e o funcionamento dos enunciados, constituindo um conjunto de procedimentos, hábitos, usos, costumes, crenças e valores de cada sociedade, influenciando, dessa forma, intensivamente, os sujeitos que a ela pertencem. As supostas verdades absolutas e inatacáveis que, arbitrariamente, por razões de ordem ideológica, passaram a constituir nossas crenças, a integrar nosso organismo, determinando nosso modo de ver, sentir e viver (CORACINI, 1992, p. 21).

A escola, enquanto organismo social, instância que reproduz mecanismos ideológicos, formadora de sujeitos, inserida nas relações sociais, está ligada ao poder, que tem sido a mola propulsora das sociedades. O poder está entranhado em todas as relações sociais, do que resulta não podermos pensar o social sem o político e, conseqüentemente, sem o poder. Ela está ligada, também, ao poder-saber. Para Foucault (1977), o poder não é um objeto natural, uma coisa, mas sim uma prática social e, como tal, constituído historicamente.

Ele se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições.

Nessa perspectiva, percebe-se que o professor está submetido a verdades, valores e crenças didático-pedagógicas que foram sendo incorporadas a partir de um processo de formação universitária e, experiências de vida, permanecendo, geralmente, sem sofrer nenhum estranhamento no decorrer de suas atividades escolares.

É no espaço da universidade que analisamos a formação do professor em relação à produção do sentido. Lugar legitimado, autorizado, a universidade é vista como uma autoridade na formação e na interpretação do saber, do discurso e do sentido. Observa-se que ela mantém o papel de legitimar o saber, veiculando uma concepção de professor centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos tradicionais. Esqueceu-se de que o momento sócio-histórico e, com ele, as condições de produção do ensino são mutáveis, o que tem consolidado, cada vez mais, o ensino sem reflexões sobre as práticas didático-pedagógicas dos professores formadores de profissionais para o mercado, neutralizando, assim, a compreensão da linguagem como um espaço para a reflexão e a negociação.

Donald Schön (1983) apresenta a seguinte questão: que tipo de educação profissional seria adequado para a epistemologia da prática baseada na reflexão na ação?

Fundamentação teórica

O confronto entre o poder e o saber passa sempre pela arena da formação do professor, pois a Escola legitima um saber que veicula uma concepção centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos. A Universidade é um lugar de reflexão sobre as práticas pedagógicas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores do saber e do saber fazer, e é nessa universidade que praticaremos o texto da reforma universitária oriundo do Ministério da Educação.

Parece-nos que esse professor entende a teoria dominante na Instituição como portadora da “verdade” a ser mantida, moldando sua prática aos parâmetros propostos por sua formação, ou melhor, sua informação teórica. Assim é que o processo pedagógico corporifica relações de poder entre professores e alunos, com respeito à questão de saber: qual saber é válido, qual é produzido (GORE, 1994, p.14). Entendemos, assim, que professores e alunos, inseridos no aparelho escolar, constituem os sujeitos produzidos por esse *poder-saber*, que

pretende torná-los *governáveis*, necessários e úteis para a sociedade moderna.

É preciso descobrir como o conhecimento é produzido, descobrir a gênese do que se quer conhecer, conhecer pelas causas. A verdade não está fora do processo do conhecimento; faz parte dele. Importa o que uma pessoa diz a outra, a conclusão, o resultado, o efeito a que ela chegou, mas importa muito mais saber como ela chegou a essa conclusão, a esse conhecimento, descobrir o caminho, o processo, o passo-a-passo de seu pensamento.

A esse respeito, os estudos vygotskyanos afirmam que a relação pensamento e linguagem é um processo, um movimento contínuo de vai e vem do pensamento para a palavra e vice-versa. O pensamento passa por muitas transformações até chegar à fala. Não é só a expressão que ele encontra na fala, encontra a sua realidade e a sua forma.

Não podemos conceber o discurso fora do sujeito (social, historicamente determinado) e nem este fora da ideologia, já que esta o constitui. Inevitavelmente, essa ideologia incide, também, em sua formação profissional (CORACINI, 1994, p. 01). O professor está inserido em formações discursivas que governam sua vida profissional, ou seja, “aquilo que numa formação ideológica (formas de assujeitamento ideológicas que governam os mecanismos enunciativos) determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1998).

Dessa forma, vemos o professor inserido em formações discursivas que governam sua vida profissional, obedecendo aos padrões ideológicos vigentes (de maneira consciente ou inconsciente), explicando (por essas determinações ideológicas, pelas verdades aceitas constitucionalmente e socialmente adquiridas) o comportamento e as atitudes desses profissionais nas diferentes práticas sociais. O discurso do cotidiano carrega marcas da história, da ordem cotidiana, também lida com a tensão constitutiva das relações interpessoais, com seus direitos, deveres e responsabilidades. É, pois, com a linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa marcas desse processo ideológico.

Parece-nos que ser professor implica moldar-se às normas e conceitos vigentes, oriundos da instituição que, por sua vez, obedece aos padrões advindos da esfera Federal. Tais conceitos e padrões são coercitivos e tomados como um instrumento destinado a educar, a disciplinar, permanecendo presente ao longo da formação do sujeito como aluno e, também, como profissional.

Esses conceitos, à medida que perpassam o sujeito em suas constituições, discursos e comportamentos e se propagam na ação pedagógica disseminada na vida acadêmica, são fundamentais para a condução da análise do nosso projeto de pesquisa. É necessário observar o intelecto para que isso nos leve a refletir e até a mudar nosso modo de ver a nós mesmos, os outros e o mundo bem como conhecer a totalidade sem perder de vista as partes que a integram, nem deixar de perceber o modo como elas interagem. Assim, citamos Russel, para quem,

“as paixões nos tornam distraídos. Por isso, dificultam nossa visão racional da totalidade, isto é, a descoberta do que existe em nós que nos liga ao todo, e daquilo que nos afasta dele e mantém a aparência de separação”.¹

A Escola, enquanto instituição responsável pelo ensino, tem tentado cumprir, ao longo dos anos, seu papel social, o qual pode ser analisado sob diversos ângulos. Aqui, nossa preocupação é examinar os aspectos histórico-culturais e discursivos da formação do professor.

Na visão de Althusser, a Escola ensina “saberes práticos”, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou à administração de sua prática. De acordo com este filósofo:

“A Universidade e a escola, particularmente, deixam de ser uma conquista da humanidade a ser preservada das querelas pequeno-burguesas, para se tornarem não mais instrumentos de saber, mas máquinas de *sujeição* ideológica. O que a torna instrumento de subordinação ideológica não são os “valores” da burguesia e os “interesses” de seus representantes, mas seu *funcionamento* ideológico. A escola continuaria máquina de sujeição, ainda que mudasse de mãos e adotasse “valores” ou “interesses” hipoteticamente opostos” (ALTHUSSER, 1970, p.84).

Parece-nos que, para esse filósofo, a instituição de ensino (a Universidade e a Escola) deixa de ser instrumento neutro do progresso da humanidade, tornando-se lugar de luta de classes pela direção da sociedade. Este é o caso da Universidade Brasileira, como foi demonstrado pelo breve histórico no item anterior.

Mesmo não pretendendo discutir, aqui, a gênese da escola urbana, vale comentar que esta instituição de ensino foi criada a partir da necessidade de uma camada da sociedade controlar todos aqueles que incomodavam, atrapalhavam e que não se adequavam às normas vigentes, mais ou menos como aconteceu em outros países como França e Inglaterra.

¹ RUSSELL, B. (1995). História de la filosofía occidental. Madrid: Espasa Calpe, p.190, vol. II.

Segundo Jones (1990), o papel da escola urbana e do professor, tal qual se apresenta hoje, é fruto de transformações e de imagens distorcidas, vividas nos dois séculos passados. A educação passou a ser concebida como arma de coação: a escola precisaria cumprir seu papel disciplinador e inculcar hábitos de moralidade, podendo recorrer a sistemas de punição e recompensa. Era uma tecnologia de exame e vigilância que deveria inculcar princípios de utilidade na população.

O papel do professor era irrelevante, sem motivação nenhuma. O professor foi passando, com o tempo, de instrutor mecânico, como era considerado, a funcionar como exemplo de moral e sabedoria para seus alunos, sem nunca deixar de ser um serviçal perante seus superiores.

Ao longo dos anos, passa da Igreja, instituição legitimada e autorizada a “comandar” o ensino, para o Estado o dever de manter-se presente em todas as atividades, manifestações e decisões escolares. O governo começa a intervir mais diretamente no discurso do professor, instaurando e enfatizando a noção de eficiência deste e fazendo com que a escola produza uma população trabalhadora, saudável, competitiva e soberana, criando sujeitos que levem consigo “todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados” (FOUCAULT, 1977, p.130).

Discussão

Temos consciência de que é da combinação das experiências anteriores, mesmo que de forma inconsciente, que o professor constrói o seu discurso, de onde ele pensa emanar uma verdade inquestionável, que é repassada para sua prática. Salientamos, também, que:

“os modos como a linguagem vem sendo enfocada nos contextos de formação nem sempre possibilitam aos participantes a desconstrução de representações tradicionais que têm uma sólida base em uma pedagogia que entende ensino-aprendizagem como transmissão e devolução de conhecimento e está apoiada em um conceito estruturalista de linguagem” (MAGALHÃES, 2004, p. 61).

Assim, sabemos da relevância da reflexão do professor ao longo de sua formação, reflexão de suas práticas, das próprias fundamentações teóricas que embasam os professores, dos fundamentos didático-pedagógicos, currículos, enfim, uma reflexão para ponderarmos e analisarmos qual é o professor que a universidade está gra-

duando, está colocando no mercado de trabalho e qual a consciência desse profissional para a vida na educação.

Objetiva-se, neste artigo, tecer reflexões sobre a Reforma Universitária, no que diz respeito aos Cursos de Licenciatura, mais especificamente, a formação do professor em nível superior.

A Reforma Universitária de 1968 representa um dos marcos fundamentais do processo de modernização da universidade e da sua inserção na lógica racionalizadora do capital. Várias medidas foram adotadas com o intuito de transformar a universidade tradicional em “moderna”, não se esquecendo de que estava voltada para as demandas do capitalismo nacional dependente e que a mudança da universidade foi auxiliada e implementada pelos técnicos do MEC e pelos consultores norte-americanos.

Uma das características principais da política educacional instalada com a ditadura de 64 foi a sua disposição de conceder uma instrumentalidade à vida acadêmica. Após 1964,

a questão da relevância social da universidade passou a ser aferida tendo como critério central o comportamento do mercado. Assim, ensino e atividade de extensão passaram a ser percebidos apenas como mercadorias que podiam ser adquiridas por aqueles que almassem um diploma, um certificado de aperfeiçoamento, uma consultoria... A própria pesquisa nas universidades, criadas como fundações, passava a ser concebida como algo vendável. Dinamizar internamente a universidade significava, para alguns, vender serviços. A universidade toma, desta forma, a empresa capitalista como modelo. Volta-se para atender a demanda e deixa de lado as necessidades sociais mais prementes, pois para tal atendimento não existe procura no mercado, na forma de remuneração aos serviços prestados.²

Deve-se ressaltar a concepção empresarial de universidade, totalmente inserida na lógica do capital, na produtividade mercadológica, com nítida influência do modelo norte-americano e que esta está presente em nossas instituições de ensino superior desde as décadas de 60 e 70. Nas décadas de 80 e 90, esta concepção, que substituiu os modelos tradicionais de universidade baseados, sobretudo, nos paradigmas alemão e francês, será retomada com uma força e um vigor exacerbados, traduzindo-se nas novas políticas do governo para o ensino superior, nas novas concepções de trabalho intelectual, de avaliação da universidade e da produtividade dos professores universitários e no financiamento das pesquisas, de pós-graduação, de prestação de serviços à sociedade, etc (PAULA, 2002).

O que está em curso no Brasil, desde a época Collor, e já com indícios na década de 80, é a reforma do estado brasileiro que pressu-

² OLIVEN, A C (1989). “Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira”. In: MARTINS, C B (org.). Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 55.

põe um conjunto de novas relações entre a aparelhagem estatal e a sociedade civil. Isso faz parte de um processo muito mais amplo, um conjunto de ações da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital pós década de 70. Diante de uma crise do capital, a burguesia internacional precisa realizar dois movimentos que estão articulados: precisa buscar novos campos de exploração lucrativa e precisa difundir um novo projeto de sociabilidade burguesa. E é nesse marco teórico e político que se insere o debate da reforma da educação superior.

Objetivando a melhoria da formação, o que nos parece ser um trabalho interativo e dinâmico, há necessidade de rever crenças, concepções, valores, ideais, modos de ação, procedimentos, hábitos que, muitas vezes, estão cristalizados, pensando ser e desenvolver um certo conceito, pensando estarem claras certas significações, mas deixando de enxergar o que está por trás das ações, do discurso, o que parece ser transparente. Cavalcanti e Moita Lopes (1991, p.133) salientam que os cursos de formação de professores não prevêm a reflexão sobre suas práticas, restringindo-as a um receituário de atividades para a sala de aula. Esses aspectos são, na sua maioria, responsáveis pela crescente inquietação dos alunos. À medida que vão completando o Curso, as questões relativas à utilização dos conhecimentos, ou, mais radicalmente, à aplicabilidade dos programas curriculares recebidos, assomam como fatos que o professor enfrenta no contexto escolar. Trata-se de uma realidade didático-pedagógica que envolve o profissional, sua formação, o espaço social legitimado – a escola – e a sociedade em que o professor trabalha e com a qual convive.

Sabemos que o sujeito possui um conjunto de imagens, representações que o habitam é segundo Gregolin (2000, p.23),

os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos em uma sociedade constroem, com as formas discursivas típicas de cada um desses diversos gêneros, as representações do imaginário de uma certa época.

Assim é que a imagem que o professor faz de si é a de um sujeito de quem emana o poder, pois a palavra é um lugar de poder, enquanto a do aluno é a do sujeito que recebe e acata tudo o que vier do seu mestre. Estabelece-se, assim, uma hierarquia de poderes que irá se refletir em efeitos de poder nos discursos produzidos na Instituição, que é quem determina as posições do sujeito.

Reconhecemos que as mudanças positivas são lentas, mas são ativas e extremamente desafiantes. Conforme GUARANÁ (1979, p.

“Não pretendemos a facilitação do ensino, mas uma visão consciente e crítica do mundo, em que conteúdos significativos sejam selecionados e trabalhados, que a pesquisa seja feita, que os assuntos sejam debatidos e que leve ao aluno à possibilidade de um estudo independente e autônomo”.

Creemos que o aluno não vem obtendo uma formação adequada, pois o curso de graduação tem sido o “lócus” para suprir grandes e graves problemas de formações anteriores dos alunos, fazendo um papel que não lhe compete - embora necessário - , deixando lacunas de tempo para desenvolver um processo reflexivo, trazendo à tona a discussão superficial do que seja apropriado como conceito de professor reflexivo e crítico nos cursos de formação de professor em nossas Instituições de Ensino Superior (IES).


Considerações finais

Cabe, ainda, considerar que, mesmo que o desempenho de cada um possa ser controlado, medido, a produtividade dependerá sempre do conjunto de ações particulares que devem ser executadas por todas as pessoas que, direta ou indiretamente, compõem a organização da instituição, bem como da motivação que as impele a interagir integradamente ou a resistir sistematicamente às inovações.

Alguns encaminhamentos desta nossa reflexão surgem: talvez pudéssemos começar por tentar uma difícil aproximação entre saberes gerais, teorias científicas e saberes locais, os saberes dos práticos, com o fim de inter-relacionar uns saberes com os outros. Outro ponto é que não podemos confundir a cultura culta com a cultura dominante, tendo em vista que, ao lado dos saberes normalizados, há os saberes não totalmente disciplinados o que vem interferir na formação de sujeitos críticos que resistam às formas de imposição.

Tais questões implicam ainda em não aceitar, sem revisão, os diferentes estádios, níveis, programas nos quais se tentam fechar os sujeitos e os saberes. No entanto temos que ter cuidado, pois ao nos opormos simplesmente às tradicionais práticas educacionais, ocorre o perigo de reivindicar uma cultura, também construída, das classes populares, excessivamente vinculada ao criativo, ao concreto, ao local e ao prático, negando aos desfavorecidos o acesso à cultura culta, a certos saberes, e provocar assim os efeitos menos desejados: impe-

dir-lhes de escapar a sua condição de sujeitos submetidos. Enfim, examinar o processo de formação do sujeito que justifica o seu dizer e sua ação constitui tarefa essencial para o pesquisador em Linguística Aplicada.

Finalmente, aplaudindo os estudos foucaultianos, há de se considerar uma nova política de recusa, paradoxo e crítica imanente que, ao promover novas formas de subjetividade, pode dar à fracassada época moderna causa para oscilar e hesitar. 

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. Idéologie et Appareils d'Etat. *La Pensée*, nº 151 repris dans *Positions* (1976), Paris: Editions Sociales, 1970, p. 67-125.

CAVALCANTI, M. C. & MOITA LOPES, L. P. Implementação de Pesquisa na Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro. In: *Trabalhos de Linguística Aplicada*, volume 17, págs. 133-144, Jan/Jun, Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

CORACINI, M.J.R.F. *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura – Língua Materna e Língua Estrangeira*. São Paulo: Pontes, 1992.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. Truth and power. In C. Gordon (Ed.). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings 1972-1977*. New York: Pantheon Books, 1980, p. 109-133.

_____. *A arqueologia do saber*. 3ª. edição. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. GORE, J.M. Foucault e Educação: Fascinantes Desafios. In: SILVA, T.T. *O Sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos* -, Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p.09-20.

GREGOLIN, M.R.V. *Filigranas do Discurso: as vozes da História*. Araraquara: FCL – UNESP, 2000.

GUARANÁ, C. Participação e Democracia no Cotidiano Escolar. In: *Universidade, Escola e Formação de Professores*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 35-43.

JONES, D. The genealogy of the Urban Schoolteacher. In BALL, S. (ed) *Foucault and Education*. London/New York: Routledge, 1990,

p. 55-57.

MAGALHÃES, M.C.C. (org.) *A Formação do professor como um profissional crítico – linguagem e reflexão*, Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MAGALHÃES, M.C.C. Etnografia Colaborativa e Desenvolvimento do Professor. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada* n° 23, Campinas: Editora da UNICAMP: 1994, p: 71-78.

OLIVEN, A C. Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira. MARTINS, C B (org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 33-57.

ORLANDI, E. *A Linguagem e seu Funcionamento – As Formas do Discurso*, Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e Leitura*, Coleção Passado a Limpo, Campinas: UNICAMP, 1988.

PAULA, Maria de Fátima de (org.), *Debatendo a universidade – subsídios para a reforma universitária*, Florianópolis: Editora Insular, 2002.

PÊCHEUX, M *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*, Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. *uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira. *Obras Completas*, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 31038.

RUSSELL, B. *História de la filosofia occidental*. Madrid: Espasa Calpe, 1998.

SCHÖN, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 77-92.

O VOCABULÁRIO DO HOMEM ERVATEIRO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

Aparecido Lázaro JUSTINIANO*

Aparecida Negri ISQUERDO**

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o vocabulário da erva-mate (*Ilex paraguarienses*) em municípios sul-mato-grossenses situados na fronteira do Brasil com o Paraguai. Além de discutir questões teóricas acerca da relação entre língua, léxico e cultura, apresenta a metodologia adotada para a pesquisa e destaca questões relativas à macro e à microestrutura do VEM – *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul* (JUSTINIANO, 2005). Por fim, pontua fatos lingüísticos de natureza lexicológica e sociolingüística, observados no conjunto do vocabulário estudado.

Palavras-chave: vocabulário; erva-mate; fronteira.

Abstract:

This article presents some research results about the vocabulary of the yerba maté (*Ilex paraguarienses*) in municipalities in the state of Mato Grosso do Sul, located near the border of Brazil with Paraguay. Besides discussing theoretical matters concerning the relation among language, lexicon and culture, it presents the methodology adopted for the research and highlights subjects related to the macro and micro structure of the Vocabulary of the yerba maté in the south cone of Mato Grosso do Sul (JUSTINIANO, 2005). At last, it punctuates linguistic facts of lexicological and sociolinguistic nature, observed in the set of the studied vocabulary.

Key-words: vocabulary; yerba maté; border.

1. Língua, léxico e cultura: algumas relações.

O homem como ser essencialmente social necessita de vários sistemas de linguagem seja para interagir com o mundo e com os seus semelhantes, seja para demarcar o seu espaço dentro da sociedade. A língua, dentre esses sistemas, ocupa uma posição de destaque, já que os outros sistemas sígnicos recorrem à linguagem verbal para se fazerem mais compreensíveis. Assim, por meio do estudo da língua falada em uma comunidade de falantes, pode-se descobrir como o homem categoriza a realidade que o circunda, criando novas representações dessa realidade, por meio da linguagem. Após caracterizar o seu universo circundante o homem o nomeia valendo-se do sistema lexical da língua e, nesse processo cognitivo de categorizar e de nomear os elementos dos mundos natural e cultural, o usuário da língua vale-se dos mecanismos disponíveis no seu sistema lingüístico para criar e/ou recriar novas unidades lexicais necessárias para designar

*Faculdades Integradas Paulistas.

**Universidade Estadual de Londrina/CNPq/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul .

novos referentes. Esse processo de nomeação incorpora elementos da realidade regional, seja no que se refere à motivação para o surgimento de um novo item lexical, seja na combinação de bases lingüísticas oriundas de línguas em contato no espaço geográfico onde surge o novo item lexical.

Em face disso, a pesquisa da norma lexical de uma região na sua totalidade ou de uma atividade específica e representativa dessa região, permite ao pesquisador adentrar o universo cultural de um povo, reconhecendo nele as suas influências geográficas e históricas, a ação do homem sobre a natureza e o seu perfil social. Isquendo (2001, p. 91) assim pondera sobre a relação entre língua e cultura e a pertinência do estudo do léxico para compreender os recortes de mundo de uma determinada comunidade:

o estudo do léxico regional pode fornecer, ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional, analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer.

O léxico, como componente de uma língua, revela, portanto, meandros culturais de um povo ou de um grupo social, em particular. Pode-se, por exemplo, descobrir aspectos do recorte que os homens fazem da realidade, empregando os seus sistemas lingüísticos particulares. Para Biderman (2001, p.132), “o léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conhecimentos lingüísticos e não-lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural”. Reforçando o raciocínio de que as palavras revelam os homens, Oliveira (2001, p. 109) pondera que “o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade”. Por isso, segundo a mesma pesquisadora, o léxico “torna-se testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que a regem”.

Neste trabalho focalizamos a norma lexical de um grupo específico – os trabalhadores que atuam nas diferentes fases do processo de cultivo e de industrialização da erva-mate na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul que foi objeto de pesquisa de Justiniano (2005), para fins de dissertação de Mestrado¹.

¹Dissertação defendida em março de 2005, no Programa de Mestrado em Letras da UFMS/CPTL, área de concentração Estudos Lingüísticos, sob a orientação da Prof^a Dr^a Aparecida Negri Isquendo.

2. O Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul - VEM

O objetivo principal do VEM foi o de inventariar e analisar o vocabulário da erva-mate no Cone Sul² de Mato Grosso do Sul, uma atividade de grande importância histórica e econômica para a região, com vistas a documentar e a perenizar a norma lexical dessa atividade econômica por meio da organização de um vocabulário. O estudo também analisou o vocabulário registrado, sob diferentes pontos de vistas: fenômenos lingüísticos relacionados ao léxico, tais como a estrutura e a classificação das unidades lexicais; interferências lingüísticas decorrentes das línguas em contato na área investigada – português, espanhol e guarani; a questão da neologia e da dicionarização do vocabulário estudado.

A área geográfica da pesquisa contemplou os municípios do estado de Mato Grosso do Sul ou os distritos mais representativos na produção de erva-mate, na atualidade e no passado: *Amambai, Caarapó, Tacuru e Ponta Porã*, incluindo o distrito de *Sanga Puitã*. A escolha dessas áreas para o estudo proposto obedeceu às seguintes variáveis: a existência de produtor de erva-mate com erval nativo e/ou cultivado na localidade; existência de processador de matéria-prima, que transforma a erva-bruta, colhida nos ervaís, em produto para consumo; existência de empresa que embala e comercializa a erva-mate. A intenção, pois, foi recuperar o vocabulário que nomeia todas as etapas do processo de produção da erva, do extrativismo à comercialização, bem como a descrição da ervaíra e dos hábitos dos homens que se ocupam dessa atividade.

A pesquisa foi pautada em dados da língua oral e a seleção dos informantes considerou como aspectos representativos o envolvimento dos trabalhadores nas diferentes fases do trabalho de produção da erva: no cultivo e na poda, na secagem, na trituração e na comercialização; o tempo de envolvimento do profissional com o trabalho da erva-mate e as funções ocupadas por ele nessa cadeia produtiva. Com base nesses critérios foram selecionados informantes que trabalhassem há pelo menos cinco anos na atividade em questão ou que tivessem, no passado, atuado durante período idêntico nos ervaís. O universo de sujeitos da pesquisa foi composto de 12 profissionais (04 de cada localidade pesquisada), todos do sexo masculino, haja vista o predomínio ou quase exclusividade de homens no desempenho das funções escolhidas, distribuídos, segundo três categorias: a) quatro “mineiros” – trabalhadores rurais envolvidos com o

²Grupo de municípios do sul do estado de Mato Grosso do Sul, alguns deles situados na fronteira com o Paraguai. Nomenclatura adotada pelo historiador Gilmar Arruda (1986, apud BIANCHINI, 2000, p. 67).

plântio, o cultivo, a poda e o transporte da erva bruta do meio do erval até a cancha de pesagem; responsável pela atividade braçal e bruta, o mineiro é um dos mais típicos funcionários desse tipo de extrativismo vegetal; b) quatro “barbaquazeiros” – profissionais responsáveis pela secagem da erva-mate no barbaquá, para posterior esmagamento; eles têm a responsabilidade de controlar o grau certo da secagem da erva a fim de não comprometer o sabor do produto; c) quatro “comerciantes” – profissionais que ocupam a posição final da cadeia produtiva, razão por que são os mais atualizados quanto às novidades tecnológicas de produção, de processamento e de exigências do mercado consumidor.

Para a coleta de dados do *corpus* optou-se pela pesquisa de campo, já que o propósito da pesquisa era trabalhar com material lingüístico oral. Desta forma, o propósito do estudo foi o de colher a língua falada, entendida aqui como “enunciação e expressão dos fatos, proposições e idéias (*o que*), sem a preocupação de como enunciá-los. Trata-se, portanto, dos momentos em que o mínimo de atenção é prestado à língua, ao *como* da enunciação” (TARALLO, 2001, p. 19). Na situação real de entrevista, procurou-se criar condições adequadas para que o informante se sentisse à vontade para evidenciar, de maneira o mais informal, o seu perfil de fala.

Na coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário específico composto por 148 questões, que foram organizadas em subcampos relacionados ao campo léxico³ da erva-mate e distribuídas, no questionário, da seguinte forma: a) a árvore – 36 questões; b) exploração e coleta – 25 questões; c) transporte, tratamento e armazenamento – 33 questões; d) usos e tipos de erva-mate – 23 questões; e) o homem ervateiro – funções, hábitos – 15 questões; f) a comercialização – 16 questões. Na elaboração das questões, optou-se pelo método onomasiológico, partindo-se de um conceito para se chegar à nomeação. Dá-se, embutida na interrogativa direta ou indireta, uma síntese da definição do termo que se pretende colher. Ex.: Qual nome se dá ao estreito caminho usado pelos mineiros para circularem no meio dos ervais? (definição: caminho usado pelos mineiros para circularem no meio dos ervais). Esse tipo de interrogação pretendia provocar a obtenção da lexia⁴ composta *tape hacienda* e suas variantes. Em seguida, pedia-se ao informante uma descrição do referente para obter informações que permitissem a definição das unidades léxicas e sua respectiva abonação no momento de redação dos verbetes que compuseram o vocabulário da erva-mate, objetivo

³“... os campos são realidades vivas intermediárias entre as palavras individuais e a totalidade do vocabulário, como partes de um todo, partilham com as palavras a propriedade de estarem integradas numa estrutura mais vasta e, com o vocabulário, a propriedade de se encontrarem estruturados em termos de unidades mais pequenas” (TRIER 1931, apud LYONS, 1980, p. 206).

⁴Lexia: “forma que um lexema assume no discurso” (BIDERMAN, 1984, p. 140).

principal da pesquisa.

Para o tratamento e análise dos dados, foram cumpridas as seguintes etapas:

a) audição do material logo após a realização da entrevista, com a finalidade de familiarizar o pesquisador com as características fonético-fonológicas do informante;

b) transcrição grafemática de toda a entrevista, observando-se o aproveitamento das unidades léxicas para a seleção dos verbetes e dos textos para as respectivas abonações. Quando o significado ou o perfil fonético-fonológico de algum termo não tinham ficado suficientemente claros, encontrava-se uma maneira de encaixá-los nas entrevistas posteriores a fim de dirimir as dúvidas;

c) garimpagem das lexias que comporiam o vocabulário da erva-mate, preocupando-se com os seus aspectos fonéticos e gráficos, já que boa parte do material advém das línguas guarani e espanhola;

d) consulta a especialistas e a dicionários das línguas guarani e espanhola para esclarecimentos quanto à grafia e à estrutura mórfica das palavras. Foram consultados, sistematicamente, os seguintes dicionários, não só para buscar respostas para a questão ortográfica, mas também para identificar a origem e a etimologia das lexias: 1. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss e Villar, 2001 - 2. *Gran Diccionario de uso del Español Atual*, de Antonio Sanchez, 2001 - 3. *Dicionário Guarani-Português*, de Cecy Fernandes de Assis, 2000 - 4. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, 1986 - 5. *Diccionario castellano - guarani, guarani - castellano*, de P. Antonio Guasch e P. Diego Ortiz, 2001;

e) seleção das entradas que iriam compor o vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com o Paraguai;

f) confirmação do registro das unidades lexicais selecionadas em dicionários das línguas portuguesa, guarani e espanhola, em glosários de obras regionais e em fontes históricas sobre o assunto, com vistas a buscar “pistas” acerca da etimologia ou das acepções atribuídas à unidade léxica no âmbito da atividade ervateira, particularmente daquela cuja acepção já dicionarizada não coincide com a atualizada pelos sujeitos da pesquisa;

g) organização do vocabulário da erva-mate, segundo pressupostos teórico-metodológicos fornecidos pela ciência lexicográfica;

h) descrição e análise de alguns fatos lingüísticos de natureza

lexicológica e sociolingüística, observados nas unidades dispostas no vocabulário, como: a questão da presença do hibridismo no vocabulário estudado, o emprego de termos sinônimos em línguas diferentes para o mesmo referente, a classificação da composição das lexias e prováveis neologismos.

3. As questões de macro e de microestrutura na construção do Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul – VEM.

O VEM reuniu 310 unidades lexicais que representam uma amostra do repertório lexical do homem ervateiro que, embora representativa da atividade, não esgota completamente todas as possíveis atualizações da norma lexical do grupo investigado.

No conjunto de unidades léxicas do vocabulário, observa-se que há um número bastante significativo de lexias oriundas de línguas estrangeiras, como a espanhola, a guarani ou outras línguas indígenas que entraram para o vocabulário pelo sistema de empréstimo sem que a lexia sofresse qualquer alteração. Outra forma de contribuição dessas línguas constitui-se no empréstimo de bases que receberam afixos da língua portuguesa.

A presença acentuada no vocabulário da erva-mate de lexias complexas não dicionarizadas, também chamadas de composições sintagmáticas, demonstra a especificidade de um vocabulário voltado para uma área de atividade. As lexias de língua geral que estão registradas no VEM, como por exemplo, **quebra-pedra**, **marcela**, **balaio**, **arroba**, entre outras, também pertencem ao universo lexical da erva-mate na região do Cone Sul de Mato Grosso do Sul e têm uma atualização específica no âmbito dessa área de atividade. Para ilustrar esse fato, tomemos a lexia *balaio* que, no uso comum, pode nomear no meio rural também um objeto destinado ao plantio de mudas de variadas espécies de plantas. No contexto da atividade ervateira, essa unidade lexical integra o vocabulário do grupo por nomear também o recipiente onde é plantada a muda da planta da erva-mate no processo de revitalização dos ervais. Trata-se, pois, de um termo do vocabulário comum também pertencente à norma lexical que individualiza o grupo de ervateiros.

A redação dos verbetes pautou-se nos padrões estabelecidos pelas teorias lexicográficas que orientam a construção de uma obra desse tipo, desde a segmentação e a escolha das lexias nas entrevistas orais, até questões polêmicas de microestrutura como o tipo de definição

mais adequado a cada categoria de palavras, o tratamento dispensado à polissemia, às informações enciclopédicas, entre outras. Como parte das lexias não está dicionarizada e algumas delas advêm de outras línguas, sobretudo do guarani, uma das dificuldades encontradas foi a definição do padrão ortográfico de algumas unidades lexicais, já que foram colhidas em situação de oralidade. Parte da solução da questão da grafia ou da acentuação gráfica adveio da consulta a obras históricas sobre o assunto e da aplicação das normas que regem a língua portuguesa. Por exemplo, no guarani, escreve-se “ka’a” (erva), enquanto a escrita do português registra “caa” com “c”, já que no português a letra “k” tem emprego circunscrito a abreviaturas. Outro exemplo dessa dificuldade é a grafia da lexia **tape**. Como se trata de uma palavra oxítônica, com vogal final fechada, obrigatoriamente receberia o acento circunflexo pela gramática da língua portuguesa (tapê). Entretanto, segundo o sistema lingüístico do guarani, língua de origem da lexia, “tape” não recebe acento. O mesmo problema de acentuação gráfica ocorre com a forma oxítônica **tereré**, com vogal final fechada na língua espanhola, pois nesse idioma não há vogal aberta em posição final. Já no português, **tereré**, uma lexia com vogal final aberta, recebe acento agudo obrigatório. Essa unidade já se encontra lexicalizada e registrada em alguns dicionários de língua geral da língua portuguesa com a acepção de bebida feita com erva suave e água fria. Como o foco da pesquisa era um vocabulário relativo a uma atividade econômica de municípios situados em Mato Grosso do Sul, procuramos adotar, na medida do possível, a grafia da língua portuguesa.

Nos casos de polissemia, optou-se por apresentar primeiro a acepção que representa a norma lexical regional, seguida das outras acepções conferidas ao termo no uso comum. As diferentes acepções foram marcadas com números em negrito – **1** primeira acepção, a da norma lexical regional; **2** segunda acepção, a de uso comum da língua -, e registrou-se apenas a abonação para a primeira acepção. Por exemplo: “**banderola** s.f. **1** Pequeno galho da erveira que o mineiro não corta para ajudar na brotação. *Minero sempre deixava a <banderola> no pé de erva pra ajuda na brotação da árvore* (BC). **2** Pequena bandeira, o mesmo que bandeirinha”. A primeira acepção corresponde à definição que a unidade lexical recebe no âmbito do vocabulário da erva-mate e a segunda, a uma definição encontrada em dicionários gerais de língua. Quando o verbete abrigar duas acepções no âmbito do próprio vocabulário, a primeira será a mais

freqüente, ou seja, aquela que foi atualizada por um número maior de informantes, sendo a outra a menos freqüente.

Na redação dos verbetes do VEM, optou-se, na grande maioria das vezes, pelas definições hiperonímica e sinonímica. A primeira é usada predominantemente para a categoria dos nomes – substantivos e adjetivos. Para Hernández (1989, p. 61), “es el tipo más frecuente de definición y que suele denominarse también ‘definición por género próximo y diferencia específica’, ‘definición aristotélica’, ‘definición inclusiva’ [...]”. Veja-se um exemplo do *corpus*: “**arroba bruta** *s.f.* 1 medida de peso, que varia entre 11 e 15 kg, empregada na pesagem da erva-mate crua; VAR **arroba guarani, arroba libra, arroba castelhana**”. Nessa definição, o gênero próximo é constituído pelo hiperônimo – “medida de peso” – e a diferença específica – “que varia entre 11 e 15 kg, empregada na pesagem da erva-mate crua”. A parte final da definição – “empregada na pesagem da erva-mate crua” – também pode ser considerada informação enciclopédica ou definição ostensiva. Já a definição sinonímica foi utilizada na definição de verbos, ou seja, definição por meio de outro verbo ou por um verbo de significação *mais* geral, tipo de definição considerado o mais adequada para essa categoria de palavras. No caso específico dos adjetivos, há também a definição por uma oração adjetiva, ou definição antonímica: “[...] se corresponde con las definiciones que, según Rey-Debove, incluyen un componente negativo, [...] y con las que se basan en la existencia de parejas de contrarios” (HERNÁNDEZ, 1989, p. 62).

No tratamento da sinonímia, termo definido por Câmara Jr. (1981, p. 222) como a “propriedade de dois ou mais termos poderem ser empregados um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar [...] A sinonímia é um fato essencialmente sincrônico, pois diz respeito à significação dos termos num estado de língua dado”, optou-se no VEM por mencionar o mais freqüente; os demais aparecem no vocabulário sem descrição, apenas com uma nota de ver (v.) que remete a outra entrada. Ex: **facão** *s.f.* v. machete.

No caso das variantes, consideraram-se, como Alves (1998, p. 13), as “variações em que elementos de termos sintagmáticos apresentam alternância de caráter morfossintático”, como no caso de **tapê de carreta/tapê carreteira**, em que o sintagma preposicionado alterna com o adjetivo, ou **cortador de erva/cortador**, em que há o apagamento de elementos do sintagma. Algumas das variantes registradas no VEM podem ser de natureza histórica, já que recupe-

ram o uso de termos já com tendência ao desuso (**tororembô/garfo**), ou a de origem estrangeira, empregadas com o mesmo significado (**erval/caatin**). Foram consideradas ainda variantes fonéticas, como é o caso da monotongação (**mineiro/minero**) e da apócope (**cortador/cortadô**).

As remissivas contidas nos verbetes pautaram-se na proposição de Alves (1998, p. 17), ou seja: “[...] relacionam termos que fazem parte do repertório. Implicam termos antônimos ou complementares. Indicam, por vezes, que os termos mantêm uma relação hiponímica ou hiperonímica entre eles [...] ou, ainda, que estão incluídos na definição de outro termo”. Exemplo: **erva suave** – **erva-mate**: relação hiperonímica; **barbaquá** – **carijó**: termos complementares, pois indicam tipificação do mesmo instrumento; **erva forte** – **erva fraca**: relação antonímica; ou **forno** – **barbaquá**, porque o forno é uma das partes do barbaquá: relação hiponímica. No caso de estar incluído na definição de outro termo, como o VEM reúne verbetes de bases híbridas, a unidade objeto da definição pode possuir equivalentes em outra língua. Exemplo: **conchavo** [...] adiantamento salarial = **adelanto**. No corpo do verbete, as remissivas foram identificadas pela abreviatura “Cf.”.

As notas, no final do verbete, foram destinadas ao registro de informações enciclopédicas necessárias para o esclarecimento da definição, além de dados registrados em dicionários da língua portuguesa, espanhola e guarani, como as possíveis dicionarizações e a etimologia.

Os verbetes do vocabulário, dispostos em ordem alfabética, foram assim estruturados quanto à microestrutura:

a) entrada em negrito, minúscula e em ordem alfabética. No caso de lexias compostas ou complexas, considerou-se a primeira unidade da lexia para fins de ordenação. Portanto, não há dentro de uma entrada de lexia simples o acesso a outras lexias compostas ou complexas com a primeira base idêntica. Ex.: **caa plantado** [gua. + port.] *s.m.* **1** Conjunto de pés de erva-mate plantado pelo homem. *Os <caa plantado> produz ainda mais que os outros nativos do mato* (IF). VAR **erval cultivado**. Cf. pé de erva, erval nativo. Nota: Lexia complexa que comprova a interferência de línguas em contato no vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul. Houaiss (2001) registra: “**caa** *s.m.* **1** ANGIOS design. comum às plantas, em geral, e particularmente ao mate e a uma variedade de tabaco, e p. ext. às folhas e às matas, entre as populações tupis da América do

Sul. 1. ANGIOS m.q. MATE (*Ilex paraguarienses*). 2 Chá ou infusão de mate ou de outras plantas afins, como as várias esp. de congonha [...] ETIM tupi ka`á mato, vegetação, planta em geral, mata, folha, erva”. Por sua vez, Cunha (1986, p. 130) registra vários verbetes cuja entrada é formada com a base do tupi *ka`a* (folha, mato, erva) – *caa-tinga*, *caapeba*.

b) indicação da origem da língua de origem da palavra-entrada entre colchetes: [gua.] = origem guarani; [esp.] = origem espanhola; [port.] = origem portuguesa; [ind.] = vocábulo oriundo de outras línguas indígenas – tupi, kaingang, aruaque, quíchua, mapuche, dentre outras. A etimologia dos termos, dada a dificuldade de sua identificação, já que grande parte não está dicionarizada, quando identificada, foi apresentada nas notas finais alicerçada nos dicionários consultados e acompanhadas de discussão, quando necessário;

c) informação da categoria gramatical do termo com abreviaturas em *itálico*: *s.m.* – substantivo masculino; *s.f.* – substantivo feminino; *v.t.d.* – verbo transitivo direto;

d) definição do termo com base nos dados coletados na pesquisa de campo e com numeração das acepções em **negrito**, por exemplo, **1**. No caso de entradas polissêmicas, as outras acepções foram registradas em sequência numérica: **2, 3**;

e) inserção da abonação em *itálico*, após cada definição ou acepção, com exemplos extraídos dos textos das entrevistas; o termo abonado foi marcado em **negrito** e entre < >. Quando houve mais de uma acepção no universo do vocabulário da erva-mate, apresentou-se uma abonação específica para cada uma delas;

f) identificação do autor da abonação pelas iniciais do seu nome, entre parênteses;

g) indicação das variantes da entrada, em **negrito**, com a abreviação VAR, quando houve variante no âmbito do vocabulário da erva-mate;

h) indicação dos sinônimos, em **negrito**, somente no âmbito do vocabulário da erva-mate, com a abreviação SIN;

i) registro de remissivas, quando identificadas no âmbito do VEM, por meio da abreviação Cf.;

j) apresentação das notas separadas graficamente dos demais itens do verbete.

A estrutura do verbete pode ser assim descrita:

Entrada (obrigatória), origem da base do termo (obrigatória), categoria gramatical (obrigatória); definição (obrigatória); abonação

(obrigatória); identificação do autor da abonação (obrigatória); variantes (opcional); sinônimos (opcional); remissivas (opcional); nota (opcional).

Na seqüência apresentamos alguns verbetes extraídos do *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul*.

4. Uma amostra de verbetes do VEM

barbaquá [ind.] *s.m* **1** Construção feita de madeira, composta normalmente de quatro pilastras que sustentam uma espécie de jirau construído com taquaras ou ripas com beiradas côncavas de varas onde é colocada a erva-mate sapecada para a realização do processo final de secagem. Embaixo do jirau do barbaquá há um forno de cujas extremidades sai o calor oriundo do conduto e que promove a secagem final da erva. *Pra construção do <barbaquá> a gente precisa da madeira certa que aguenta o calor do forno.* (CF). **VAR secador.** Cf. barbaquá hoga, barbaquá perón, barbaquá poblado, barbaquazeiro, carijo, chapéu, elevador, madeira bruta, manotada, pindó, ranchada, tatupirê, tororembô, uru, zorra.

Nota: Houaiss (2001) registra: “**barbaquá** *s.m.* B.S. forno usado para secar a erva-mate, cujo calor é transmitido ao carijo por meio de condutores. ETIM prov. de voc. aru. das Antilhas”. A lista de abreviaturas da obra esclarece que B.S. é brasileirismo da região Sul e aru., abreviação da língua aruaque. Cunha (1986, p.98), por sua vez, confirma a etimologia: “**barbaquá** *sm.* ‘armação, jirau’; *adj.* ‘diz-se da erva-mate preparada nessa armação’ / *barbacoa* XVI / De um idioma indígena da América do Sul, provavelmente aruaque”. Já o dicionário Cuadrado e Rodriguez (1996, p. 117), autores do dicionário SALAMANCA, registram: “**barbacoa** *s.f.* **1** Utensílio provido de una parrilla para asar alimentos al aire libre o conjunto de alimentos así preparados: asar pescado en la barbacoa. Esta noche haremos una barbacoa de carne en el jardin. **2** AMÉR. Casa pequeña, construída en alto sobre árboles o estacas”. Machado (1987) confirma a segunda acepção do SALAMANCA e registra “**Barbacoá, barbacuá.** *s.* Do idioma indígena de Aruaque, Haiti ou Terra Firme (Frodereci, *s. v.* barbacoa). No sentido de ‘depósito de provisões, armazém’, no séc. XVI (1557): ‘Otro (indio) se sobio cõ hia lãça a hi sobrado de canas que elles fazem para ½carrar ho mays a que chamã barbacoa’, Fidalgo de Elvas, *Relação do descobrimento da Florida*, p. 31, Lisboa, 1844”. Por sua vez, Corominas e Pascual (1997) registram a seguinte observação no verbete BARBACOA: “En el sur del Brasil se emplea

la variante *barbaquá*, *barbacuá* (con acentuación guaraní) [...]”. Na definição do verbete fornecida pelo dicionário SALAMANCA, observa-se o registro de algumas acepções relativas a referentes com características similares as do *barbaquá* da erva-mate: assar provavelmente por meio do fogo como a erva secada com o calor; a localização elevada sustentado por estacas. Já Neves (1973), no verbete **barbacuá**, fornece a seguinte definição: “[...] Especie de zarzo muy grande utilizado em la secanza de la yerba mate. Acad.”. Por sua vez, Assis (2000) informa: “**yvyra kua** - barbacuá. Local onde se sapecavam as folhas de erva-mate”.

caatin [gua.] s.f. **1** Conjunto de árvores de erva-mate numa certa localidade. *O minero acordava bem cedinho para chegar logo na <caati> e render o corte do dia* (VC). VAR **erval nativo**. SIN **caa porã**. Cf. capataz de caatin, erval amontoado, erval fechado, erval poça, erval povoado, pé de erva, terra de caatin.

Nota: Assis (2000) registra: “**Ka’aty** – erval”.

carijo [ind.] s.m. **1** Espécie de *barbaquá* rústico, de porte pequeno com um jirau feito de varas e que é utilizado na produção de erva para consumo caseiro. *No Paraguai, há muitas chácaras que ainda conservam o <carijo> para produzir a sua própria erva* (JB). Cf. *barbaquá*, *barbaquá poblado*, erva de *carijo*, *tatupirê*.

Nota: No Sul do Brasil, *carijo* designa a parte do *barbaquá* em que se coloca a erva para a secagem sobre o forno. Houaiss (2001) registra: “**carijo** s.m. B S. armação de varas ou jirau onde são dispostos os ramos de erva-mate, para que sejam dessecados pelo calor do *barbaquá*; *furna*, *tatu*. [...]”. A definição fornecida por Nascentes (1988) para a lexia **carijo** é bastante parecida com a de Houaiss – “[...] (bras.) Armação de varas, em que se suspendem os ramos de erva-mate, com fogo por baixo, para crestar ou queimar levemente a superfície (do guaraní)”. Cunha (1986), por sua vez, assim define a lexia: “**carijo** sm. ‘jirau ou armação de varas, onde se colocam os ramos de erva-mate para crestá-los ao calor do fogo’ 1899. Do *caingangue*, mas de étimo indeterminado”.

conchavo [esp.] s.m. **1** Sistema antigo de contratação de operários pela empresa Companhia Matte Larangeira que consistia em atrair os trabalhadores por meio de adiantamentos salariais ou de promessas. *O <conchavo> atraía muitos paraguaios que deixava para trás famílias, pais e namorada* (CF). Cf. *adelanto*, *conchavador*.

Nota: Houaiss (2001) esclarece: “**conchavo** s.m. [...] **4 R S** colocação assalariada; emprego [...]”. Já Sanches (2001) pontua: “**con.cha.bo**

s/m AMER Empleo de la persona que trabaja de criado o que realiza ciertos servicios a sueldo [...]”.

erval [port.] s.m. **1** Conjunto de árvores de erva-mate aglomerado numa determinada área. *No Mato Grosso do Sul havia antigamente muitos <ervais> famosos na região de Aral Moreira, Ponta Porã, Caarapó e outros* (CF). VAR **caatin**. Cf. arbolera, erval povoado, erval ralo, guará, manga, mineiro sapucaí, paragem, pijá, plantilha, ranchada, temprano.

Nota: Houaiss (2001) assim define essa lexia: “**erval** s.m. conjunto de plantas, ou área por ele coberta, em que há predomínio da erva-mate. ETIM erva + -al [...]”. Conforme registra a história da região, o elemento motivador inicial para a colonização do hoje Cone Sul de Mato Grosso do Sul, foram os grandes ervais existentes nessa região. O povoamento do Sul do Estado, a partir do fim do século XIX e início do século XX, foi intensificado pelas paradas e ranchadas ervateiras em decorrência da extração da erva dos ervais nativos nesse espaço. Observa-se, atualmente, uma preocupação quanto à preservação dos poucos ervais nativos que subsistiram e com a formação de novos ervais cultivados, inclusive nas terras de assentamentos dos sem-terra na região do Cone Sul de Mato Grosso do Sul, com vistas a atender a demanda atual do comércio desse produto.

forno [port.] s.m. v. **cupim**.

cupim [ind.] s.m. **1** Parte final do conduto localizado embaixo do barbaquá por onde sai o calor para a secagem da erva. *Na época de frio a família do barbaquazeiro dormia ao lado do <cupim> porque lá ficava bem quentinho* (TL). VAR **tataquá, forno**. Cf. barbaquá, chapéu, forno, mesa do barbaquá.

Nota: Cunha (1986) registra: “**cupim** sm. ‘nome genérico dos insetos’ [...] ‘montículo de terra’ [...] / Do tupi *kupi’i*”. Provavelmente o uso da lexia **cupim** para nomear a parte superior do conduto por onde sai o calor do fogo que sapeca a erva tenha sido motivada pela semelhança entre a forma do forno e os montes de terra dos cupinzeiros, bastante comuns nos campos da região do Cone Sul de Mato Grosso do Sul.

tapê de carreta [gua. + port.] s.m. v. **tape hacienda**.

tapê hacienda [gua. + esp.] s.m. **1** Caminho principal aberto no meio dos ervais, bastante conservado, por onde, antigamente, passavam as carretas de boi e, na atualidade, circulam os caminhões e tratores. *O <tapê hacienda> servia para as carretas de boi transportarem a erva até o barbaquá ou levar para a exportação* (JB). VAR **carreador**,

carreteira. SIN tapê de carreta. Cf. picada principal, tapê poi.

Nota: Assis (2000) registra: “**tape** (1) – (osc.) caminho, senda, estrada, rua, via, rumo”. O termo “*hacienda*” é gerúndio do verbo “*hacer*” (port. fazer), portanto seu significado é “fazendo”. A tradução literal para a língua portuguesa da unidade léxica “tapê *hacienda*” seria “fazendo caminho”.

tororembô [esp. + gua.] *s.m.* **1** Suporte de madeira com cerca de dois metros, empregado pelo ajudante de barbaquazeiro para revirar a erva que está sobre a mesa do barbaquá, de modo a garantir uma secagem parelha. *Hoje, no lugar do <tororembô> se usa o garfo dentado para mexer a erva do barbaquá* (AS). VAR **garfo, gancho**. Cf. barbaquá, barbaquazeiro, ajudante de barbaquazeiro.

Nota: A tradução da unidade lexical “tororembô” para a língua portuguesa é “*órgão sexual masculino do touro*”. A motivação para o uso dessa unidade para nomear o referente em questão parece ter se originado da semelhança de forma entre o objeto utilizado para revirar a erva sobre o barbaquá e o órgão do touro.

Considerações finais

A exploração da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul esconde muitos encantos que cabe ao pesquisador tentar desvendá-los. O conhecimento dos segredos do cultivo, do corte e do tratamento desse produto faz parte do repertório cultural de pessoas que lembram com saudosismo a época áurea da erva-mate, ou de trabalhadores atuais que jamais trocariam essa atividade por outra qualquer, a julgar pelos depoimentos dos informantes entrevistados.

Ao conquistarem o Sul de Mato Grosso do Sul, paraguaios brasileiros e alguns argentinos, trouxeram para a região os seus costumes, os seus hábitos lingüísticos e foram essas normas léxicas, amalgamadas à norma local, que deram origem ao vocabulário da erva-mate. É o encontro de línguas, nessa região de fronteira, onde o português, o guarani e o espanhol se “fundem” para nomear a planta, os instrumentos, os caminhos e os meios de locomoção, os tipos de erva, a vestimenta e a culinária, as diversões e as crenças, os tipos de bebida, hábitos culturais – **pé de erva, caatin, arbolera; garfo, tororembô, tambora; tapê de carreta, picada principal, carreta toldada; erva quê, caa tudyia, erva cancheada; plantilha, ponchilho, manga, cajarê, tortilha, locro; sortija, caa yari, Vir-**


gem de Caacupê; tereré, mate, cocido, mate solúvel; roda de tereré. Muitos outros exemplos registrados no VEM ilustram esse amálgama lingüístico no âmbito do léxico, pois 43 % de todo o vocabulário são constituídos de lexias de línguas estrangeiras: 17 % da língua guarani com uma pequena contribuição de outras línguas indígenas (tupí, quíchua, mapuche, kaingang); 12 % da língua espanhola, com alguns americanismos; e boa parcela de híbridas - 14 %; o restante, 57 % são de base portuguesa.

As unidades lexicais que compõem o vocabulário atestam pelo seu hibridismo e pela não dicionarização de muitos termos em dicionários gerais das línguas portuguesa, espanhola e guarani, a especificidade e a importância do VEM como testemunha da história da região de fronteira focalizada. A presença de neologismos por empréstimos, de neologismos semânticos, de neologismos formais e de neologia por composição sintagmática também comprova a necessidade de registro do vocabulário do ervateiro para subsidiar futuros estudos sobre a história do português brasileiro.

Comprovadamente toda língua, particularmente no nível lexical, passa por alterações de diversos tipos acompanhando as transformações da realidade. No caso do VEM, nota-se claramente que novas nomeações, motivadas especialmente pelas inovações tecnológicas no trabalho com a erva-mate, substituem as antigas – **malhadeira ou cancheador**, movidos à eletricidade, substitui **cilindro**, movido por tração animal; **garfo**, produzido industrialmente, ocupa o espaço do **tororembô** confeccionado artesanalmente; **carreta de boi**, puxada por animais, dá lugar ao **carroção do trator**, movido a motor, entre muitos outros exemplos. Também há os novos termos, antes inexistentes no vocabulário desse grupo, que são incorporados ao falar cotidiano do ervateiro – **elevador** elétrico que substitui o trabalho do ajudante de barbaquazeiro; a **luva**, obrigatória para a proteção das mãos, modernidade nem sempre aceita por todos os trabalhadores da erva; a **erva menta** com a introdução de sabores artificiais adicionados à erva-mate, para o preparo do tereré.

O exame da estrutura formal das unidades lexicais registradas no vocabulário evidenciou a presença de vários fenômenos: 1) hibridismo, em lexias complexas de base guarani + base portuguesa – **caa plantado**; ou de base espanhola + sufixo português – **tambora** + **-eiro: tamboreiro**; em muitas lexias complexas ou composições sintagmáticas: **erva-mate cancheada; tapê hacienda; cancha de barbaquá;** em 2) neologismos, em casos de neologia por emprésti-

mo – **tapê poi, cavarapy**; de neologismos semânticos – **palito, cupim, plantilha**; 3) metonímia, evidenciada no uso de palavras como **guampa, cuia**; 4) a dicionarização em obras lexicográficas da língua portuguesa, da língua espanhola e da língua guarani – respectivamente, **carijo, cancha e tereré**; 5) algumas pistas etimológicas que favorecem a identificação do significado de lexias não dicionarizadas, como por exemplo – **tatupirê**: barbaquá parecido com a casca do tatu, isto é, de forma côncava; 6) americanismos evidenciados em lexias oriundas do espanhol platino, **tambora, sortija**, entre outros.

O estudo de um vocabulário regional, assim como do léxico regional em uma abrangência maior, considerando a sua face semântica, ajuda-nos a compreender a visão de mundo de um grupo de falantes. Na situação específica desta pesquisa, aspectos da religiosidade, das crenças, da medicina popular, dos passatempos, da culinária da região do Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com o Paraguai, foram evidenciados nos resultados. Esses dados corroboram o registrado na introdução deste trabalho, quanto ao princípio de que o exame da relação entre língua e cultura, no nível lexical, favorece a compreensão de recortes de mundo de uma comunidade lingüística. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. *Glossário de termos neológicos da economia*. São Paulo: Humanitas, 1998.

ASSIS, C. F. *Dicionário guarani-português*. São Paulo: Edição Própria, 2000.

BIANCHINI, O. da C. D. *A companhia Matte Laranjeira e a ocupação de terra no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BIDERMAN, M. T. C. Glossário. In: *ALFA: Revista de lingüística*. São Paulo, SP - Brasil, 1984, v. 28 – suplemento, p. 135-144.

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário na contemporaneidade: arquitetura, método e técnicas. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e*

R G L, n. 2, p. 81-98, dez. 2005.

terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 131- 144.

CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

COROMINAS, J. e PASCUAL, J. A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editora Gredos, 1997.

CUADRADO, J. G. e RODRIGUEZ, J. A. P. *Diccionario SALAMANCA de la lengua española*. Madrid: Santillana S.A. Elfo, 1996.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GUASCH, A. e ORTIZ, D. *Diccionario castellano - guarani, guarani - castellano: sintacatico - fraseologico - ideologico*. Assuncion: CEPAG (Centro de estudios paraguayos “Antonio Guasch”), 2001.

HERNÁNDEZ, H. *Los diccionários de orientação escolar: contribución al estudio de la lexicografía monolingüe española*. Tübingen: Max Niemeyer, 1989.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, A. N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 91-100.

JUSTINIANO, A. L. *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas, Três Lagoas – MS.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Dimas Hoyirts Vol. V, 1987.

MAURÍN, M. del P. A. et alii. *Gran diccionario everest de la lengua española*. Madrid: Ed. Everest, 1995.

NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura,

1966.

_____. *Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. RJ: Bloch Ed., 1988.

NEVES, A. *Dicionário de Americanismos*. Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina S.A., 1973.

OLIVEIRA, A. M. P. P. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 109-116.

SANCHEZ, A. *Gran Diccionario de uso del Español Actual*. Madri: SGEL Sociedad General Española de Librería, S.A., 2001.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2001.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário Tupi-Português*. Com esboço de gramatical de Tupi antigo. São Paulo: Traço Editora e Distribuidora Ltda, 1984.

DA LÍNGUA AO DISCURSO: UM PERCURSO TEÓRICO*

Rosana Maria Sant'Ana COTRIM

* Este artigo é parte constitutiva, com adaptações, do Capítulo 2 de nossa Dissertação de Mestrado intitulada *Entre morte e vida: efeitos de sentido seveninos*, defendida junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL), em setembro de 2005, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Souza Lima Fargoni.

RESUMO: Este artigo esboça uma contextualização dos questionamentos acerca do discurso nos estudos da linguagem pelo viés teórico da linha francesa da Análise do Discurso, cujo enfoque histórico-social evidencia uma relação entre formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condições de produção (CP) e a importância destes na constituição do(s) sentido(s) de um texto.

Palavras-chave: língua; discurso; sentido.

ABSTRACT: This article shows of a context of questioning concerning the discourse in the language studies for a theoretical approach of the French line of the Discourse Analysis, which approaches historical-social evidence in a relationship between the ideological formation (IF), discourse formation (DF), production conditions (PC) and an importance of this constitution direction of a text.

Key-words: language; discourse; meaning.

1. Introdução

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.
Mikhail Bakhtin (Volochínov)

Embora a primeira metade do século passado tenha sido para a lingüística um período de grande euforia, decorrente da fertilidade dos pressupostos fornecidos pelo modelo fonológico, os postulados saussurianos sofreram algumas ressalvas por relegarem as questões pertencentes ao “domínio da fala”.

Não se pode perder de vista, no entanto, conforme Gregolin (2004, p. 21), o fato de que a transferência dos modelos lingüísticos para o estudo da antropologia, por Lévi-Strauss, com a publicação, primeiramente, de *Estruturas Elementares do Parentesco* (1949) e depois de *Antropologia Estrutural* (1958), é a referência – num momento de estruturalismo triunfante – para a transformação da Lingüística em “ciência piloto” das demais ciências humanas.

Além disso, por um longo período considerou-se que Saussure enveredara seus estudos para o campo da língua porque categorizável, sistematizável e, portanto, passível de formulação de modelos de análise. Tal postulação tem sido questionada por muitos teóricos, entre os quais Bouquet (2000, p.13-9) que contesta a originalidade e/ou extensão das idéias abordadas no *Cours de Linguistique Générale* (1916) de Ferdinand de Saussure. Para Bouquet, embora o *Cours* seja uma síntese magistral da reflexão saussuriana compendiada e editada por seus discípulos Bally e Sechehaye, representa um reflexo

“deformado” do pensamento que pretende divulgar, “falseando” as notas do curso e os manuscritos em que se apóia. Segundo ele, os estudos realizados pelo mestre genebrino teriam caráter introdutório constituindo-se, portanto, em uma “preparação” para o que o próprio Saussure chamara de “filosofia da lingüística”, cujos postulados trariam à baila – se não por ele, pelos seus sucessores – as questões relacionadas à *parole* até então esquecidas.

Não obstante essa constatação, o fato é que, na conjuntura, uma ciência imanente e limitada ao estudo interno do seu objeto seria insuficiente e inoperante. Assim, ao considerar que as entradas subjetivas, sociais e históricas refletem-se no aspecto formal da linguagem, já que produzida por sujeitos ideologicamente constituídos, a Lingüística é impulsionada a redimensionar o seu objeto reconhecendo-o constitutivamente dual e intrincado pela relação entre *langue* e *parole*.

2. AD: a ciência

As postulações de Bakhtin (Volochínov, 1929) nascem nesse novo quadro, antecipando as orientações da lingüística moderna. Fundamentado em Saussure, o teórico russo parte do princípio de que a língua é um fato social que se funda nas necessidades de comunicação. A linguagem passa a ser vista como um fator preponderante da interação social em que o *outro* tem parte na constituição do significado.

Essa articulação entre o lingüístico e o social vincula a linguagem à ideologia. Para Bakhtin (1981, p. 36), sendo a palavra o fenômeno ideológico por excelência, representa o modo mais puro e sensível de relação social. Por isso, sob essa ótica, a palavra não deve ser tomada como abstração, mas como a materialização do “signo ideológico”.

A inserção dos aspectos ideológicos no bojo da discussão implica o apontamento de uma nova instância da linguagem: o *discurso*, que vai além de instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, visto que representa a interação, um modo de produção social em que se manifesta a ideologia mediadora entre o homem e a sua realidade.

A construção de um método de compreensão desse novo objeto de linguagem impulsiona a instituição de uma nova ciência que, ao circunscrever o aspecto discursivo, dá conta da complexidade da lín-

¹ Em Orlandi (1988, p. 115; 1990, p. 174; e 2002, p. 26) há uma distinção possível entre: inteligibilidade, interpretação e compreensão. Segundo a autora a inteligibilidade refere-se apenas à decodificação, em que se atribui sentido “atomizadamente”. A interpretabilidade consiste na atribuição de um sentido ao enunciado; é, pois, o sentido pensado como o “co-texto” (as outras frases do texto) e o “contexto imediato”. A compreensão, no entanto, para ela, é mais do que isso. É a apreensão das várias possibilidades de um texto. O ato de compreender supõe a apropriação, por parte do leitor, dos processos de significação que o texto apresenta. Tais processos resultam da historicidade – do sujeito e do sentido – no texto, no discurso. A despeito deste estudo não releva tal distinção, adota-se, em detrimento do cunho classificatório de um conceito, a noção, tomada por Gregolin (2003, p. 47-8) como geral e ampla, de “interpretabilidade do discurso”. Firmada nos propósitos que emanam da observação das condições para o funcionamento discursivo, a noção revela-se nos satisfatória. Segundo a autora, a interpretação não se limita à decodificação dos signos, nem se restringe ao desvendamento de sentidos exteriores ao texto. Sendo, pois, para ela, as duas coisas ao mesmo tempo, a interpretação representa “a leitura dos vestígios que exibem a rede de discursos que envolvem os sentidos, que leva a outros textos, que estão sempre à procura de suas fontes, em suas citações, em suas glosas, em seus comentários”.

gua enquanto fato social e histórico. Assim concebidos, os estudos de linguagem acabam por funcionar como um dispositivo capaz de promover a relação entre o campo lingüístico e o da sociedade. Para tanto não trabalham com a língua enquanto sistema abstrato, mas como o lugar privilegiado de manifestação da ideologia, porque inserida num mundo histórico e socialmente constituído. Trata-se da Análise do Discurso que se estabelece visando a apreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos e como ele está investido de significância para e por sujeitos.

Segundo Brandão (2002, p. 15-6), a partir dos anos 50, com estudos como os de Harris (1952) – que apontam a possibilidade da passagem da frase para as relações transfrásticas: distribucionalismo americano aplicado aos enunciados – e de Jakobson (1960) e Benveniste (1966) – que introduzem nos questionamentos lingüísticos a questão da enunciação e, portanto, do sujeito da enunciação – pode-se falar em uma análise do discurso enquanto disciplina. Para a autora esses “trabalhos (respectivamente) já apontam para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais européia”.

A compreensão¹ dos objetos de linguagem encontra na Análise do Discurso francesa (a AD), e nos propósitos de seu fundador, M. Pêcheux (1969), a articulação do lingüístico com o histórico e, por conseguinte, com o ideológico.

Com a publicação de *Analysis Automatique du Discours* (1969), Pêcheux inaugura uma visão transdisciplinar da teoria do discurso. Para ele o mestre genebrino, ainda que de forma indesejada, ao estabelecer a oposição língua/fala, deixa fissuras que autorizam a entrada do sujeito “psicologizado”. A obra de Pêcheux nasce, assim, como uma crítica à concepção da “ciência piloto”, na qual ele redimensiona o corte saussuriano pela reformulação da *parole* e insere questionamentos acerca das condições de possibilidades do discurso enquanto processo discursivo.

Sendo, pois, o discurso concebido como um processo, sua análise, segundo Gregolin (2003, p. 7), suscita o questionamento “sobre as condições de sua produção, a partir do pressuposto de que (ele) é determinado pelo tecido histórico-social que o constitui”.

Saussure-Marx-Freud, nas palavras da autora, são as três balizas da proposta de Pêcheux. Segundo ela, essa tripla fundação situa a análise do discurso em três regiões do conhecimento:

Na Lingüística, com a problematização do corte saussureano,

dando a Saussure o lugar de *fundador da Lingüística como ciência* e retomando a sua idéia de “real da língua” na noção de *sistema*; mas ao mesmo tempo, centralizando a análise na semântica, com a idéia da não-transparência do sentido, da não-reflexividade entre signo/mundo/homem;

1. No Materialismo Histórico, por meio da releitura althusseriana de Marx, com a idéia de que há um real da história que não é transparente para o sujeito, pois ele é assujeitado pela ideologia;

2. Na Psicanálise, por meio da releitura lacaniana de Freud, com a idéia do sujeito na relação com o simbólico, pensando o inconsciente como estruturado por uma linguagem (GREGOLIN, id., p. 8).

A influência desse tripé epistemológico traz conseqüências tanto na teoria quanto na metodologia da proposta de Pêcheux. Teoricamente, para o autor, o discurso só tem sentido se considerado sob uma ótica lingüístico-histórica, cuja *forma sujeito*, dado o seu assujeitamento, tem a ilusão de ser sua fonte – porque reproduz o já-dito, o já-lá, o pré-construído –, daí o seu caráter ideológico. Metodologicamente, ele trabalha na busca da construção de um dispositivo de análise, donde se podem absorver vestígios da história e da memória discursiva.

Essa articulação e releitura das propostas de Saussure, Marx e Freud marcam a evolução operada no campo teórico da análise do discurso francesa, fazendo aflorar os embates, as reconstruções e as retificações, cujos resultados desembocam no que Pêcheux (1983a) chamou de “três épocas da análise do discurso”. Delas emergem, entrelaçadas, as reflexões sobre os conceitos de discurso, sujeito, História e língua, as quais são balizadas pelas propostas de Althusser, acrescidas de outros aportes teóricos.

Num primeiro momento as idéias de Pêcheux sofrem as conseqüentes desestabilizações que ocultam e camuflam entendimentos necessários ao desenvolvimento das proposições. Posteriormente, acompanhando as mudanças teóricas e políticas dos anos subseqüentes, suas propostas apontam várias aberturas, que favorecem a confluência do seu pensamento com outros caminhos e teorias, delineando novas trajetórias para a análise do discurso.

Assim, com base nos conceitos e métodos da Lingüística, a AD, perpassa as três fases (AD1, AD2 e AD3) e vai-se distinguindo gradativa e sistematicamente das demais áreas das ciências humanas. A necessidade de marcar sua especificidade no interior dos estudos da linguagem, sob pena de permanecer nos domínios de uma lingüística imanente, a conduz, como aponta Maingueneau (1987, p. 158), a considerar outras dimensões: as condições em que o discurso é produzido, os embates (históricos, sociais, etc) que se cristalizam nos discursos e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

3. As marcas ideológicas

Construída em um lugar particular entre a disciplina lingüística e as ciências das formações sociais, a AD francesa, tal como é pensada por Pêcheux (1969), consigna uma relação da linguagem com a ideologia.

Dado o reconhecimento da sobreposição da lingüística às demais ciências humanas, na conjuntura estruturalista, muitos projetos filosóficos, calcados nos limites e alcance do conceito de ideologia, foram edificados sob a ótica lingüística da AD. Dentre eles, Althusser (1970, p. 47) que entende que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não é formado por si só, mas é determinado pelas posições ideológicas dispostas no processo sócio-histórico em que elas são produzidas.

Assentando suas bases no fenômeno ideológico de Marx, Althusser (Id., p. 12) amplia o conceito de ideologia, argumentando que a classe dominante gera mecanismos para perpetuar as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. A partir das proposições marxistas do edifício social², ele levanta a necessidade de se considerar que a infra-estrutura determina a superestrutura (materialismo histórico); ou ainda, que o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade são determinadas por sua base econômica.

Da chamada “escola althusseriana” brotaram investigações de diferentes áreas do conhecimento. Sob a influência de Althusser, a escola era formada por um grupo de intelectuais de destaque na França entre os anos de 1960 e 1970 que propunha uma visão renovada do marxismo. Dentre eles vale ressaltar as figuras de Michel Pêcheux e, ressaltada a preocupação em se eximir da tacha de “marxista”, a

² Metaforicamente, para Marx e Engels (1965, p. 101), o edifício social pode ser esquematizado da seguinte maneira: a base econômica é chamada de infra-estrutura e as instâncias político-jurídicas e ideológicas são denominadas superestruturas.

de Michel Foucault.

Em Pêcheux, a idéia althusseriana de “luta de classes” é uma constante até o seu último trabalho. É a partir das teses de Althusser que Pêcheux (1988, p. 143) redefine conceitos como os de “ideologia” e de “assujeitamento ideológico” – fundamentais para o lançamento das bases de uma “teoria materialista do discurso” – retomando duas idéias nucleares althusserianas: a reprodução/transformação e a interpelação ideológica. Pela reconsideração da proposta de Althusser sobre a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, Pêcheux (1975a) demonstra que o indivíduo “é chamado a existir”, a constituir-se como sujeito, deflagrando que a “evidência da identidade” é resultado de uma contradição no processo identificatório. Contradição porque, segundo Orlandi (2002, p. 46):

A **evidência do sentido**³ – que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). Por sua vez, a **evidência do sujeito** – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia.

³ Grifos nossos.

A evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz irrompem da ilusão da transparência da linguagem. Mas, nem linguagem, nem sentido, nem sujeito são transparentes. Tendo, pois, uma materialidade, constituem-se em processos em que a língua, a história e a ideologia são peças correlatas.

Com Foucault (1969) havemos de lembrar que o sujeito é pensado como uma “posição” entre outras. O que conta é o lugar que ele ocupa para ser o sujeito do que diz. E isso tem significado: dá-lhe uma identidade.

Para ele os sujeitos lutam pelo poder; o contrário não revelaria a necessidade de se desenvolver mecanismos de controle e de vigilância. Assim, Foucault (1982, p. 22) se propõe a analisar as “formas de resistência”, reconhecendo que o poder classifica os indivíduos em categorias, segundo uma individualidade que os relaciona a uma pretensa identidade, transformando-lhes em sujeitos.

Desse legado fica a evidência irrefutável dos estreitos laços na compreensão dos fenômenos *linguagem* e *ideologia*, já que aquela

representa uma das instâncias mais significativas em que esta se materializa. Cabe, no entanto, à análise do discurso a necessidade de re-significar a noção pela pontuação de um entendimento **discursivo** do conceito ideológico.

Para Gregolin (1995, p. 17), sendo, pois, a “ ‘ideologia’ (...) um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade”, ela irá representar “a visão de mundo (dessa)⁴ classe”, ou seja, a maneira como ela concebe a “ordem social”. Disso decorre que “a linguagem é determinada em *última instância* pela ideologia”.

O fato de não haver sentido sem interpretação já atesta a sua presença. A ideologia é, pois, a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos em qualquer movimento interpretativo.

Segundo Brandão (2002, p. 26-8), de modo geral, o conceito de ideologia oscila entre dois pólos vinculados à linguagem; de um lado, a concepção de ideologia, ligada à tradição marxista, a entende como mecanismo escamoteador da realidade social, apagando as condições que lhe são inerentes. A explicação marxista do fenômeno ideológico não é, no entanto, a única maneira de encará-lo. Outras visões também o explicitam; assim, por outro lado, um conceito mais abrangente explica a ideologia como uma concepção de mundo de uma dada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Cumpre, portanto, ressaltar com a autora que “não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são”.

Dessa forma, entende-se a ideologia como algo inerente ao signo em geral que, pelo seu caráter arbitrário, tanto pode autorizar a criação, a produtividade de sentido, quanto representar um risco na medida em que permite manipular a construção da referência. A relação entre signo e sentido possibilita a produção de sentidos novos, a atenuação de outros e a eliminação dos indesejáveis.

Infere-se daí que as duas concepções de ideologia não se excluem. Nem o poderia, se se parte do pressuposto de que a ideologia, enquanto concepção de mundo, apresenta-se como uma forma legítima, verdadeira de pensar esse mundo. Há que se considerar que esse modo de conceber, recortar o mundo – como tal, perpassado pela subjetividade – embora se apresente como legítimo pode não corresponder com a realidade; em outras palavras, os modos de organização dos dados fornecidos pela ideologia podem ser, intencional ou inconscientemente, autônomos, imaginários ou fictícios em relação aos modos de organização da realidade. Nesse ponto as duas con-

⁴ Parêntese nosso.

cepções de ideologia se cruzam. Por exemplo, determinados discursos como o político, o religioso, o da propaganda – os marcadamente institucionalizados –, operando um recorte da realidade, podem, por um mecanismo de manipulação, fazer com que o real não se mostre através da omissão, atenuação ou falseamento de dados, como as contradições que subjazem às relações sociais. Pela seleção e mudança das formas de articulação do espaço da realidade, a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo. Esse modo de ser do mundo veiculado pelos discursos, recortado por uma instituição ou classe social num dado sistema, retrata, ainda que de forma enviesada, uma visão de mundo.

4. As formações discursivas

Concebida por Foucault (1969), num momento de investigação filosófica sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber e, reformulada por Pêcheux, a noção de formação discursiva (FD) vai ocupar um lugar central na articulação entre língua e discurso.

Tomando os discursos como dispersão, Foucault (1986, p. 71-8) sugere sua análise buscando o estabelecimento de “regras de formação”. Essas regras se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que possibilitam a determinação dos elementos que compõem os discursos e consubstanciam uma FD. Assim, a define como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Embora não tendo a preocupação, dados os seus propósitos investigativos filosóficos, em teorizar explicitamente os mecanismos da linguagem, tarefa a qual atribui à Lingüística, Foucault, o faz, conforme Gregolin (2004, p. 146), indiretamente “a partir de suas reflexões sobre as relações históricas entre saber e poder, em temáticas mais vastas do que a constituição de um campo de ‘análise do discurso’ em sentido estrito”. No entanto, “em toda sua obra as *práticas discursivas* ocupam um lugar central na construção histórica das subjetividades”.

Em contrapartida, estando, pois, Pêcheux (1975b), mais ligado

às problemáticas lingüísticas, sempre procurou priorizar a constituição de uma “análise do discurso”. A consignação da relação entre ideologia, inconsciente e linguagem em seus postulados vai ser fundamental para o que chamou de “o real da língua”. Para ele, a elaboração das bases de uma “teoria materialista do discurso”, no quadro epistemológico geral da AD, não poderia prescindir de três áreas do conhecimento, embora, de certa maneira, todas perpassadas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso.

Nesse particular, coube-lhe a crítica marxista da concepção de discurso de Foucault. No entanto, num momento de revisão de sua posição sobre o marxismo, adota uma perspectiva muito próxima da de Foucault. Assim, ao abrir as discussões sobre interdiscurso Pêcheux (1999d, p. 169) reordena e aprofunda o conceito de formação discursiva, acrescentando à idéia de “paráfrase” a noção de “pré-construído”.

Em Brandão (2002, p. 39) encontra-se uma forma de compreendê-las:

a) a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1984) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opositivos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de ‘fechamento’, de ‘delimitação’ das fronteiras de uma formação discursiva, a polissemia rompe essas fronteiras, ‘embaralhando’ os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos;

b) o pré-construído: constitui, segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí. ‘O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreender’ e que determina também ‘o que pode ser dito (Courtine, 1981). Nesse sentido, o pré-construído corresponde ao ‘toujours déjà-là’ da interpelação ideológica que não só fornece, mas impõe à ‘realidade’ (‘o mundo das coisas’) o seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como ‘objeto ideológico, representação, realidade’ é assimilado pelo enunciador no processo de assujeitamento ideológico quando se

realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da FD.

Assim concebida, a FD possibilita que o indivíduo seja sujeito de seu discurso, podendo, numa determinada conjuntura histórica, concordar ou não com o sentido que deve dar às palavras e, sobretudo, falar de forma diferente usando a mesma língua. E, conquanto uma FD determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito”, buscando a homogeneidade discursiva, as marcas do pré-construído lhe garantem a “heterogeneidade” e a “instabilidade”, visto que os efeitos das contradições ideológicas de classe são plenamente recuperáveis em cada discurso.

5. As condições de produção

A articulação da ideologia com o discurso remete os conceitos de formação ideológica (FI) e formação discursiva (FD) ao de condições de produção (CP). Juntos, eles constituirão um tríptico assentamento das formulações teóricas na análise do discurso.

Numa tentativa de definição de CP, Pêcheux (1997a, p. 83-4) elabora um quadro representativo fundado na teoria materialista da discursividade, no qual coloca em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente”, o que permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso. Por esse quadro ele reconhece no discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação deles em “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Essa representação é feita a partir de uma série de “formações imaginárias”, cuja função é designar o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, ou seja, apontar a imagem que cada um faz do seu próprio lugar e do lugar do outro, abrindo perspectivas para antecipar, por essa visão “imaginária”, as representações do receptor com vistas à criação de estratégias de discurso.

Esse quadro, resumidamente, estabelece o que ele chama de “jogo de imagens”, obtido por meio de expressões / sentenças e respectivas questões com as quais se visualiza o imaginário das condições de produção de um discurso. Ou seja, esquematicamente, pode-se obter: 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?”; 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; 3) a imagem do lugar de B para o

sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem é ele para que me fale assim?”; 5) o “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “De que lhe falo assim?”; 6) o “ponto de vista” de B sobre R, com a pergunta “De que ele me fala assim?”.

As relações desse complexo jogo de imagens não são previamente estabelecidas mas, ao contrário, vão-se dando no decorrer do processo discursivo.

As críticas a essa definição de CP calcam-se na idéia “psicologizante” que ela veicula, já que as primeiras tentativas de uma definição encontram-se fundamentadas numa psicologia social. As determinações históricas do discurso, sob essa perspectiva, transformam-se em simples circunstâncias da enunciação.

Consideradas num sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, o aspecto ideológico. A proposta de (re)definição de condições de produção a concebe alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente ao conceito de formação discursiva. A somatória dos valores ideológicos forma o imaginário que designa o lugar que os sujeitos do discurso se atribuem mutuamente.

Em todo discurso, há uma memória discursiva, vista como um saber discursivo, que retorna sob a forma de pré-construído: o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. Nesse sentido, assevera Orlandi (2002, p. 32) que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas”, pois que, ao dizer, o sujeito “pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sob o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. Isso permite a afirmação de que o já-dito é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com o sujeito e com a ideologia.


Nesse particular, considerando a relação entre o já-dito e o que se está dizendo, Courtine (1984, p. 57) representa o interdiscurso como um eixo vertical em que se assentam os dizeres (já ditos e “esquecidos”). E o intradiscurso como um eixo horizontal, entendido como o lugar do dizível, ou seja, daquilo que se está dizendo num momento dado, em condições dadas. Dessa forma, entende-se que todo dizer, na realidade, sustenta-se na confluência dos dois eixos, em que memória e formulação atual concorrem para a consti-

tuição dos sentidos.

6. Considerações finais

Se cada FD define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, numa conjuntura dada, num mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, derivados de várias formações discursivas.

Isso é o que justifica o fato de que as seqüências lingüísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, visto que circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõe o interdiscurso. É, pois, no espaço de circulação entre as formações discursivas que reside o sentido de um texto.

O trabalho do analista do discurso é, portanto, inscrever um sentido na relação das diferentes formações discursivas, encontrando o seu modo de significar. Como a produção e a circulação de sentidos são ocorrências históricas e, como tal, variáveis e inapreensíveis em sua totalidade, toda análise deve extrapolar a superfície das evidências (num nível lingüístico) e trazer da exterioridade constitutiva do discurso o complexo jogo em que se revelam as vozes que o determinam. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença / Martins Fontes, 1974. (título original, 1970).

BAKHTIN, Mikhail. (Volochnikov-1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. M. G. Novak & L. Néri. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1976. (título original 1966)

BOUQUET, Simon. *Introdução a Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRANDÃO, Helena H. *Introdução à Análise do Discurso*. 8. ed.

Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

COURTINE, J. J., Définition d'Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse du Discours. In: *Philosophiques*, vol. IX, n° 2, Paris, 1984.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1986. (título original, 1969)

_____. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. de Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1999. (título original, 1971)

GREGOLIN, M. R. V. *A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Editora Unesp, 1995, Revista Alfa, v. 39 pp. 13-21.

_____. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. V. G.; CRUVINEL, M. F.; KHALIL, M. G. *Análise do discurso: entornos do sentido*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001, pp. 9-34.

_____. Sentido, Sujeito e Memória: com o *que* sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, R. L. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003. pp. 47-58.

_____. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso. In: GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, R. L. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Ed. Claraluz, 2003. pp. 7-16.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes / Ed. Unicamp, 1997. (título original 1987)

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (título original, 1946)

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Lingüística*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. pp. 101-42.

ORLANDI, Eni Pulcineli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____. *Discurso e Leitura*. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *Terra à Vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

PÊCHEUX, M. Les vérités de La Palice. Paris: Maspero. Trad. E. Orlandi. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: ED. UNICAMP, 1988. (título original, 1975a)

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a. pp. 61-105. (título original, 1969)

_____. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b. pp. 311-20. (título original, 1983a)

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997c. (título original, 1983b)

_____. Sur la (dé) construction des theories linguistiques. In: DRLAV (27), p. 1-24. Trad. em: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. *Língua e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: ED. UNICAMP, 1998, pp. 7-32.

PÊCHEUX, M.; FUCS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Trad. P. Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997d. pp. 163-251 (título original, 1975b)

(Footnotes)

REGIÕES CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO COMPARATIVO

Ilva Maria BONIATTI*

*Professora no Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Professora no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Mestre em Teoria Literária (PUCRGS); Doutora em Literatura Comparada pela Universidade de Limoges (França).

Resumo: Pensar a região como um “constructo” teórico, fundado em semelhanças e diferenças com outras áreas culturais, implica supor uma mescla, ou seja, a fusão de matérias puras que buscam a heterogeneidade com vistas à realidade cultural. Segundo Ricardo Kaliman, essa só se deixa conhecer entrelaçada à suposta homogeneidade paradigmática do conceito de “cultura imaginada” (Benedict Anderson) que reforça ainda mais a “cultura vivida” na América Latina. Assim, pretendo examinar as diferenças regionais formadas a partir de diferentes substratos culturais somados às aquisições posteriores que alteram substancialmente a fisionomia cultural do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul passa a ser mapeado em novas sub-regiões, a partir da produção literária local. O trabalho obriga a ampliar o eixo de abrangência comparatista para que a visada interdisciplinar se aproprie de áreas disciplinares limítrofes, como a História e a Sociologia, ultrapassando as fronteiras políticas e lingüísticas e formando *espécies de “subconjuntos” no universo literário mundial*, representando a *emanação e a materialização da dominação política e lingüística*, como afirma Pascale Casanova..

Palavras-chave: Região Cultural; Literatura Comparada; Literatura Brasileira

Abstract: Thinking the region as a theoretical “construct”, founded on similarities and differences with other cultural areas, implies in the assumption of a blend, that is, pure matters seeking for heterogeneity for the sake of cultural reality. According to Ricardo Kaliman, that can only be known when interweaving with the paradigmatic homogeneity of the concept for “imagined culture” (Benedict Anderson), which reinforces the “lived culture” in Latin America. In it the author intends to examine regional differences formed from different cultural substracts added to further acquisitions that can substantially change the cultural physiognomy of Rio Grande do Sul. The state is seen in a map with new sub-regions, formed from their local literary production. The study forces to widen the range for the comparison so that interdisciplinarity may appropriate of boundary disciplinary areas, such as History and Sociology, exceeding political and linguistic frontiers, and forming *kinds of “subgroups” in the worldwide literary universe*, representing *emanation and materialization of political and linguistic dominance*, as Pascale Casanova states.

Key words: Cultural Region; Compared Literature; Brazilian Literature.

O trabalho “Regiões Culturais na Literatura do Rio Grande do Sul: estudo comparativo”, encontra-se em desenvolvimento, como pesquisa que venho realizando na Universidade de Caxias do Sul. O trabalho tem por objeto os textos narrativos de escritores do Rio Grande do Sul, lidos com a finalidade de definir e mapear as sub-regiões culturais que compõem a cultura literária do Estado. Pretende-se, para tanto, descrever “região cultural” a partir de um posicionamento transdisciplinar, que congregue disciplinas, tais como a história local, a sociologia, a lingüística, a antropologia, os estudos da cultura

popular, os estudos da cultura e da literatura local, articulados pela literatura comparada.

A importância de recuperar os conceitos de região, sub-região cultural, locais geoculturais, cultura, cultura híbrida resulta do interesse em mapear as sub-regiões culturais que se formaram no século XX, o que leva a ampliar as reflexões sobre o assunto.

Paulo César da Costa Gomes, ao estudar *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade* afirma que a denominação *região* remonta aos tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Gomes afirma também que outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados na mesma época como os conceitos de espaço (*spatium*) e o de província (*provincere*) (Gomes, 2002, p. 49-76)¹.

Num determinado espaço, visto como “contínuo”, ou como “intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo uma certa ordem, existiam as províncias, como “áreas atribuídas aos controles daqueles que a haviam submetido à ordem hegemônica romana”. A partir desse entendimento, o império Romano passa a ser representado por mapas nos quais as diversas regiões “representam a extensão espacial do poder central hegemônico”, mas, no entanto, nelas “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma” (Gomes, 2002, p. 49-76)².

A centralização do poder, que resulta do surgimento do Estado moderno na Europa, provoca o resgate do problema político-regional da manutenção do poder que emana de um centro, muitas vezes distante de suas periferias, nas diversas regiões que formam o território de um determinado Estado. Ou seja, ainda segundo Gomes, a questão é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, e se refere à “relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido”.

Recentemente, o historiador Tau Golin publicou o livro intitulado *A Fronteira*, comenta o fato de que a região, “entendida como espaço social construído historicamente” é local de polêmica. Ao ser parte de um todo, as regiões recortam os seus próprios limites, o que as transformam em “subespaços nacionais” (...) “mais ou menos integrados, ou relativamente isolados, à dinâmica dos seus países” (Golin, 2002, p. 52)³. Não obstante, prevalece a idéia de que a região consis-

¹ GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 49-76.

² GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 49-76.

³ GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 52.

te numa particularização dos locais e sua individuação. Para desenvolver essa idéia, ele cita George Zarur quando afirma:

a apropriação socialmente majoritária entende que esta parte – a região – pertence, com maior ou menor autonomia, ao todo. De qualquer modo, região é vista como alguma coisa reconhecível em sua especificidade, em um território de contornos senão precisos ao menos suficiente claros e que abriga características culturais definidas. A região tende, pois, nesta corrente do imaginário, a ser visto como fixo, duradouro – ou até permanente –, que se distingue comparativamente de outras regiões, do conjunto de um país e, mesmo, de qualquer outra região de qualquer outro país (Zarur, 2000, p. 53)⁴.

⁴ ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. UnB: São Paulo, imprensa Oficial do Estado, 2000. In: GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 53.

O pesquisador argentino Ricardo Kaliman, no ensaio *La palabra que produce regiones. El concepto de Región desde La teoría Literaria*. Aponta para o conceito de região como instrumento de produção de conhecimento, e a definição que se tem encontrado amplia o sentido usual da palavra “região”. Parece, assim, conveniente dizer que não existe uma circunscrição só de espaço, mas também de tempo. Esta noção está implícita na palavra “circunscripción”, eis que “la región no es el conjunto de realidades materiales contenidas dentro de determinados límites espacio-temporales, sino el acto mismo de poner esos límites, o más precisamente, el constructo-mental - o social” (Kaliman, 1994, p.2)⁵. Desse modo, é preciso pôr em relevo que as regiões não existem como tais no mundo empírico, senão como resultado da apreciação e organização dessas experiências nas subjetividades humanas, originadas em determinadas circunstâncias históricas e logo reproduzidas como qualquer outro componente cultural, através da socialização.

⁵ KALIMAN, Ricardo J. *La palabra que produce regiones. El concepto de Region desde La teoría Literária*. Argentina: Julho 1994.

Conforme Kaliman, a literatura regional seria aquela produzida por autores que escrevem em certa região e falam dessa mesma região. Nesta definição, a concepção das relações entre espaço e literatura são destacadas : o espaço de produção entendido como determinante de certas propriedades do texto; e o espaço referido entendido como uma opção preestabelecida. Em última análise, Kaliman define liricamente região como “aquel espacio que puedo recorrer sin sentirme todavia um extraño” (Kaliman, 1994, p.14)⁶.

⁶ KALIMAN, Ricardo J. *La palabra que produce regiones. El concepto de Region desde La teoría Literária*. Argentina: Julho 1994.

Embora a região possa abranger uma série de elementos que demonstram determinada identidade pessoal, isso não é suficiente para definir o conceito, pois mesmo que a concepção espacial de região inclua de maneira significativa um componente informativo baseado na experiência direta do sujeito, sua concepção cultural depen-

de da informação obtida através do discurso.

Neste sentido, o “constructo” de região é propício para dar visibilidade aos processos ideológicos. A formação subjetiva de região em qualquer indivíduo surge das negociações entre as imagens que os discursos dominantes emitem e a informação que o indivíduo recebe por sua experiência pessoal. No caso do Rio Grande do Sul, pode-se entender, desse modo, a predominância, por muito tempo, da região da Campanha, como representativa da cultura do Estado. E possibilita pensar também que essa hegemonia vem sendo substituída por diferentes regiões que se diferenciam pela absorção de influxos de outras culturas.

Para se elaborar um conceito de região homogênea é necessário saber em que aspectos ela é homogênea, é necessário deixar claros seus limites, suas propriedades e sua estrutura. Considerando esses caracteres, vê-se que região homogênea é somente uma referência a um critério dado, em função dos interesses e necessidades de uma investigação determinada.

A formação do conceito de região, todavia, não pode ser baseada somente nesses critérios, pois há uma multiplicidade de variáveis que podem mudar ou até mesmo contrariar esse conceito. Kaliman alerta para o fato de que a região não é um postulado e sim uma hipótese, hipótese que se refere a concepção espaço-temporal na qual se propõe a validade do critério.

Kaliman formula, também, um outro conceito de região, segundo o qual a concepção regional apoia determinações espaço-temporais. Nesse caso, a exigência de homogeneidade defronta-se com uma multiplicidade de regiões simultaneamente propostas, não necessariamente coincidentes, cada uma em constante modificação e nunca definitivamente comprovadas. Essa movimentação afeta os interesses das investigações se não houver uma imagem de divisão concreta do espaço. São, portanto, as regiões que determinam hipóteses, enriquecidas quando colocadas em relação com outros fatores sociais.

Sendo, no entanto, o objetivo deste trabalho situar a região como elemento definidor dos textos narrativos de escritores do Rio Grande do Sul, lidos com a finalidade de definir e mapear as sub-regiões culturais que compõem a cultura literária do Estado, interessa considerar inúmeras questões, tais como a relação entre autor e texto, a responsabilidade do autor pelo sentido e pela significação do texto e sua contribuição para a fixação de diferenças culturais. Desse empe-

nho resultarão as sub-regiões culturais, num estado geográfico marcado por processos imigratórios.

Nesse sentido, o fundamento teórico que melhor dá conta do processo de transformação pelo qual passaram as culturas européias no contato com as culturas locais dos países colonizados é, sem dúvida, o da “transculturização narrativa”, formulado por Angel Rama.

O conceito inicialmente proposto por Fernando Ortiz, sociólogo cubano (Ortiz propôs este neologismo para explicar o impacto das trocas culturais e econômicas durante o empreendimento colonial. Procurava, dessa forma, substituir várias outras expressões que, por sua carga, etnocêntrica, seus sentidos morais, normativos e valorativos, teriam viciado a compreensão do fenômeno da chegada dos colonizadores na América), servia para descrever um processo no qual duas culturas, em situação de encontro ou confronto, resultam modificadas, dando origem a algo novo, original e independente. Ángel Rama, crítico uruguaio, na década de 1970 incorporou o termo aos estudos literários para explicar de que maneira formas da modernidade européia conseguiam adaptar-se à realidade latino-americana. A Rama interessou perceber como as regiões internas recebiam os influxos das mais modernizadas. Para ele, cumpriam-se dois processos transculturadores sucessivos:


(...) o que realiza, aproveitando-se de seus melhores recursos, a capital ou, sobretudo, o porto, já que é aqui que a pulsão externa ganha suas melhores batalhas, e o segundo, que é o que realiza a cultura regional interna, respondendo ao impacto da transculturização que lhe translada a capital. Esses dois processos, esquematicamente perfilados e distribuídos no espaço e no tempo, em muitos casos, se resolveram graças à migração, em direção às cidades principais de cada país, de muitos dos jovens escritores provincianos, mesmo que nascidos na capital. As soluções estéticas que nasceram nos grupos desses escritores mesclaram em várias doses os impulsos modernizadores e as tradições localistas (Candido, 2001)⁷.

⁷ CANDIDO, Antonio. Uma Visão Latino-Americana. São Paulo: EDUSP, 2001. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de Aguiar (Orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Para Rama, é o romance o gênero que melhor possibilita, graças a sua liberdade formal e a seus recursos lingüísticos, a invenção de uma linguagem que recupera e incorpora formas populares ao discurso literário. E foram os narradores que encontraram as melhores soluções para trabalhar, no plano estético, a tensão entre universalismo e regionalismo própria dos países de extração colonial. O conceito de transculturização dessa maneira, aplicado a análise literária, constituirá a base de sal reflexão sobre a literatura da América Latina.

Segundo Rama, nas obras literárias, o processo transculturador

se realiza em três níveis diversos e complementares: o da língua, o da estruturação narrativa e o da cosmovisão. A utilização inventiva da linguagem, através do resgate de falas e modos de expressão regional ou local, a incorporação do imaginário popular, de formas narrativas e temas próprios, o abandono do discurso lógico-racional em favor da incorporação de uma nova visão mítica – todas essas são operações transculturadoras que, articuladas pelo romancista, resultariam numa síntese nova, superando os impasses da condição de países pós-coloniais.

Na pesquisa em desenvolvimento, o processo de transculturação narrativa e os estudos da recepção servem de fundamento teórico para a composição do “corpus”. Num primeiro momento, cabe registrar que se quer desconstruir o conceito homogeneizador de região, que identificava a cultura sul-rio-grandense com a cultura da campanha. Assim, estão sendo propostos outros conceitos, a partir das diferenciações ocorridas durante o século XX, configurando novas sub-regiões culturais no Estado, cada uma delas representada por grupos de escritores. Esse mapeamento provisório aponta, no momento, para a existência de regiões decorrentes do influxo de diferentes culturas, tais como a região de colonização alemã, italiana, judaica, missioneira, fronteiriça, etc. Como se pretende examinar durante a pesquisa, a diversidade das regiões culturais não está apenas fortemente registrada, mas também criada na literatura. 

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia: Conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de Aguiar (Orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.p. 52.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.49-76

KALIMAN, Ricardo J. *La palabra que produce regiones. El concepto de Region desde La teoria Literaria*. Argentina : Julho 1994.

KALIMAN, Ricardo J. *Un marco (no “global”) para el estudio de*

las regiones culturales. Universidad Nacional de Tucumán /Conicet, 1994.

ORTIZ, Fernando. In: RAMA, Angel. *Transculturación narrativa em América Latina*. México: Siglo XXI, 1987.

RAMA, Angel. *Transculturación narrativa em América Latina*. México: Siglo XXI, 1987.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. UnB: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000. In: GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.p. 53